

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

ANNA RAQUEL DE LEMOS VIANA

**MEMÓRIA E AFETOS COMO RESISTÊNCIA À DESINFORMAÇÃO DE GÊNERO:  
UM ESTUDO DO PERÍODO ELEITORAL BRASILEIRO EM 2022**

Recife  
2025

ANNA RAQUEL DE LEMOS VIANA

**MEMÓRIA COMO CATEGORIA DE RESISTÊNCIA À DESINFORMAÇÃO DE  
GÊNERO: UM ESTUDO DO PERÍODO ELEITORAL BRASILEIRO EM 2022**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal de Pernambuco.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Májory Karoline Fernandes de Oliveira Miranda

**Área de Concentração:** Informação, Memória e Tecnologia

Recife  
2025

ANNA RAQUEL DE LEMOS VIANA

**MEMÓRIA COMO CATEGORIA DE RESISTÊNCIA À DESINFORMAÇÃO DE  
GÊNERO: UM ESTUDO DO PERÍODO ELEITORAL BRASILEIRO EM 2022**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de  
Pós-graduação em Ciência da Informação, da  
Universidade Federal de Pernambuco.

Aprovada em 25/02/2025

**BANCA EXAMINADORA**

Profª Drª Májory Karoline Fernandes de Oliveira Miranda (Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco

Profª Drª Nadi Helena Presser (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Erinaldo Dias Valério (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

Profª Drª Izabel França de Lima (Examinador Externo)  
Universidade Federal da Paraíba

Prof. Dr. Fellipe Sá Brasileiro (Examinador Interno)  
Universidade Federal da Paraíba



.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Viana, Anna Raquel de Lemos.

Memória e afetos como resistência à desinformação de gênero: um estudo do período eleitoral brasileiro em 2022 / Anna Raquel de Lemos Viana. - Recife, 2025.

205 f.: il.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2025.

Orientação: Májory Karoline Fernandes de Oliveira Miranda.

Inclui referências.

1. Desinformação de gênero; 2. Memória; 3. Afetos; 4. Período eleitoral; 5. X/Twitter. I. Miranda, Májory Karoline Fernandes de Oliveira. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

À mainha, minha maior inspiração de vida (in memoriam)

“Já não temos tempo, mas sabemos bem que o tempo não anda só para a frente. Não vim aqui para cantar a esperança. Não temo a negatividade desta época, porque aprendi com os cálculos de Denise Ferreira da Silva que menos com menos dá mais e, portanto, nossas vidas negativadas se somam e se multiplicam à revelia. Então, eu vim para cantar à revelia.” (Jota Mombaça, 2021).

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pois, pela Sua graça, a vitória se manifestou em minha vida. Como cristã, acredito que devemos fazer a nossa parte para transformar o mundo, agir com amor e justiça, e nunca deixar de acreditar que o bem sempre prevalece. Sou também grata à Nossa Senhora, por interceder por mim e me guiar com seu amor maternal.

À mainha, porque nunca estive sozinha, porque a sinto comigo em absolutamente tudo. No sentido de presença de espírito, sim, mas também em tudo que me tornei por ser filha dela. Nos gestos, nos hábitos, nas qualidades... Sinto tanto dela em mim que seria errado dizer que não está mais aqui. Sempre esteve, sempre estará.

Sou imensamente grata por ter vindo ao mundo como sua filha. Te amo para sempre, mainha. Um amor que se foi fisicamente, mas que ainda vive dentro de mim, pulsando forte no meu coração. Tudo o que sou e tudo o que conquisto carrega um pedacinho seu. Como mulher, foi uma grande feminista, que acreditava na possibilidade de um mundo melhor e no poder das pequenas ações — sobretudo quando movidas pelo afeto.

Ao meu esposo Geovane, que, com paciência e amor, sempre me escuta, mesmo nas dificuldades, e nunca deixou de me incentivar a seguir meu sonho. Sou grata por cada palavra de apoio, por me lembrar do meu propósito nos momentos de dúvida e por celebrar comigo cada pequena conquista. Obrigada por todos os esforços para tornar essa jornada mais leve—pela compreensão nos dias de cansaço, pelo carinho nos momentos de incerteza e por sempre estar ao meu lado, garantindo que eu tivesse o apoio necessário para seguir em frente. Te amo!

Agradeço ao meu pai Mestre Chico, que, como educador, me ensina diariamente o impacto transformador da educação. Que me orienta na arte de falar em público, que tantas vezes me convida a refletir sobre didática, ensino e metodologias participativas. Obrigada por cada conversa, por cada aprendizado e por dividir comigo momentos simples, como comer pipoca enquanto falávamos sobre a vida. No dia em que marquei a defesa, recebi teu áudio sobre a importância dessa pesquisa e me emocionei. Suas palavras foram um lembrete do quanto esse caminho vale a pena.

Agradeço aos meus irmãos, Lili, Mari, Yago e Victor, por serem minha base, meu porto seguro. Com vocês, aprendi o significado de companheirismo e amor

incondicional. Obrigada por compartilharem comigo não apenas os momentos de alegria, mas também os desafios e anseios da vida. Ter vocês ao meu lado tornam cada passo mais leve.

Aos meus amigos e amigas de jornada acadêmica – Geisita, Gih, Cris, Carolzinha Luciana, Thamyres, Paulo e Mateus – sou imensamente grata por cada conversa, troca de conhecimento e apoio ao longo dessa caminhada. Obrigada por tornarem essa caminhada não apenas possível, mas inesquecível.

À minha orientadora Májory, por transmitir tanta inteligência e sabedoria em cada orientação. Com sua calma e sensatez, me guiou com paciência e segurança, tornando este processo mais tranquilo. Seu incentivo constante foram fundamentais para que eu chegasse até aqui.

Aos professores da banca, pela ajuda essencial no direcionamento na qualificação. Suas contribuições me ajudaram a aprimorar esta pesquisa. Um agradecimento especial à professora Izabel, que carinhosamente chamo de "chefe", por todo o apoio e incentivo. A senhora esteve comigo em um dos momentos mais difíceis da minha vida. Cheguei até aqui também graças à senhora. A Fellipe Brasileiro, por me ouvir tantas vezes sobre os desafios de ser pesquisadora e por me ajudar a enxergar caminhos possíveis. Admiro muito sua postura e profissionalismo.

À minha família – tios, tias, cunhadas, cunhados, avós, avôs, sogra e sogro –, pelo carinho incondicional e suporte em todos os momentos. O amor e incentivo de vocês foram essenciais para que eu seguisse firme nesse percurso.

Às mulheres que lutam diariamente por uma vida política mais justa, meu profundo respeito e admiração.

Aos meus colegas do mestrado e doutorado, agradeço pela troca de conhecimentos, pelo apoio e pelos momentos compartilhados ao longo dessa jornada.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPE, pelo espaço de aprendizado e crescimento.

À Capes, pelo suporte fundamental à pesquisa e à produção científica.

## RESUMO

Promovido pelo capitalismo digital atual, a velocidade e facilidade de disseminação da informação, torna rentável a produção e compartilhamento de narrativas falsas que atraem cliques. A desinformação de gênero abrange informações incompletas, distorcidas, falsas, manipuladas, desatualizadas com intencionalidade de minar a ocupação das mulheres na política. Assim, o objetivo geral da pesquisa é compreender como a desinformação de gênero é enfrentada por meio da (re)construção da memória nas redes sociais digitais. Para alcançar esse propósito, o estudo estabelece três objetivos específicos. O primeiro é identificar os mecanismos e estratégias empregados na disseminação da desinformação de gênero. O segundo busca analisar as ações informacionais de (re)construção da memória nas redes sociais digitais conduzidas por mulheres na política brasileira. Por fim, o terceiro objetivo é investigar a relação entre a memória nas redes sociais digitais e as estratégias de desarticulação da desinformação de gênero, apontando possíveis caminhos para seu enfrentamento. Quanto à metodologia, esta tese se enquadra em uma pesquisa social aplicada, cujo campo empírico foi o *Twitter/X*. Quanto aos objetivos, classificam-se como uma pesquisa correlacional. Nessa investigação, relacionam-se o fenômeno da memória nas redes sociais digitais e a desinformação de gênero. Quanto à forma de abordagem, se constitui enquanto qualitativa. Para coleta de dados, utilizam-se a pesquisa documental e etnografia virtual, com dados coletados no o *Twitter/X*. Os dados coletados foram analisados, a partir da análise temática de conteúdo. Conclui-se que a desinformação de gênero utiliza conteúdo emotivo para assediar mulheres, minando sua participação pública. A sororidade se destaca como uma força de resistência fundamental, conectando mulheres e fortalecendo redes de solidariedade. Além da necessidade de promover a co-criação, colaboração comunitária e competência crítica em informação para o fortalecimento da luta contra a desinformação, explorando novos formatos como áudio, memes, e jogos para *prebunking*.

Palavras-chave: desinformação de gênero; memória; afetos; período Eleitoral; X/witter.

## ABSTRACT

Driven by the dynamics of digital capitalism, the rapid and effortless dissemination of information has made the production and sharing of false narratives a profitable endeavor, as they attract clicks and engagement. Gender disinformation encompasses incomplete, distorted, false, manipulated, or outdated information intentionally designed to undermine women's participation in politics. This study aims to understand how gender disinformation is countered through the (re)construction of memory in digital social networks. To achieve this goal, the research outlines three specific objectives: (1) identifying the mechanisms and strategies employed in the dissemination of gender disinformation; (2) analyzing the informational actions of memory (re)construction in digital social networks carried out by women in Brazilian politics; and (3) investigating the relationship between digital memory and the strategies used to dismantle gender disinformation, highlighting possible avenues for its mitigation. Methodologically, this study falls within the scope of applied social research, with Twitter/X serving as its empirical field. It is classified as a correlational study, examining the relationship between digital memory and gender disinformation. The approach is qualitative, employing document analysis and virtual ethnography for data collection, while thematic content analysis is used to interpret the findings. The study concludes that gender disinformation leverages emotionally charged content to harass women, hindering their public participation. Sorority emerges as a key resistance force, fostering solidarity networks among women. Additionally, it highlights the importance of promoting co-creation, community collaboration, and critical information literacy to strengthen the fight against disinformation, exploring innovative formats such as audio, memes, and games for prebunking strategies.

Keywords: gender desinformation; memory; resistance; election period; X/Twitter.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Dimensões da desinformação e da resistência.....	20
Figura 2 - Dimensões da pesquisa.....	21
Figura 3 - Timeline do X/Twitter .....	25
Figura 4 - Tweets .....	25
Figura 5 - Exemplos de hashtags.....	26
Figura 6 - Trend Topics .....	27
Figura 7 - Comparação de candidaturas femininas entre 2018 e 2022.....	35
Figura 8 - Comparação de gênero .....	35
Figura 9 - Distribuição geográfica .....	36
Figura 10 - Distribuição por partido político.....	37
Figura 11 - Base teórica-metodológica.....	42
Figura 12 - Conceito de desinformação .....	64
Figura 13 - Palavras-chave WoS (mínimo de 5 ocorrências) .....	75
Figura 14 - Charge sobre o pedido de voto feito pelas mulheres.....	88
Figura 15 - Posse ministerial do governo interino de Temer .....	93
Figura 16 - Desinformação sobre Gleisi acerca do uso de armas.....	111
Figura 17 - Desinformação sobre Gleisi acerca da ditadura .....	112
Figura 18 - Desinformação sobre Gleisi acerca da guerra contra cristãos.....	113
Figura 19 - Desinformação sobre Gleisi acerca da suposta sabotagem no Facebook .....	113
Figura 20 - Desinformação sobre Marina e sua relação matrimonial .....	116
Figura 21 - Desinformação sobre Patrícia Lélis e sua relação matrimonial.....	117
Figura 22 - Compartilhamento de Desinformação por Carla Zambelli .....	118
Figura 23 - Termos mais utilizados .....	123
Figura 24 - Mapa da Desinformação .....	134
Figura 25 - Marina Silva e sua trajetória.....	134
Figura 26 - Marina Silva e jornada .....	134
Figura 27 - Marina Silva em recorte de programa de TV .....	135
Figura 28 - Erika Hilton em recorte de um vídeo de revista .....	136
Figura 29 - Erika Hilton em recorte de um programa de TV.....	136
Figura 30 - Erika Hilton em imagem sobre sua história.....	137
Figura 31 - Carla Zambelli em reality de campanha.....	139
Figura 32 - Carla Zambelli realizando pedido de votos .....	139
Figura 33 - Carla Zambelli realizando pedido de votos .....	140
Figura 34 - Carla Zambelli enaltecendo o ex-presidente Jair Bolsonaro.....	140
Figura 35 - Carla Zambelli enaltecendo o ex-presidente Jair Bolsonaro.....	141
Figura 36 - Erika Hilton e informação sobre carta compromisso.....	145
Figura 37 - Erika Hilton e informação sobre lei .....	145
Figura 38 - Carla Zambelli e desinformação sobre Venezuela.....	146
Figura 39 - Erika Hilton e engajamento de campanha fora Bolsonaro .....	148
Figura 40 - Erika Hilton e apoio a Juliette.....	149

Figura 41 - Marina Silva e apoio a Marina Helou .....	150
Figura 42 - Marina Silva e apoio a Flora .....	150
Figura 43 - Carla Zambelli e incentivo a motocarreata.....	154
Figura 44 - Carla Zambelli e apoio ao clube Black Guns .....	154
Figura 45 - Erika Hilton e rememoração à projetos de Dilma, Haddad e Lula.....	157
Figura 46 - Marina Silva e apoio a Haddad e Suplicy.....	157
Figura 47 - Marina Silva e apoio a Haddad .....	158
Figura 48 - Marina Silva e aliança com pluralidades .....	158
Figura 49 - Carla Zambelli e aliança com Tarcísio .....	159
Figura 50 - Marina Silva e importância de manifestos pela democracia .....	160
Figura 51 - Marina Silva e crítica à violência contra mulheres .....	161
Figura 52 - Marina Silva e crítica às condições de subalternidade .....	161
Figura 53 - Marina Silva e crítica à erosão da democracia .....	162
Figura 54 - Marina Silva e crítica à erosão da democracia .....	163
Figura 55 - Carla Zambelli e encontro com liderança com críticas à segurança .....	164
Figura 56 - Marina Silva segurando faixa com Dias Mulheres virão .....	165
Figura 57 - Marina Silva e compartilhamento de material audiovisual .....	165
Figura 58 - Marina Silva parafraseando cantor Gilberto Gil .....	166
Figura 59 - Marina Silva compartilhando apresentação da indígena Maia.....	166
Figura 60 - Marina Silva e sororidade com a senadora Mara Gabrieli .....	167
Figura 61 - Marina Silva e sororidade com Gio Ewbank .....	168
Figura 62 - Marina Silva e sororidade com Manuela Dávila .....	168
Figura 63 - Marina Silva e sororidade com Sâmia Bonfim .....	168
Figura 64 - Marina Silva e apoio as mulheres na política.....	169
Gráfico 1 - Idiomas.....	73
Gráfico 2 - Agentes da Desinformação .....	121

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 - Amostra da pesquisa .....	39
Quadro 2 - Parâmetros operacionais para organização, detalhamento e descrição das postagens.....	44
Quadro 3 - Percurso metodológico .....	46
Quadro 4 - Tipos de desinformação .....	65
Quadro 5 - Ações e Descrições do memorando para combate à desinformação .....	68
Quadro 6 - Entendimentos dos(as) autores(a) sobre desinformação de gênero.....	76
Quadro 7 - Categorias da desinformação de gênero .....	78
Quadro 8 - Classe, categorias e subcategorias .....	132
Tabela 1 - Documentos recuperados .....	73

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	<b>23</b>
2.1	Twitter/X COMO CAMPO EMPÍRICO DA PESQUISA.....	24
2.1.1	<b>Transformações na Interface do Twitter sob a Administração de Elon Musk</b> .....	<b>27</b>
2.1.2	<b>Capital Social no antigo Twitter (X)</b> .....	<b>30</b>
2.2	UNIVERSO DA PESQUISA .....	34
2.2.1	<b>Amostra da pesquisa</b> .....	<b>34</b>
2.3	COLETA E ANÁLISE DE DADOS .....	41
<b>3</b>	<b>ECOSSISTEMA INFORMACIONAL CONTEMPORÂNEO: tensões e contradições..</b>	<b>48</b>
3.1	GOVERNAMENTALIDADE ALGORÍTMICA.....	49
3.2	AFETOS NEGATIVOS E TENSÕES MORAIS NO PERÍODO ELEITORAL .....	55
<b>4</b>	<b>DESINFORMAÇÃO E REDES SOCIAIS DIGITAIS</b> .....	<b>61</b>
4.1	ENTENDENDO A DESINFORMAÇÃO DE GÊNERO .....	71
<b>5</b>	<b>MULHERES NA POLÍTICA BRASILEIRA</b> .....	<b>82</b>
<b>6</b>	<b>MEMÓRIA: na rota da resistência</b> .....	<b>98</b>
<b>7</b>	<b>RESULTADOS</b> .....	<b>108</b>
7.1	IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES DE DESINFORMAÇÃO .....	121
7.2	TERMOS MAIS UTILIZADOS .....	123
7.3	ROTA DA DISSEMINAÇÃO .....	127
7.4	UTILIZAÇÃO DE MÍDIAS DIVERSIFICADAS .....	128
7.5	(RE)CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA.....	133
7.5.1	<b>Participação Ativa</b> .....	<b>144</b>
7.6	CUIDADO .....	148
7.6.1	<b>Formação de Alianças e Articulações</b> .....	<b>149</b>
7.7	ESPAÇOS INFORMACIONAIS ALTERNATIVOS .....	159
7.7.1	<b>Senso crítico informacional</b> .....	<b>161</b>
7.8	INDICATIVOS DE RESISTÊNCIA À DESINFORMAÇÃO DE GÊNERO .....	171
7.8.1	<b>Divulgar: propagação de informação confiável</b> .....	<b>173</b>
7.8.2	<b>Promover a resiliência contra a desinformação de gênero: competência crítica</b>	<b>179</b>
7.8.3	<b>Responder diretamente à desinformação de gênero, buscando a regulação das plataformas para enfrentar esse fenômeno</b> .....	<b>183</b>
<b>8</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>189</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>196</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Não há democracia possível enquanto todos os corpos não puderam participar do jogo democrático de forma igualitária: vivos (Taliria Petrone, 2020)

A emergência dos papéis sociais e econômicos das atividades de informação está se delineando de maneira cada vez mais evidente. À medida que sua importância estratégica cresce, multiplicam-se os interessados em influenciar e dominar esse campo. Nas plataformas de redes sociais digitais, esse contexto se replica, impulsionando uma transição das relações humanas – sejam elas econômicas, sociais, educacionais, políticas ou de entretenimento – do ambiente material para o digital.

Esse cenário é amplificado pelo atual panorama do capitalismo digital, onde a velocidade e a facilidade de disseminação da informação tornam lucrativa a produção e compartilhamento de narrativas que atraíam atenção. A informação, nesse contexto, é a matéria-prima fundamental, permeando todo o processo e fortemente influenciada pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), especialmente devido à sua manifestação predominante nos suportes digitais. Contudo, a materialização dessa informação ocorre de forma fluida, transitória e com um crescimento vertiginoso, acumulado tanto no tempo quanto no espaço. Isso cria um terreno fértil para a propagação de desinformação intencional, uma vez que a informação se torna vulnerável a distorções e manipulações.

A desinformação tem se consolidado como um dos principais desafios contemporâneos, influenciando debates políticos, decisões sociais e a própria percepção da realidade. O termo "disinformation", de origem inglesa, ganhou destaque após as eleições presidenciais nos Estados Unidos da América (EUA) em 2016, conforme observado por D'Acona (2018). Esse crescimento está associado à rápida proliferação das chamadas "fake news", que consistem em informações falsas, frequentemente sensacionalistas, apresentadas sob a máscara de reportagens legítimas, configurando-se, assim, como uma forma de desinformação.

No Brasil, a problemática da desinformação se agrava à medida que novas tecnologias de comunicação ampliam o alcance e a velocidade da circulação de narrativas falsas. Em especial, a desinformação de gênero, enquanto fenômeno estrutural, afeta de maneira desproporcional a participação política das mulheres,

contribuindo para sua deslegitimação e exclusão dos espaços de poder. Campanhas de desinformação direcionadas as mulheres frequentemente mobilizam discursos misóginos e estereótipos de gênero, reforçando desigualdades históricas e inviabilizando avanços na equidade política.

Para compreender a persistência e os efeitos da desinformação de gênero, é essencial considerar o papel da memória coletiva na construção das representações sociais. Como aponta Pollak (1992), a memória é seletiva e constantemente ressignificada a partir de disputas políticas e culturais. No contexto da desinformação, esse processo se torna ainda mais evidente, uma vez que narrativas falsas podem se apoiar em memórias coletivas distorcidas, reforçando crenças preexistentes e marginalizando determinadas experiências. No caso das mulheres na política, esse fenômeno contribui para a invisibilização de suas trajetórias e a perpetuação da desigualdade de gênero nos espaços de decisão.

A importância dessa questão é evidente e está no centro do debate político, tanto em âmbito nacional quanto internacional, sendo frequentemente abordada pelos principais veículos de comunicação. No entanto, é comum o uso generalizado e impreciso do termo "desinformação", muitas vezes limitando-se apenas à categoria de "fake news".

Neste estudo, o conceito de desinformação é compreendido como um fenômeno infocomunicacional, o que significa que ele aborda a forma como as pessoas interagem com o conteúdo (a informação) e com outras pessoas (a comunicação). Isso lança luz sobre a relação entre desinformação de gênero, objeto de investigação deste estudo, e serve como um guia para direcionar nossa abordagem epistemológica e teórica (Gouveia; Silva, 2020). Esse entendimento é relevante, ao reconhecer a impossibilidade de explorar plenamente o fenômeno humano sem considerar sua interação com a comunicação e o digital.

Esta abordagem implica em algumas considerações fundamentais: em primeiro lugar, a informação é vista como um conjunto estruturado de representações mentais, emocionais e racionais, sendo codificadas e moldadas socialmente. Em segundo lugar, essa informação é passível de ser documentada e comunicada.

Ao considerar a perspectiva apresentada pelos autores (Gouveia; Silva, 2020), é perceptível que a informação desempenha um papel central na formação do conhecimento e na comunicação, variando segundo o sujeito que a decodifica. Em outras palavras, a interpretação da informação é influenciada pelo processo

infocomunicacional, onde a consciência é direcionada para um objeto específico de maneira intencional.

Já a desinformação de gênero abrange, portanto, as atividades desinformativas ao gênero feminino, mas também aos demais gêneros que se encontram em situações de subalternidade, alicerçados em normatividades que regem aspectos morais com sua historicidade estruturada em um sistema patriarcal com premissas misóginas (Pierce, 2020). Assim, a compreensão da desinformação como um fenômeno infocomunicacional nos permite explorar as complexidades das dinâmicas sociais que perpetuam esse tipo de desinformação.

Porque apesar dos esforços atuais de pesquisa sobre desinformação, ainda há lacunas significativas a serem preenchidas, especialmente no entendimento dos impactos sociais desse fenômeno. É necessário transcender a análise individual e considerar as dimensões sociais e de gênero, a fim de orientar políticas públicas e estratégias eficazes de combate à desinformação. Uma das áreas impactadas socialmente é o cenário eleitoral. A falta de representação feminina configura não apenas um desafio para as democracias, mas também uma falha no funcionamento democrático.

Um estudo realizado em 2020, com base em inteligência artificial, revela que as candidatas do sexo feminino são alvo de ataques com maior frequência do que os candidatos do sexo masculino por trolls, contas de notícias falsas e bots (Di Meo, 2019). Além disso, as mulheres políticas adaptam suas atividades online para lidar com a desinformação, afetando suas agendas políticas, oportunidades eleitorais e outras prioridades.

Soluções, estratégias políticas e práticas devem pensar no combate à desinformação de gênero transcendendo a agenda da programação de contra desinformação. Elas devem incorporar discussões sobre as intervenções nas desigualdades de gênero. Especificamente no Brasil, devido ao contexto atual marcado por conservadorismo, em que se tenta apagar a memória da resistência política.

Em contraponto à disseminação da desinformação, as redes sociais digitais podem ser empregadas pelas mulheres como ferramentas de transformação, promovendo conteúdos informativos que dão visibilidade à causa feminista e resgatam memórias, além de se constituírem como espaços de expressão e resistência (Viana, 2020). A presença feminina nessas plataformas implica em ajustes e uma

reconfiguração das dinâmicas político-partidárias, interferindo nas estruturas já estabelecidas.

Judith Butler (2019), ao explorar a interseção entre política e afetividade, propõe uma análise do papel dos afetos na resistência política contemporânea. Para Butler, os afetos não são meramente reações individuais, mas instrumentos coletivos de contestação, fundamentais para a subversão de normas e estruturas de poder. Essa perspectiva dialoga diretamente com a memória, que, mais do que um repositório de eventos passados, é um campo de disputa política e um elemento estruturante das identidades e mobilizações sociais. A memória coletiva das lutas feministas e dos processos históricos de silenciamento não apenas resgata narrativas marginalizadas, mas também mobiliza afetos que sustentam redes de solidariedade e engajamento político.

No contexto da desinformação, essa relação entre afetos e memória adquire uma dimensão ainda mais crítica. A circulação de narrativas manipuladas busca não apenas distorcer fatos, mas também remodelar a memória coletiva, apagando ou ressignificando eventos e figuras que desafiam estruturas de poder hegemônicas. O impacto da desinformação sobre questões de gênero é significativo, uma vez que reforça estereótipos, descredibiliza mulheres em posições de liderança e perpetua formas simbólicas e materiais de violência. Assim, compreender como os afetos se vinculam à construção e manutenção da memória permite identificar estratégias para resistir a esses processos de apagamento e distorção.

Além disso, a memória não é apenas um instrumento de resgate do passado, mas um componente essencial para a construção de futuros alternativos. A evocação de afetos ligados a experiências de luta e resistência não apenas fortalece identidades coletivas, mas também inspira ações concretas no presente. Nesse sentido, a análise da desinformação não pode se limitar à identificação de falsidades e distorções, mas deve considerar como esses discursos manipulam afetos e mobilizam memórias seletivas para influenciar comportamentos políticos.

Nesta pesquisa, propõe-se uma análise centrada na mídia social digital *Twitter/X*, cuja relação com a política tem sido extensivamente estudada, tanto nos meios institucionais quanto nas organizações coletivas. Enquanto a reconstrução da memória desenvolvida por mulheres é um processo que ocorre de maneira socialmente modelada, percebida e estudada via registros informacionais, isto é, a partir de sua materialização. Portanto, apesar do ambiente nocivo das mídias sociais, as candidatas

em todo o mundo ocasionalmente conseguem utilizar o *Twitter/X* para apoiar suas ambições políticas, aproveitando suas redes de apoio online e offline (Di Meco, 2019). O objetivo de trazer o debate para o contexto nacional é elucidar as questões de desinformação de gênero nas campanhas eleitorais de 2022, ao mesmo tempo, em que destaca as ações emancipatórias de construção da memória para enfrentá-las.

Podemos inferir que tanto no fenômeno da desinformação de gênero quanto na (re)construção da memória, nas redes sociais digitais, ocorrem como ações direcionadas para alcançar a satisfação do conteúdo proposicional. Com a desinformação de gênero como objeto de estudo, entendida como fenômeno infocomunicacional intencional, e a (re)construção da memória como fenômeno intencional de registro da informação nas redes sociais digitais, o foco é na resistência e emancipação.

A proposição central deste estudo é que as mulheres na política desempenham um papel fundamental no enfrentamento à desinformação de gênero, valendo-se dos afetos e da (re)construção da memória como ferramentas estratégicas para combater esse fenômeno nas redes sociais digitais. Essa abordagem se baseia na crescente participação feminina na esfera política e em sua capacidade de mobilização e resistência diante de discursos discriminatórios e desinformativos.

O objetivo geral da pesquisa é compreender como a desinformação de gênero é enfrentada por meio da (re)construção da memória nas redes sociais digitais.

Para alcançar esse propósito, o estudo estabelece três objetivos específicos. O primeiro é identificar os mecanismos e estratégias empregados na disseminação da desinformação de gênero. O segundo busca analisar as ações informacionais de (re)construção da memória nas redes sociais digitais conduzidas por mulheres na política brasileira. Por fim, o terceiro objetivo é investigar a relação entre a memória nas redes sociais digitais e as estratégias de desarticulação da desinformação de gênero, apontando possíveis caminhos para seu enfrentamento.

Em suma, este estudo contribui para uma compreensão do papel das mulheres na política brasileira no enfrentamento à desinformação de gênero, destacando o potencial das redes sociais digitais como ferramenta de empoderamento, resistência e ação. A pesquisa é realizada em um contexto caracterizado pela crescente preocupação com a disseminação de informações falsas e distorcidas, especialmente no campo político, e pela necessidade de compreender as estratégias adotadas pelas mulheres na política diante dessa problemática.

A justificativa para a pesquisa está intimamente ligada às minhas próprias experiências e perspectivas como mulher e pesquisadora. Desde minha graduação, com o Trabalho de Conclusão de Curso sobre a perspectiva de gênero, analisando o movimento HeForShe (ElesPorElas) da ONU dentro da Universidade Federal da Paraíba e suas ações comunicacionais, até o mestrado, onde estudei e defendi a dissertação intitulada ESPAÇOS DE MEMÓRIA E IDENTIDADE FEMINISTA NO INSTAGRAM: análise a partir de coletivos feministas resistência das mulheres em ações no Instagram, minha motivação surge da necessidade de abordar essas questões a partir de uma perspectiva feminista, refletindo tanto minhas vivências quanto minha trajetória acadêmica. Desde o início, esta tese foi concebida com um caráter político e de intervenção, buscando contribuir para o ativismo e militância, mesmo que predominantemente no ambiente universitário. Isso reflete meu compromisso político em promover uma universidade pública e gratuita no Brasil, que possa abordar questões sociais relevantes e oferecer espaços para discussões críticas e engajadas.

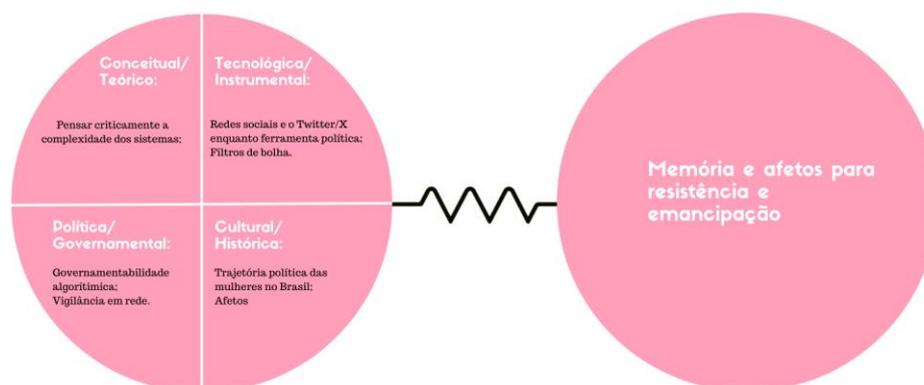
A relevância desta pesquisa para o campo da Ciência da Informação reside na importância de analisar o fenômeno da desinformação de gênero e da memória sob uma perspectiva informacional. Especificamente, no contexto do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), esta pesquisa está alinhada com a área de concentração Informação, Memória e Tecnologia, ao abordar a relação entre desinformação e memória mediada pelas tecnologias, bem como seus impactos sociopolíticos, econômicos, tecnológicos e culturais.

Em termos de contribuições para a sociedade, esta pesquisa propõe pensar em estratégias políticas e práticas que transcendam a mera programação contra desinformação, incorporando intervenções que abordem as desigualdades de gênero. Especificamente no contexto brasileiro, marcado pelo conservadorismo e pela tentativa de apagar a memória da resistência política, é essencial dar visibilidade às narrativas das mulheres subalternizadas e promover uma análise crítica das estruturas de poder existentes. O estudo busca contribuir para o fortalecimento de estratégias de enfrentamento à desinformação, bem como para a ampliação das possibilidades de resistência e ação feminista no cenário político contemporâneo.

A pesquisa aborda a problemática da desinformação de gênero em diferentes contextos espaço-temporais, identificando quatro dimensões a serem exploradas: teórica/conceitual, cultural/subjetiva, política/governamental e tecnológica/instrumental.

Essas dimensões representam categorias fundamentais para a análise e crítica da desinformação de gênero, cada uma com suas peculiaridades, mas interconectadas ao longo do processo de investigação e nas estratégias de resistência crítica.

Figura 1 - Dimensões da desinformação e da resistência



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Na dimensão conceitual/teórica desenvolve um esforço de entender de maneira conceitual e teórica o fenômeno da desinformação e, sobretudo, da desinformação de gênero sob a perspectiva da Ciência da Informação, e dentro dessa fronteira demonstrar os caminhos possíveis de contribuição para se poder desarticular a desinformação.

Na dimensão tecnológica/instrumental, estuda sobre as redes sociais digitais e sua arquitetura, bem como o *Twitter/X* enquanto espaço de ferramenta política, com os benefícios da tecnologia e suas promessas de melhoras. Embora proporcione fluxo de grande escala, é importante mencionar as técnicas para amplificar os conteúdos das inúmeras plataformas que hospedam e reproduzem em velocidades vertiginosas, assim como, o uso de bots, filtros, bolhas e câmara de ecos.

Enquanto na dimensão política, entende-se que é preciso investigar a desinformação também a partir de uma visão crítica, incluindo aspectos políticos. Algumas investigações sobre o discurso público da desinformação estão intrinsecamente ligadas às redes sociais digitais e tecnologias e plataformas e, muitas

vezes, despolitizadas, enquadrando a desinformação como “poluente” ou “infectante”. Esse enquadramento desconecta a desinformação das políticas mais amplas de produção de conhecimento e dos sistemas de poder que a sustentam, em outras palavras, quem se beneficia e por quê?

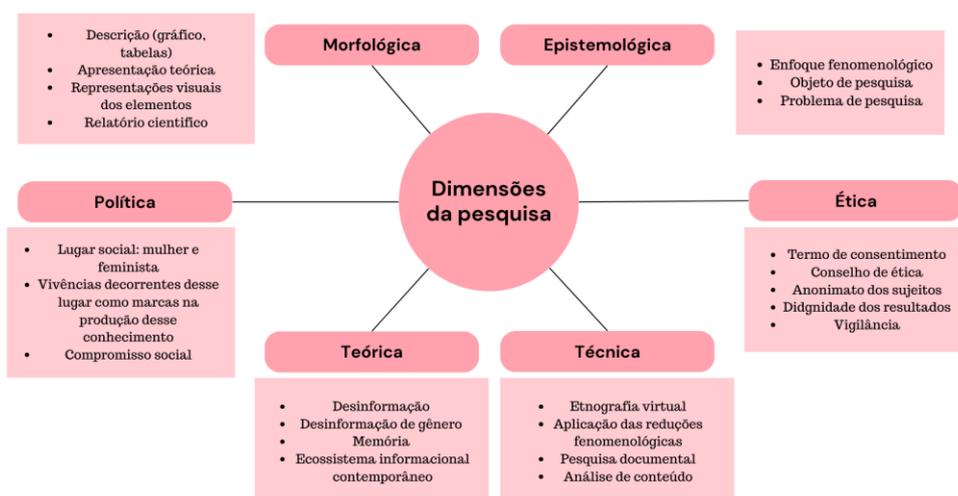
Ainda nesse ciclo, a dimensão cultural, entende que gênero é um marcador fundamental para a criação, disseminação e aceitação de narrativas de desinformação. Sejam explícitas ou não, essas formas de discriminação decorrem do patriarcado e do conjunto de crenças que privilegiam as decisões e o poder dos homens (héteros cisgêneros) ao longo diferentes partes da sociedade (por exemplo, na família, no local de trabalho e na política).

Importante mencionar que, também existem os marcadores sociais de raça, entre pessoas de diferentes classes, pessoas com deficiências e entre heterossexuais. Cada um desses marcadores precisa ser discutido e colocado em pauta. Nessa pesquisa, limito-me a explorar a partir do viés de gênero, embora também explore e cruze com os outros marcadores.

Mas, para além dos obstáculos, sempre houve resistência, por isso, discutem-se as estratégias de enfrentamento, enquanto memória e afetos para uma emancipação, sobretudo informacional, no campo da política brasileira.

Dessa forma, para que a pesquisa se desenvolva de forma mais flexível, justificada pela investigação de problemas que variam conforme os fatores espaço-temporais, definiram seis dimensões metodológicas da prática científica: a epistemológica, morfológica, a política, a ética, a teórica e a técnica, conforme visto na figura 2.

Figura 2 - Dimensões da pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa a partir do conceito de Bufrem (2013)

O presente trabalho se apresenta subdividido em sete seções, iniciando com a introdução. Na segunda seção, apresenta-se o percurso metodológico, definindo o tipo de pesquisa quanto aos objetivos, a abordagem a ser utilizada, o campo empírico e a amostra da pesquisa, instrumentos, coleta e análise dos dados. Na terceira seção, discute-se o ecossistema da informação contemporânea, suas tensões e contradições, discutindo sobre a governamentalidade algorítmica, mas também as motivações de afetos para reprodução e compartilhamento de sentidos, baseadas no ressentimento. A quarta seção apresenta questões conceituais acerca da desinformação em aspecto amplo e a desinformação a partir do recorte de gênero. Na quinta seção, discorre-se sobre o percurso histórico das mulheres na política brasileira e, por fim, na sexta seção, expõem-se as possibilidades emancipatórias de enfrentamento à desinformação, a partir da memória e afetos.

## 2 PERCURSO METODOLÓGICO

A mulher mais votada... apesar do CISTema não nos considerar mulher, eles vão ter que aceitar que sou a mulher mais votada (Erika Hilton, 2022).

No processo de pesquisa científica, o método é fundamental para descrever o percurso até os resultados, elucidando e embasando os fatos e as decisões, a partir da busca pelo alcance dos objetivos com eficácia e rigor científico na descoberta de novas soluções e aplicações de fenômenos, objetos e conhecimentos científicos.

Na investigação científica, com a utilização do método, a pesquisa é realizada com um conjunto de procedimentos sistemáticos, baseados no raciocínio lógico, com o objetivo de encontrar soluções para os problemas propostos (Andrade, 2001).

Minayo (2017) esclarece que a pesquisa científica engloba as problemáticas e os questionamentos oriundos das dúvidas como condição inerente na busca daquilo que não se conhece, apesar dos avanços teóricos e metodológicos, a incerteza e a ausência do conhecimento sobre a essência do objeto promove o estímulo da pesquisa.

Adota-se, neste estudo, uma posição epistemológica de compreensão ativa e dialógica, que implica refletir sobre as interações, diferentes racionalidades e intencionalidades, reconhecendo a existência do outro (o social) que influencia a construção do conhecimento sobre um objeto. Essa abordagem promove a co-construção do conhecimento, alinhada com a epistemologia social proposta por Jesse Shera (1970).

No âmbito do paradigma cognitivo social, utiliza-se o enfoque nos elementos subjetivos das mulheres que produzem informação e em sua interpretação da realidade. De acordo com Capurro (2003, p. 9), esse paradigma busca abandonar a busca por uma linguagem ideal para representar o conhecimento ou um algoritmo ideal para modelar a recuperação da informação, em vez disso, considera os contextos diversos e variados que influenciam o interesse na busca por informação de cada usuário(a) ou comunidade, com ênfase na interação do sujeito com o ambiente organizacional.

Aqui, utiliza-se a concepção de informação como uma construção humana, resultante das representações do mundo exterior em conjunto com as significações e interpretações derivadas dos processos mentais (Capurro, 2003). Quanto à memória, abordada sob uma perspectiva cognitiva, entende-se como responsável por armazenar

informações, ou seja, as percepções vivenciadas anteriormente que se combinam com as experiências presentes.

Esta tese se enquadra em uma pesquisa social aplicada, cujo campo empírico foi o *Twitter/X*. Quanto aos objetivos, de acordo com Collado, Lucio e Sampiere (2006, p. 103), classificam-se como uma pesquisa correlacional “que tem o objetivo de avaliar a relação entre dois ou mais conceitos, categorias ou variáveis (em determinado contexto)”. Nessa investigação, relaciona-se o fenômeno da memória nas redes sociais digitais e a desinformação de gênero no período eleitoral de 2022. Quanto à forma de abordagem, se constitui enquanto qualitativa.

Ponderando sobre a fluidez do fenômeno, optou-se por pesquisar no *Twitter/X* e como método utilizado, a pesquisa documental, no qual engloba uma diversidade de fontes que podem ser utilizadas em seu modo original, como arquivos e documentos que não receberam nenhum tratamento analítico (Gil, 2010) e a etnografia virtual, que se preocupa em analisar a especificidade do ambiente virtual em que a pesquisa é realizada (Hine, 2011).

## 2.1 TWITTER/X COMO CAMPO EMPÍRICO DA PESQUISA

Fundada em março de 2006, com o propósito de ser uma ferramenta de micromensagens, a rede social *Twitter/X* obteve um exponencial crescimento no mundo e, sobretudo, no Brasil. Originalmente com o foco na divulgação de mensagens, os(as) usuários(as) eram convidados(as) a responder à pergunta “O que você está fazendo” em até 140 caracteres. Atualmente, como processo inerente à apropriação tecnológica, a questão inicial atinge um novo patamar, sendo: “O que está acontecendo?”, ou seja, além de mensagens pessoais, também é usado para notícias curtas, publicidades, ferramentas jornalísticas, além da utilização para a coordenação síncrona de grupos ativistas (Shirky, 2011).

Percebe-se, nos novos usos conferidos ao *Twitter/X*, que a informação é construída, trocada e valorada, uma espécie de plataforma híbrida entre blog, rede social e mensageiro instantâneo (Orihuela, 2007). Sendo uma ferramenta apropriada simbolicamente para a construção do espaço social no cotidiano dos atores, com práticas que geram um novo significado no seu uso e que são constantemente adaptados e reconstruídos pela dinâmica sistêmica que envolve os grupos (Recuero, 2012).

Sobre o *Twitter/X*, destacam-se alguns elementos e funções importantes para a discussão dessa pesquisa:

- a) *Timeline*: página inicial (linha do tempo) apresentados na interface em ordem temporal decrescente (do mais atual para o mais antigo):



Fonte: <https://twitter.com/ufpeoficial>

Acesso em fev, 2024.

- b) *Tweet*: mensagem escrita, registrada e disposta na *timeline* pelos usuários;



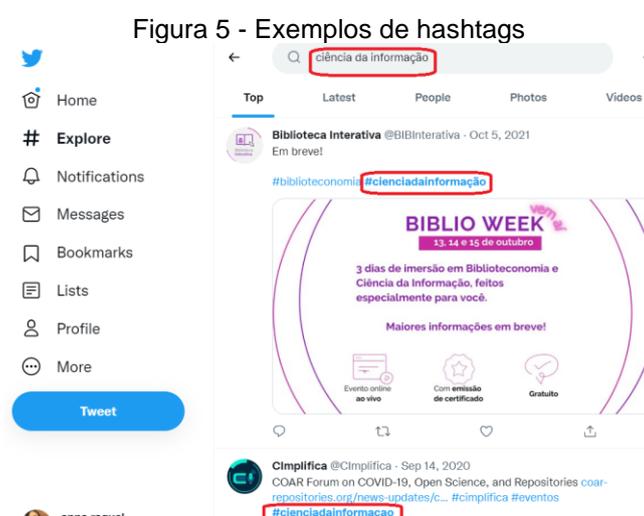
Fonte: <https://twitter.com/ufpeoficial/status/1570390726491373569?cxt=HHwWgoCwsfSCK8srAAAA>  
Acesso em fev, 2024.

- c) *Retweet*: citação direta realizada na *timeline* do usuário referente ao conteúdo registrado por outro usuário;

d) Seguidores (*Followers*): indivíduos que seguem o perfil de um usuário e acompanham suas atualizações; os usuários também podem ainda trocar mensagens entre si por duas vias: por mensagem direta (no caso, apenas quem envia e recebe tem acesso à mensagem) ou por *replies*, em recados públicos direcionados a partir do símbolo “@”.

e) Seguindo (*Followings*): indivíduos que um usuário segue e recebe as atualizações. Os usuários podem seguir perfis de pessoas do seu interesse, assim receberá atualização dessas pessoas na *timeline*;

f) *Hashtags*: o recurso do *tagging* (em tradução livre, etiquetar) consiste no processo de associação de metadados de textos e imagens, sem uma lógica de padrão taxonômico utilizado nos vocabulários controlados, ou seja, qualquer palavra pode ser utilizada como *tag*, sendo usadas para facilitar a recuperação de informações no sistema sobre mensagens com um mesmo tema. Popularmente conhecido como *hashtags*, é um protocolo utilizado na rede, utilizando-se do sinal de suspenso (“hash”, em inglês) antes de uma ou mais palavras que servirão como *tag*, estimulando a formação e consolidação de movimentos organizados na web. Possibilitam, ainda, no curso das interações entre os indivíduos, os embates de opinião, como filiações às causas estabelecidas e denúncias de práticas socialmente inaceitáveis em um contexto moral coletivo.



Fonte: [https://twitter.com/search?q=ciencia%20da%20informa%C3%A7%C3%A3o&src=typed\\_query](https://twitter.com/search?q=ciencia%20da%20informa%C3%A7%C3%A3o&src=typed_query).

Acesso em fev, 2024.

g) *Trending Topics (TTs)*: são listas em tempo real dos termos e/ou frases mais publicados no *Twitter/X*, em âmbito mundial, nacional ou regional. A fim de recuperar e

ranquear os principais *tweets* do momento, para que todos verifiquem os temas virais, o *Twitter/X* disponibiliza o recurso *Trending Topics*, reunindo as principais palavras-chave que circulam pela rede social em períodos diferentes do dia. Os Trends são gerados automaticamente por um algoritmo que tenta identificar assuntos que estão sendo muito falados nesse momento mais que no passado.

Desde sua criação, algumas mudanças foram feitas para otimizar a descoberta dessas pautas, sendo, atualmente, divididas entre tendências personalizadas, baseadas em um estudo de perfil do usuário, ou tendências generalizadas-acessadas de forma geolocalizada.



Fonte: <https://twitter.com/explore/tabs/for-you>  
Acesso em fev, 2024.

Conforme apresentado, é um espaço em que é permitido aos usuários(as) construir perfis públicos, articular suas redes de contatos e tornar visíveis essas conexões (Boyd; Ellison, 2007). Portanto, entender essas práticas e seus significados é fundamental para também compreender os impactos desses sites na sociedade (p. 114 e 115).

### 2.1.1 Transformações na Interface do Twitter sob a Administração de Elon Musk

A interface do Twitter teve modificações substanciais implementadas na interface do Twitter durante o período de gestão de Elon Musk. O empresário e CEO de empresas como SpaceX e xAI, promoveu alterações significativas no design e nas funcionalidades da plataforma. As transformações incluem mudanças no logo, limites de leitura, verificações pagas, expansão do TweetDeck e modificações nas mensagens diretas (DMs). As alterações trouxeram impacto na experiência do usuário, na integridade da informação e na dinâmica geral da comunidade no Twitter, sendo elas:

- a) Novo Logo e Integração de Ferramentas: A mudança do logo para o símbolo 'X' está alinhada ao plano de Musk de criar um aplicativo abrangente que incorpora ferramentas de áudio, vídeo, mensagens e pagamentos. Essa iniciativa visa unificar a rede social com outras empresas pertencentes a Musk, como SpaceX e xAI, criando uma sinergia entre suas distintas empreitadas tecnológicas.
- b) Limite de Leitura e Controle de Dados: a imposição temporária de um limite diário de leitura para usuários não verificados, anunciada por Musk, foi justificada como uma medida para mitigar níveis extremos de extração de dados e manipulação do sistema.
- c) Verificação Paga e Credibilidade de Contas: permite que qualquer usuário obtenha o selo de verificado mediante assinatura do Twitter Blue, versão paga da rede, gerando impacto na autenticidade das contas e na confiança da comunidade nas informações veiculadas. Pode haver um aumento na quantidade de contas verificadas. Isso pode tornar mais difícil para os usuários discernirem entre contas autênticas e falsas, facilitando potencialmente a disseminação de informações enganosas por parte de contas que buscam uma aparência de credibilidade.
- d) Tuítes Ampliados e Editáveis: a introdução da capacidade de criar tuítes mais extensos e a opção de editar posts até 30 minutos após a publicação, disponíveis exclusivamente para usuários do Twitter Blue, prejudicando a qualidade do conteúdo compartilhado. A capacidade de criar tuítes mais longos e editar posts posteriormente pode proporcionar um ambiente propício para a elaboração de narrativas mais complexas e manipulação de informações. Isso pode ser explorado por indivíduos mal-intencionados para disseminar desinformação de maneira mais sutil, pois têm mais espaço para moldar mensagens de acordo com seus objetivos.
- e) Métricas Aperfeiçoadas e Introdução da Aba 'Para Você': a incorporação de métricas adicionais nos tuítes, juntamente com a ênfase dada à aba 'Para Você', que exibe tuítes recomendados, incluindo de usuários não seguidos, pode promover a viralização de conteúdo desinformativo, uma vez que as métricas de engajamento podem ser interpretadas como indicadores de popularidade, independentemente da veracidade das informações.

- f) Community Notes e Checagem Colaborativa de Fatos: a implementação global do sistema colaborativo de checagem de fatos, conhecido como Community Notes. Embora a checagem colaborativa de fatos (Community Notes) tenha o potencial de promover a veracidade das informações, a dinâmica colaborativa pode levar a debates e controvérsias sobre o que é considerado fato ou desinformação. Isso pode resultar em cenários em que informações legítimas são contestadas, ou desinformação é erroneamente validada pela comunidade.
- g) Mudanças nas Mensagens Diretas (DMs): as alterações nas DMs, incluindo o aumento do limite em grupos e a exibição de mensagens de não seguidores em uma caixa separada, denominada "Solicitações de mensagem". A imposição temporária de um limite de leitura para usuários não verificados pode afetar a capacidade desses usuários de acessar uma variedade de fontes de informação, potencialmente restringindo seu entendimento do contexto e facilitando a manipulação por meio da seleção seletiva de informações.

Em resumo, as mudanças na interface do *Twitter* podem criar um ambiente mais complexo e desafiador no que diz respeito à detecção e combate à desinformação. Embora algumas alterações tenham sido motivadas por objetivos estratégicos e comerciais, elas criam desafios significativos no combate à desinformação, exigindo maior criticidade por parte dos usuários e esforços mais robustos de regulação e moderação. Sob a gestão de Elon Musk, a abordagem mais permissiva à liberdade de expressão reduziu os níveis de moderação, criando um ambiente onde conteúdos controversos, incluindo discursos de ódio e desinformação, circulam com maior facilidade. Essa flexibilização, embora promovida como um valor democrático, potencializou a disseminação de informações nocivas ao privilegiar a pluralidade sem contrapesos eficazes.

Além disso, as alterações no algoritmo da plataforma, voltadas para priorizar engajamento, intensificaram a visibilidade de conteúdos polêmicos e sensacionalistas. Essa estratégia, ao focar em interações e alcance, frequentemente beneficia narrativas desinformativas, que se destacam pela polarização e controvérsia geradas.

A credibilidade das informações também foi comprometida com a implementação do modelo de verificação pago, o X Premium. O selo azul, antes

sinônimo de autenticidade, passou a ser acessível mediante pagamento, permitindo que agentes de desinformação e contas não confiáveis adquiram o *status* de verificação. Combinada à redução das equipes de moderação e à menor atuação contra bots e contas falsas, essa mudança tornou mais difícil identificar fontes confiáveis.

A ampliação do formato de postagens e vídeos para conteúdos mais longos adicionou outro fator preocupante. Narrativas desinformativas agora podem ser apresentadas de forma mais elaborada e sofisticada, dificultando sua detecção e a resposta a elas. Paralelamente, o incentivo financeiro por meio da monetização de criadores baseados em engajamento encoraja a produção de conteúdos projetados para atrair atenção, mesmo que sejam enganosos. Essa dinâmica prioriza o lucro em detrimento da qualidade e confiabilidade das informações disponibilizadas na plataforma.

Isso exige esforços robustos de regulação, moderação, e maior criticidade dos usuários para mitigar os impactos negativos no ecossistema informacional.

Nesse contexto, ao adentrar nos estudos das redes sociais digitais, é fundamental considerar tanto a estrutura dessas plataformas quanto as dinâmicas de interação que nelas ocorrem. Enquanto a análise estrutural busca compreender como se organizam as relações sociais — como quem segue quem, quais perfis são mencionados e as atualizações realizadas (Recuero; Bastos; Zago, 2015) —, os estudos das dinâmicas focam nos processos de interação, observando, por exemplo, quais mensagens são repetidas em determinado período, com quem os perfis dialogam e qual é a audiência e entonação predominantes.

Nesta pesquisa, a atenção concentra-se principalmente nas dinâmicas que emergem na plataforma *Twitter/X*, explorando os processos de interação que influenciam diretamente a circulação e o impacto de narrativas, incluindo aquelas ligadas à desinformação.

### **2.1.2 Capital Social no antigo Twitter (X)**

Putnam (1993), ao estudar o caso da Itália moderna (entre o período de 1970 a 1989) apresenta o conceito de capital social, em que se refere a “características da organização social, como confiança, normas e redes, que podem melhorar a eficiência da sociedade ao facilitar ações coordenadas” (Putnam, 1993, p.177).

Segundo o autor, o capital social concentra-se principalmente nas conexões e tem como elementos fundamentais a reciprocidade e confiança. Neste sentido, capital social está intimamente relacionado com o que muitos chamam de 'virtude cívica', instrumento subjetivo de participação social e política.

Bourdieu (1983), também estabelece que capital social é um conjunto de recursos reais e potenciais que estão ligados à detenção de uma rede durável de relações aproximadamente institucionalizadas de conhecimento e reconhecimento mútuo. Ou seja, o capital social envolve dinâmicas que dependem de investimento dos indivíduos, visto que a rede de relacionamentos é o produto de estratégias de investimentos, seja individual e coletivo," consciente ou inconscientemente, a fim de criar ou reproduzir relações sociais que podem ser utilizadas a curto ou a longo prazo" (Bourdieu, 1986, p. 249).

Coleman (1988) define capital social como:

uma variedade de diferentes entidades, com dois elementos em comum: todas consistem em algum aspecto da estrutura social, e facilitam certas ações dos atores – atores tanto individuais como corporativos – dentro da estrutura.

A definição apresentada por Coleman, engloba mais do que das associações horizontais, mas também as verticais, além das relações entre as associações também entre seus membros.

Percebe-se que há uma definição fluida e global em que o conceito de capital social se torna difuso, principalmente porque as redes de confiança e solidariedade podem se referir a organizações e associações de bairros, entidades, além de laços sociais mais informais, como amizades.

É, portanto, duplo facetado, coletivo e individual. No que concerne ao indivíduo, podendo alocar esses recursos e utilizá-los e, no que concerne ao coletivo, porque ao fazer parte das relações de um grupo ou redes social e somente existe com ele. Existindo apenas enquanto recurso coletivo, mas com capacidade de ser utilizado individualmente.

O capital social se apresenta de maneira heterogênea e se constrói em categorias, definidas por Coleman (1988) como:

a) relacional: resultando da soma das relações, laços e trocas que conectam os indivíduos de uma determinada rede;

- b) normativo: compreende as normas de comportamento e valores de um determinado grupo;
- c) cognitivo: abrange a soma do conhecimento das informações colocadas em comum por um grupo;
- d) confiança: compreenda a confiança no comportamento de indivíduos de um determinado ambiente;
- e) institucional: inclui as instituições formais e informais em que se estrutura o grupo.

Constituindo, portanto, de recursos de um determinado grupo, obtido através da comunhão dos recursos individuais, podendo ser usufruído por todos os membros, ou seja, está embutido nas relações sociais e baseia-se no conteúdo delas. Isso implica que para que se estude o capital social dessas redes, é preciso estudar não apenas as relações, mas também os conteúdos provenientes.

O capital social, possibilita a existência de laços comunitários fortes e capazes de garantir a ação coletiva, levando as pessoas a participarem ativamente do processo de construção da democracia por via de mecanismos nem sempre convencionais de envolvimento político (Baquero; Souza; Scherer, 2009).

Exigindo também um esforço de sociabilidade, dispêndio do tempo e de energia, além de outras formas de capital indiretamente (capital econômico, por exemplo). Somado a isso, ainda consegue interação (e interesse) dos indivíduos.

Podemos identificar o capital social nas redes sociais digitais, sobretudo no *Twitter/X*, que prevê algumas apropriações. Em pesquisa realizada por Recuero e Zago (2015), foi identificado duas principais:

- a) a conversação: que ocorre nas trocas entre indivíduos e provê acesso a capital de suporte social, laços sociais, reputação e visibilidade;
- b) informação: em que se refere ao compartilhamento de notícias e links, envolvendo a mobilização de capital de acesso à informação, reputação, visibilidade, popularidade, conhecimento.

Como exemplo ilustrativo de como ocorre as dinâmicas no *Twitter/X* tem-se a viralização do comentário do ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, em 18 de fevereiro de 2017. A fala foi preferida em comício, no qual tentava explicar a restrição à entrada de imigrantes no país, em seu discurso argumentativo justifica os atentados terroristas acontecidos recentemente em lugares como Paris, Nice, Bruxelas e Suécia,

utilizando da frase: “na noite passada na Suécia”. A declaração viralizou e virou motivo de humor nas redes sociais digitais, levando a pauta a discussão pela imprensa.

No mesmo dia, o ex-primeiro-ministro da Suécia, pede esclarecimentos a Trump: “Suécia? Ataque terrorista? O que ele tem fumado? Muitos questionamentos.<sup>1</sup> Ao fazer perguntas e contestar a afirmação de Trump, Bildt mobiliza capital social relacional, estimulando um clima de conversação.

Após isso, no dia 19 de fevereiro, Trump postou um tweet esclarecendo sua frase: “Minha declaração sobre o que está acontecendo na Suécia foi feita em referência a uma história veiculada na @FoxNews sobre imigrantes e Suécia”. Nesse tweet há mobilização do capital social do tipo cognitivo e um caráter informacional, em que explicando suas motivações também visa compartilhar um conhecimento para os seguidores.

A partir das interações do dia a dia o capital social é acionado, “mesmo com aquela mensagem aparentemente despretensiosa postada estamos à procura de suporte social (“como assim ninguém curtiu?”), de respostas ou de visibilidade. (...) É por isso que o capital social pode ser compreendido como o motor das dinâmicas sociais, sobretudo em período eleitoral.

A confiança, um dos pilares definidos por Coleman (1988), tem sido enfraquecida pela proliferação de contas verificadas via X Premium, que não necessariamente refletem credibilidade. Essa mudança interfere diretamente na percepção de legitimidade das redes sociais digitais formadas na plataforma, dificultando a identificação de fontes confiáveis e ampliando o risco de desinformação.

Além disso, as normas compartilhadas, que representam o consenso sobre comportamentos aceitáveis, tornam-se cada vez mais fluidas e fragmentadas no X. A ausência de uma moderação consistente contribui para a formação de bolhas informacionais e comunidades polarizadas, onde as normas são determinadas por afinidades ideológicas em vez de valores universais, como a veracidade ou a empatia.

No que diz respeito às redes sociais digitais, a estrutura do X tem favorecido a formação de conexões mais amplas, mas nem sempre significativas ou coesas. O incentivo ao engajamento e à viralização prioriza interações de curto prazo, muitas vezes superficiais, em detrimento de relações sólidas que possam promover cooperação e diálogo genuíno.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://twitter.com/carlbildt/status/833219648044855296>

Assim, o capital social no X reflete uma tensão entre as potencialidades das redes sociais digitais para fortalecer conexões e os desafios impostos pelas dinâmicas da plataforma, que frequentemente desestabilizam os elementos essenciais de confiança, normas e redes coesas, conforme discutido por Coleman (1988).

## 2.2 UNIVERSO DA PESQUISA

Para a delimitação da amostra, foi essencial compreender o cenário político brasileiro atual, que contextualiza o universo da pesquisa e permite delimitar o escopo em relação à temática geral. O fenômeno da desinformação de gênero apresenta características dinâmicas e mutáveis, o que torna desafiador estabelecer um afastamento temporal entre o fenômeno e seu processo de análise científica.

Essa instabilidade é intensificada pela velocidade com que os fenômenos relacionados à desinformação de gênero se transformam, impactando diretamente o contexto social e dificultando a identificação de elementos estabilizadores. Como apontam Fragoso, Recuero e Amaral (2011), a ausência de um ponto fixo para análise exige que o pesquisador adote abordagens adaptáveis e contínuas, capazes de acompanhar as rápidas transformações desse fenômeno em um ambiente político e social em constante mudança.

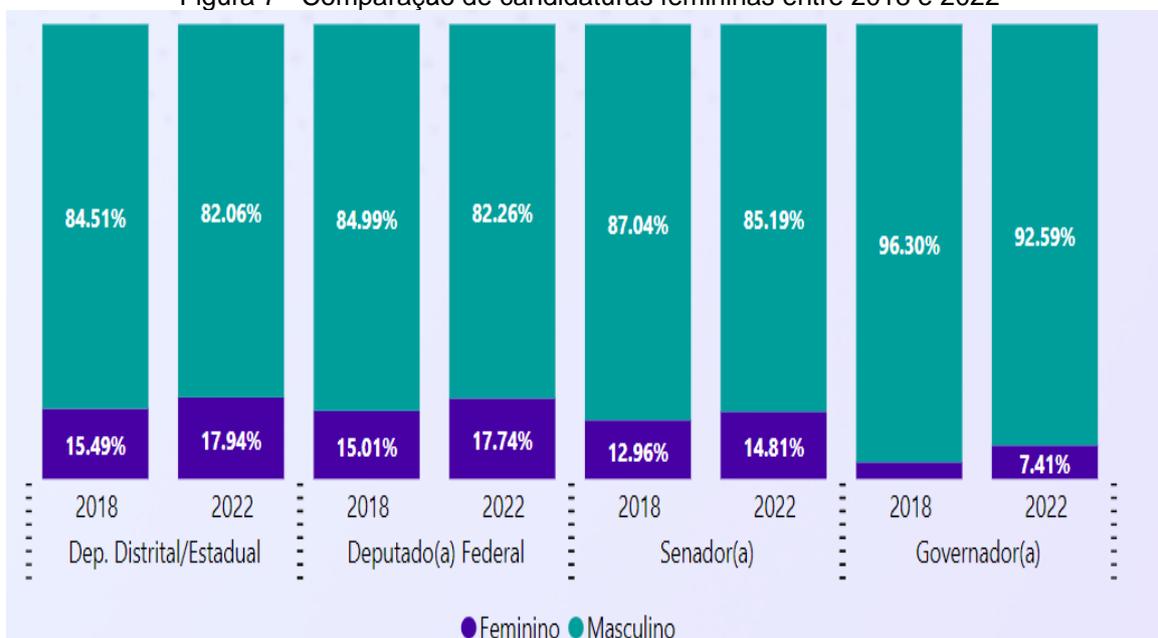
### 2.2.1 Amostra da pesquisa

A amostra desta pesquisa consiste nas candidatas eleitas durante as eleições de 2022. A escolha desse grupo é respaldada pelos resultados relacionados ao conceito de desinformação de gênero, cujo propósito é prejudicar as manifestações públicas e minar a credibilidade das mulheres, especialmente no campo político, sendo amplamente suscetível à criação e disseminação dessas narrativas machistas.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres representam 51,8% da população brasileira. Entretanto, nas eleições de 2022, apenas 302 mulheres foram eleitas para cargos na Câmara dos Deputados, Senado, Assembleias Legislativas e governos estaduais, em comparação com 1.394 homens, conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral. Além disso, dos 9.794 candidatos do sexo feminino, incluindo suplentes, apenas 302 conseguiram se eleger, o que corresponde a aproximadamente 3,1%, enquanto dos 19.072 candidatos do sexo

masculino, 1.346 foram eleitos, representando quase 7%. Embora tenha havido um leve aumento no número de candidaturas femininas em comparação com as eleições de 2018, os dados evidenciam a persistência da disparidade de gênero, como ilustrado na figura 7.

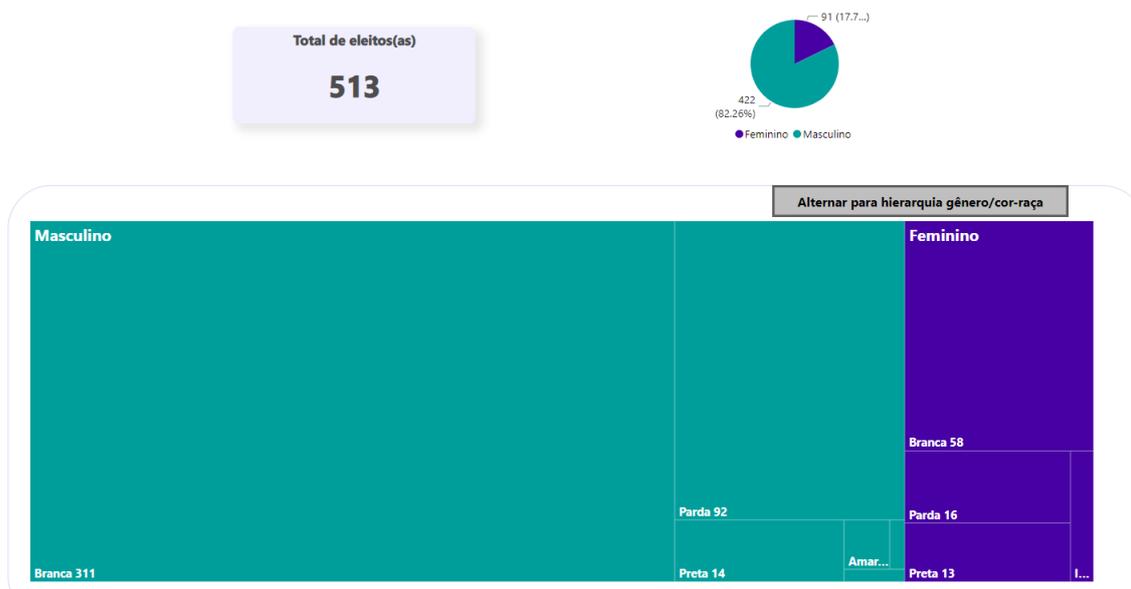
Figura 7 - Comparação de candidaturas femininas entre 2018 e 2022



Quatro candidatas concorreram à Presidência e sete à vice-presidência, porém nenhuma delas foi eleita. No âmbito do Executivo estadual, a disparidade de gênero é ainda mais evidente: 38 mulheres disputaram o cargo de governadora e 89 o de vice-governadora, em comparação com 185 homens que concorreram ao cargo de governador. Apenas duas das 27 unidades federativas terão uma mulher como chefe do Executivo: Raquel Lyra, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em Pernambuco, e Fátima Bezerra, do Partido dos Trabalhadores (PT), no Rio Grande do Norte. Essa realidade ressalta a desigualdade de gênero, uma vez que, apesar de constituírem a maioria do eleitorado nas eleições (52,65%), as mulheres estão sub-representadas em cargos de poder.

Das 513 cadeiras em disputa, 91 mulheres foram eleitas como deputadas federais, ocupando 17,7% das vagas na Câmara, conforme ilustrado na figura abaixo:

Figura 8 - Comparação de gênero



Fonte: Observatório Nacional de Mulheres na política (2023)

Apesar do aumento no número de mulheres candidatas de 2018 para 2022, os avanços ainda são modestos, evidenciando a persistente desigualdade de gênero no Brasil. Além disso, o levantamento revela uma sub-representação do marcador social de raça, pois as mulheres brancas apresentaram um desempenho eleitoral superior em comparação com as mulheres pardas e pretas. Dos dados coletados, observa-se que houve a eleição de 58 mulheres brancas, 16 pardas e apenas 13 pretas, consoante a autodeclaração de cada candidata. Ao analisar a distribuição por estados brasileiros, tem-se o seguinte panorama:

Figura 9 - Distribuição geográfica

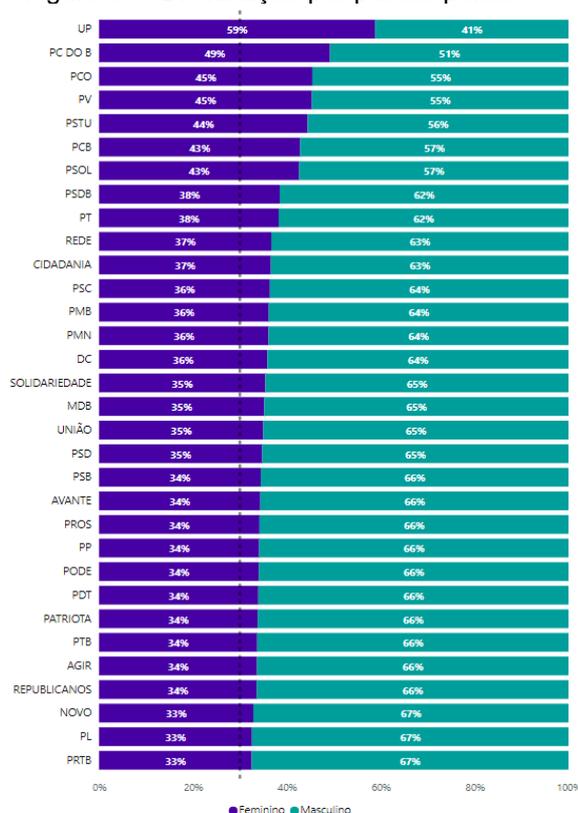


Fonte: Observatório Nacional de Mulheres na política (2023)

Dos estados que elegeram mais mulheres, em ordem decrescente, destacam-se o Centro-Oeste (38%), norte (37%), nordeste (36%), sul (35%) e, por último, o sudeste (35%). No que diz respeito às mulheres negras, merecem destaque o Acre e o Maranhão, onde, das três mulheres eleitas, duas são negras (66,7%). Na Bahia e no Pará, das cinco eleitas, três são mulheres negras (60%). Proporcionalmente, a região que mais elegeu mulheres negras foi o Norte (57,1%), seguido pelo nordeste e pelo sudeste, ambos com 33,3%, e pelo Sul, onde 20% das eleitas são mulheres negra.

Quanto à posição ideológica representada pelos partidos, observou-se menos lideranças progressistas, sendo a maioria posicionada à direita, conforme ilustrado na figura a seguir:

Figura 10 - Distribuição por partido político



Fonte: Observatório Nacional de Mulheres na política (2023)

Embora as duas mulheres negras mais votadas sejam de partidos de esquerda, como Erika Hilton do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL/SP) e Marina Silva (REDE/SP), com 256 mil e 237 mil votos, respectivamente, e possuam um perfil nacionalmente reconhecido e legítimo, não se pode afirmar, de forma geral, que haverá um avanço nos direitos das mulheres. Isso se deve, principalmente, ao fato de que questões como os direitos sexuais e reprodutivos permanecem limitadas pelo conservadorismo.

Em relação às deputadas mais votadas em oito estados e no Distrito Federal, destacam-se nomes como

- 1- Carla Zambelli do Partido Livre (PL), com 946.244 votos em São Paulo;
- 2- Tábata Amaral do Partido Social Brasileiro (PSB), com 337.873 votos em São Paulo;
- 3- Gleisi do Partido dos Trabalhadores (PT), com 261.247 votos no Paraná;
- 4- Dra. Alessandra Haber do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), com 258.907 votos no Pará;
- 5- Erika Hilton do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), com 256.903 votos em São Paulo;
- 6- Marina Silva (REDE), com 237.526 votos em São Paulo;
- 7- Carol de Toni do Partido Livre (PL), com 227.632 votos em Santa Catarina;
- 8- Sâmia Bomfim do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), com 226.187 votos em São Paulo;
- 9- Clarissa Tércio do Partido Progressista (PP), com 240.511 votos em Pernambuco;
- 10- Bia Kicis do Partido Livre (PL), com 214.733 votos no Distrito Federal;
- 11- Daniela do Waguinho (UNIÃO), com 213.706 votos no Rio de Janeiro;
- 12- Fernanda Melchionna do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), com 199.894 votos no Rio Grande do Sul;
- 13- Taliria Petrone, também do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), com 198.548 votos no Rio de Janeiro.

De modo geral, o Partido Livre e a federação liderada pelo Partido dos Trabalhadores são os partidos com maior representação feminina, sendo também as duas maiores bancadas da Câmara dos Deputados. A federação conta com 21 deputadas, sendo 18 do Partido Trabalhista e três do Partido Comunista do Brasil, enquanto o Partido Livre elegeu 17 deputadas federais. Além disso, observa-se um

avanço considerável na representatividade de pessoas LGBTQIA+, com a eleição de cinco mulheres trans e travestis como deputadas federais e estaduais, um marco histórico na política brasileira. Estes avanços indicam uma crescente diversidade na representação política, embora ainda haja uma significativa lacuna na participação de outros grupos historicamente sub-representados.

Para delimitação da amostra da pesquisa, visando sua exequibilidade, optou-se por uma amostragem intencional. Este método, que permite a seleção discricionária de elementos considerados mais adequados aos objetivos da pesquisa dentro de um universo específico.

Para garantir a efetividade dessa escolha, foram estabelecidos os seguintes critérios:

- a) A amostra deve incluir representantes de partidos com diferentes ideologias, incluindo conservadores, progressistas e neutros;
- b) As candidatas selecionadas devem ter sido eleitas no ano de 2022;
- c) A amostra deve se restringir ao mesmo campo semântico de atuação, ou seja, as eleitas devem ocupar o mesmo cargo;
- d) Prioridade para candidatas com maior índice de votação, visto que apresentam maior probabilidade de destaque e reconhecimento.

No âmbito do governo estadual, apenas duas governadoras foram eleitas, Fátima Bezerra e Raquel Lyra, representando, portanto, apenas duas ideologias diferentes. Além disso, as senadoras eleitas pertencem a dois partidos conservadores e dois partidos progressistas, o que não contempla a diversidade ideológica desejada para a pesquisa. Por questões de exequibilidade, foi adicionado o critério de relação entre amostragem e população. Considerando a menor quantidade de candidatas eleitas para cargos de deputadas estaduais ao nível nacional, em comparação com as deputadas federais, a pesquisa foi delimitada para incluir as 12 mulheres eleitas como deputadas federais com a maior quantidade de votos.

Com a aplicação dos critérios, o universo e a amostra foram delimitados, conforme o Quadro 1:

Quadro 1 - Amostra da pesquisa

<b>Nome</b>	<b>Estado</b>	<b>Partido</b>	<b>Ideologia do Partido</b>	<b>Quantidade de votos</b>
Carla Zambelli	São Paulo	Partido Livre (PL)	Conservador	946.244

Tabata Amaral	São Paulo	Partido Socialista Brasileiro (PSB)	Neutro	337.873
Gleisi Hoffman	Paraná	Partido dos Trabalhadores (PT)	Progressista	261.247
Dra. Alessandra Haber	Pará	Movimento Democrático Brasileiro (MDB)	Neutro	258.907
Erika Hilton	São Paulo	Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)	Progressista	256.903
Clarissa Tércio	Pernambuco	Partido Progressistas (PP)	Conservador	240.511
Marina Silva	São Paulo	Rede	Neutro	237.526
Carol de Toni	Santa Catarina	Partido Liberal (PL)	Conservador	227.632
Sâmia Bomfim	São Paulo	Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)	Progressista	226.187
Rosângela Moro	São Paulo	UNIÃO	Conservador	217.170
Rosana Vale	São Paulo	Partido Livre (PL)	Conservador	216.437
Bia Kicis	Distrito Federal	Partido Livre (PL)	Conservador	214.733
Daniela do Waguinho	Rio de Janeiro	UNIÃO	Conservador	213.706
Duda Salabert	Minas Gerais	Partido Social Democrático (PSD)	Progressista	208.332
Taliria Petrone	Rio de Janeiro	Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)	Progressista	198.548

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2023)

Conforme quadro 1, a distribuição dos votos entre as candidatas reflete de forma indireta o nível de apoio popular a essas políticas e sua adequação aos interesses da sociedade. É notável que as candidaturas mais votadas pertencem a partidos conservadores, como o Partido Liberal (PL), com Carla Zambelli e Rosana Vale, o que remete à hegemonia de visões políticas tradicionais no cenário brasileiro. Em contraste, candidaturas de partidos progressistas, como a de Gleisi Hoffmann (PT) e Tabata Amaral (PSB), obtiveram votos significativamente menores, o que sugere uma resistência ou dificuldade em engajar eleitores em torno de propostas feministas ou de uma agenda mais progressista, o que poderia ser interpretado como um reflexo da ainda predominante estrutura patriarcal no cenário político nacional.

Ainda, a concentração de votos em determinadas regiões, como São Paulo, reflete as desigualdades geográficas e sociais presentes na política brasileira. O fato de várias das candidatas mais votadas estarem concentradas em grandes centros urbanos, como a capital paulista, pode indicar uma maior visibilidade e capacidade de mobilização em contextos urbanos, enquanto as regiões periféricas e rurais continuam a ser áreas de baixo engajamento político para as mulheres, especialmente aquelas que pertencem a partidos de ideologias mais progressistas ou alternativas.

Essa distribuição de votos também expõe a questão da influência do sistema político brasileiro, baseado no voto proporcional, que pode favorecer candidatos de partidos majoritários e que está diretamente associado à capacidade de financiamento das campanhas e à estrutura de apoio das legendas. Mulheres que se inserem em partidos com menos recursos ou com menor presença política, como é o caso de algumas das candidatas progressistas listadas, enfrentam um desafio adicional em relação à visibilidade e ao alcance de suas propostas.

Por fim, é imperativo questionar o significado de uma representatividade política que se dá, em sua maioria, a partir da adesão a partidos cujas plataformas não necessariamente atendem às demandas feministas de maneira clara e efetiva. Embora a presença de mulheres nos partidos políticos seja uma conquista, ela não deve ser tomada como sinônimo de avanço em termos de políticas públicas para a igualdade de gênero.

### 2.3 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

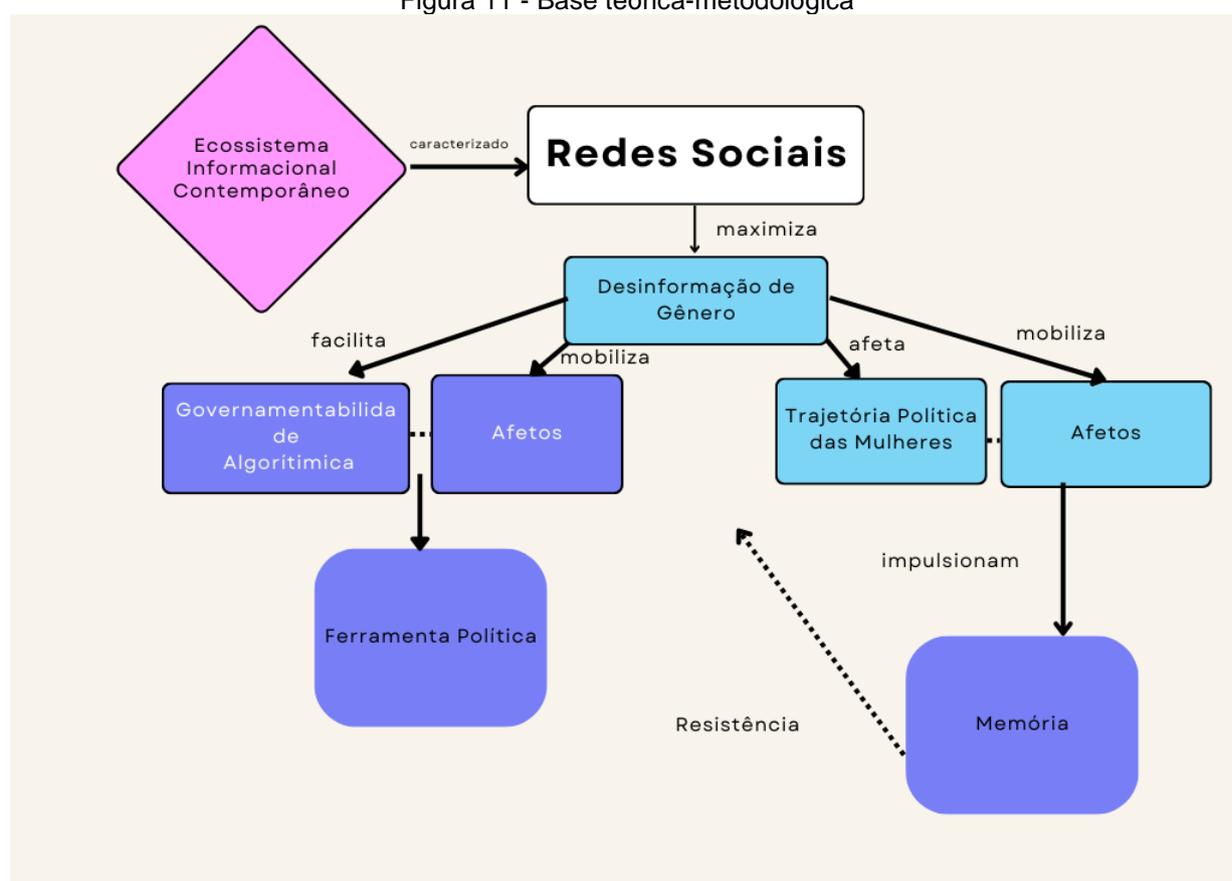
A tese apresenta uma estrutura fundamentada em diversas teorias que se entrelaçam a partir do ecossistema informacional contemporâneo. Este cenário é caracterizado por tensões e contradições, sendo permeado pelas redes sociais digitais que desempenham um papel de destaque. Estas plataformas, por um lado, contribuem para a disseminação da desinformação de gênero, amplificando suas ramificações. Elas facilitam, também, a governamentalidade algorítmica ao mobilizar afetos negativos, tais como ódio e ressentimento, transformando-se em ferramentas políticas.

Por outro lado, é observado que essa dinâmica impacta diretamente na trajetória política das mulheres. Enquanto as redes sociais digitais podem influenciar de maneira negativa, gerando desafios, também mobilizam afetos positivos como

resistência. Esses afetos são utilizados como elementos impulsionadores, fortalecendo a memória como uma forma de resistência à desinformação de gênero.

Assim, a tese busca explorar e compreender esse contexto, evidenciando as dualidades presentes no papel das redes sociais digitais na sociedade contemporânea. Destaca-se a importância de analisar como esses fenômenos afetam não apenas a informação, mas também a trajetória e participação política das mulheres, reconhecendo a capacidade dessas plataformas em tanto desafiar quanto fortalecer a resistência contra a desinformação de gênero, a partir da figura 12:

Figura 11 - Base teórica-metodológica



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Apresentam-se os procedimentos metodológicos que caracterizam a pesquisa quanto à coleta e análise de dados. Foram orientados pelos quatro eixos temáticos que constituíram a problemática/objeto do estudo.

Para o alcance do objetivo a) identificar os mecanismos e estratégias utilizados na disseminação de desinformação de gênero, a partir da interpretação dos elementos-

usuários/interagentes, formatos, e formas que constituem o contexto de desinformação de gênero, aponta-se a natureza e identidade dos produtores e disseminadores, bem como os canais, ferramentas utilizadas.

Para construir as categorias que representam os elementos do contexto da desinformação de gênero, a pesquisa divide-se em diferentes categorias estabelecidas a priori, alinhadas ao referencial teórico adotado. Essas categorias destacam os padrões e características que permeiam o fenômeno, com foco nas formas de desinformação, nos agentes responsáveis por sua disseminação, nos termos mais utilizados, nas rotas da disseminação e nos tipos e formatos dos conteúdos. Cada uma dessas categorias é analisada com base em dados extraídos manualmente, permitindo uma compreensão mais detalhada de como a desinformação de gênero se manifesta e se propaga nas redes sociais digitais, especialmente em relação à atuação das mulheres na política brasileira.

Inicialmente, planejava-se automatizar a exportação dos dados por meio da API e da linguagem Python, cobrindo a coleta, filtragem e identificação dos tweets que abordavam desinformação de gênero e os principais temas associados. Entretanto, devido às restrições de acesso impostas por Elon Musk à plataforma, foi necessário ajustar a metodologia da pesquisa em relação ao plano inicial. Como solução alternativa, a coleta de dados foi iniciada por meio da busca avançada, utilizando os descritores e os nomes das deputadas combinados com os termos "fake news", boleando "and" e ""desinformação ". Esse procedimento foi realizado no período de julho de 2022 até 30 de outubro de 2022. Adicionalmente, foram consultadas as agências de checagem, como a Lupa e Aos Fatos, visando identificar quais desinformações foram verificadas durante esse intervalo de tempo.

Os resultados de cada pesquisa foram exportados em planilhas e posteriormente analisados. Foram recuperados 895 tweets, contendo 87 tipos diferentes de desinformações. Procedeu-se à análise dos resultados com base nas informações fornecidas pelo *Twitter/X* para cada tweet que continha a palavra-chave buscada. Identificaram-se inicialmente as postagens que disseminavam notícias falsas, as quais foram posteriormente verificadas na própria rede social. Após a confirmação das *fakes news*, foram registrados o nome dos usuários, o conteúdo e o tipo de mídia utilizada.

A partir desses dados, foi elaborado um mapa que considera os usuários/interagentes, formatos, atores(as), ferramentas e formas.

Quadro 2 - Parâmetros operacionais para organização, detalhamento e descrição das postagens

LINK DA POSTAGEM	Registro dos links do material, caso seja preciso retornar para consultar novamente o conteúdo.
CAPTURA DE TELA	Gravação e armazenamento da imagem exata do conteúdo exibido no post.
DESCRIÇÃO DO POST	Impressões/Anotações/Observação Relatar sobre o que o post se trata, assim como pareceres quanto ao conteúdo.
DATA	Data da publicação para documentar o post.
CURTIDAS NA DATA DA COLETA	Registro de quantas curtidas o post tinha na data de coleta.
TEMÁTICAS	Classificação do post por assuntos para facilitar a compreensão e exploração do conteúdo (AC).

Fonte: Dados da pesquisa de acordo com Bardin (2025)

Para identificar o objetivo b) analisar as ações informacionais de (re)construção da memória nas redes sociais digitais desenvolvidas por mulheres na política brasileira, utiliza-se o procedimento de etnografia virtual que conforme a definição de Kozinets (2002), é um método para o monitoramento de comunidades on-line.

Ao empregar a etnografia virtual, pode-se imergir nas comunidades online das candidatas, observando suas interações, comportamentos e discursos. Isso permite uma compreensão das estruturas sociais, normas, valores e significados compartilhados dentro desses contextos digitais.

Assim, ao adotar a etnografia virtual, esta pesquisa busca não apenas analisar os conteúdos produzidos pelas candidatas, mas também entender o contexto social e cultural no qual estão inseridas, bem como as relações de poder, identidades e representações que emergem em suas interações online. Além disso, é possível observar como as relações de poder se manifestam nas interações entre os usuários e como as candidatas são afetadas ou influenciam esses processos. Esse método permite que a pesquisa não apenas examine os aspectos superficiais das postagens e interações, mas também investigue as camadas subjacentes de significados, valores culturais e disputas ideológicas que influenciam a comunicação digital no contexto político.

Portanto, ao empregar a etnografia virtual, a pesquisa busca entender o contexto mais amplo no qual as candidatas se inserem, considerando não apenas os conteúdos

gerados, mas as dinâmicas sociais e culturais que moldam as interações e influenciam a disseminação de desinformação de gênero. Isso proporciona uma análise mais rica e integrada das práticas comunicacionais e das relações de poder presentes nas redes sociais digitais.

Para atingir o último objetivo de apresentar indicadores que estabeleçam a relação entre a memória nas redes sociais digitais e a desarticulação da desinformação de gênero, propõe-se sintetizar indicativos temáticos que visam desarticular a desinformação, considerando as particularidades do eleitorado brasileiro.

Para a organização, tratamento e análise/interpretação dos dados, optou-se pela análise temática de conteúdo, por meio da técnica de categorização, através das categorias analíticas abordadas na pesquisa (Bardin, 2011).

Bardin (2011) apresenta a análise de conteúdo como uma técnica de pesquisa que visa inferir, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos, as características de um conjunto de mensagens - sejam elas textuais, visuais ou audiovisuais. a partir de:

- a) Codificação e Categorias: Criação de um sistema de codificação que envolve a atribuição de categorias ou unidades de registro a trechos específicos do conteúdo analisado. Essas categorias devem ser mutuamente excludentes e abranger toda a extensão do material estudado;
- b) Inferência e Interpretação: A análise de conteúdo não se limita à simples codificação; ela também envolve a interpretação e a inferência a partir dos resultados obtidos;
- c) Técnicas e Instrumentos: Escolha das técnicas e instrumentos para realizar a análise de conteúdo foi a análise temática e frequência;
- d) Triangulação: a utilidade da triangulação, que envolve a combinação de diferentes métodos ou fontes de dados para reforçar a validade e a confiabilidade dos resultados;
- c) Contextualização: A contextualização implica considerar o contexto no qual as mensagens foram produzidas e interpretadas, reconhecendo que o significado pode variar dependendo das circunstâncias.

Ao adotar essa metodologia, a pesquisa foi capaz de organizar e categorizar as informações de forma detalhada. A utilização da codificação e categorização das mensagens, associada à triangulação e contextualização, assegura que as conclusões

extraídas sejam mais representativas dos fenômenos observados. A análise de conteúdo, ao considerar as nuances do contexto em que as mensagens são produzidas e consumidas, propicia uma compreensão das dinâmicas comunicacionais, das estratégias de disseminação de desinformação de gênero e das interações entre os diferentes atores sociais nas redes. Além disso, ao integrar a análise temática e de frequência, foi possível identificar padrões recorrentes e tópicos centrais que permeiam as discussões online sobre o fenômeno da desinformação de gênero, evidenciando a complexidade e a multidimensionalidade do problema. Dessa forma, a combinação de técnicas analíticas permite uma visão do papel das redes sociais digitais na (re)construção da memória e na propagação de desinformação, fornecendo subsídios para estratégias de mitigação e regulação da desinformação nesse ambiente digital.

Assim, a fim de viabilizar o objetivo e discussão propostos, a partir das perspectivas epistemológicas-teóricas que nortearam a pesquisa, ela está estruturada em quatro etapas, conforme os objetivos específicos e instrumento de coletas de dados e resultados esperados, conforme o quadro 2:

Quadro 3 - Percurso metodológico

<b>Objetivos</b>	<b>Percurso</b>	<b>Estruturação Morfológica</b>
a) identificar os mecanismos e estratégias utilizados na disseminação de desinformação de gênero;	Exportar os dados das candidatas selecionadas e verificar quais são as estratégias infocomunicacionais.	Gráfico com incidência dos formatos (texto, imagem, vídeo) Nuvem de palavras com os termos usados;
b) analisar as ações informacionais de (re)construção da memória nas redes sociais digitais desenvolvidas por mulheres na política brasileira;	A exportação dos dados feita manualmente a partir do recurso de busca avançada identificando quais tweets exibem desinformação de gênero e os principais temas que surgiram.	Mapa que contemple os(as) usuários/interagentes, formatos, atores(as) e formas.
c) Apresentar indicadores entre a relação da memória nas redes sociais digitais e estratégias de desarticulação da desinformação de gênero.	Análise de conteúdo.	Indicadores da relação memória e desarticulação de gênero.

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A partir do percurso delineado e da estruturação morfológica adotada, o estudo identificou os mecanismos e estratégias utilizados na disseminação de desinformação

de gênero, através da exportação manual dos dados das candidatas selecionadas e da análise das estratégias infocomunicacionais utilizadas, com o apoio de gráficos que mostram a incidência de formatos (texto, imagem, vídeo) e uma nuvem de palavras com os termos mais utilizados. Em seguida, a pesquisa analisou as ações informacionais de (re)construção da memória nas redes sociais digitais desenvolvidas por mulheres na política brasileira, com a exportação manual dos dados a partir de busca avançada, identificando tweets que contêm desinformação de gênero e os temas principais. Esse processo contemplou um mapa com as informações sobre usuários, interações, formatos, atores e formas de engajamento. Finalmente, apresenta indicadores que correlacionam a memória nas redes sociais digitais com as estratégias de desarticulação da desinformação de gênero, com base em uma análise de conteúdo. A conclusão foi alcançada a partir da integração dessas etapas, proporcionando uma compreensão dos fenômenos em questão.

### 3 ECOSSISTEMA INFORMACIONAL CONTEMPORÂNEO: tensões e contradições

Enquanto eles não se conscientizarem, não serão rebeldes autênticos e, enquanto não se rebelaram, não tem como se conscientizar (George Orwell, 1984).

Com o crescente uso e o dinamismo da inovação em ciência e tecnologias de comunicação digital, aliada à rápida multiplicação de práticas informacionais, um novo universo de informações passa a ser produzido, registrado, às vezes com o consentimento ou, em muitos casos, com a adesão voluntária, mesmo sem ter noções do que, de fato, ocorre com as informações.

Este fluxo da informação, é, por vezes, referido como o “petróleo do século XXI” fazendo alusão à sua importância para as atividades econômicas e criação de riqueza monetária. Nesta dimensão, quanto mais informação disponível, quanto maior o fluxo informacional, melhor para o dinamismo da economia, estabelecendo um dilema para o processo democrático de construção de políticas de informação que guiem as diretrizes e marcos regulatórios para proteger indivíduos de perdas de privacidade, liberdade e autonomia (Bezerra, 2020).

Com ecossistema informacional contemporâneo, Bezerra, Schneider e Saldanha (2019), chamam a atenção para o fenômeno da dialética sociotécnica, em que inovações tecnológicas adotadas pelas plataformas mais acessadas na internet, oferecem benefícios, em trocas de imposições e restrições à autonomia dos indivíduos, criando mecanismo de exclusão e opressão. Parra contribui com a temática afirmando que:

Na medida em que as tecnologias digitais modificam as fronteiras anteriormente estabelecidas em diversos domínios da vida social (trabalho e não-trabalho; produção e consumo; público e privado, entre outras), observamos profundas reconfigurações nas dinâmicas sociais, econômicas e políticas que exigem uma observação empírica de processos muitas vezes "invisíveis". Simultaneamente, para dar "existência" e problematizar tais mutações é também necessário encontrar (ou criar) referências analíticas apropriadas (Parra, 2014, p. 31).

Como exemplo, cita-se as práticas de monitoramento e vigilância digital por parte dos governos, empresas e indivíduos; e mediação algorítmica da informação, conforme veremos a seguir.

### 3.1 GOVERNAMENTALIDADE ALGORÍTMICA

O conceito de governamentalidade algorítmica foi originado entre os anos de 2011 e 2013, no texto *Technology, virtuality and utopia* de autoria da filósofa Antoinette Rouvroy, no qual preconiza uma a “racionalidade governamental” animada pela “computação autônoma” (Rouvroy, 2011, p. 121). O termo se fundamenta no conceito de governamentalidade de Foucault, acrescido e transformado pelas funções algorítmicas. Foi em uma conferência realizada em 2013, intitulada *Algorithmic Governmentality and the End(s) of Critique*, então, que apareceu a expressão “governamentabilidade algorítmica”, definida como:

Por governamentalidade algorítmica, nós designamos, a partir daí, globalmente um certo tipo de racionalidade (a)normativa ou (a)política que repousa sobre a coleta, agregação e análise automatizada de dados em quantidade massiva de modo a modelizar, antecipar e afetar, por antecipação, os comportamentos possíveis (Rouvroy; Berns, 2015. p. 43);

Dessa forma, temos o algoritmo enquanto um conjunto de instruções que servem para solucionar problemas específicos e visam realizar tarefas específicas, sendo a base nos sistemas computacionais. Enquanto a governamentalidade consiste no conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bastante específica e complexa de poder que tem por alvo a população, para saber à economia política, e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança (Foucault, 2008).

Foucault (2008) denomina governamentabilidade como os procedimentos e cálculos que têm como alvo a vida de uma população. Ainda segundo ele é a tendência em que todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência de um tipo de poder. O resultado do processo através do qual o Estado de Justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XVI e XVII Estado Administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado (Estado de Governo), fazendo com que o Estado moderno se permita permaneça por meio “de um poder que se exerce mais sobre uma multiplicidade do que sobre um território” (2008, p. 173).

O exercício do poder consiste em conduzir condutas, ou seja, é um conjunto de ações sobre ações possíveis. Dessa forma, o poder só se exerce sobre sujeitos livres, e, para isso consiste na estratégia de “trabalhar na realidade, fazendo os elementos da realidade atuarem uns em relação aos outros, graças a e através de toda uma série de análises e disposições específicas” (Foucault, 2008. p. 62), que tem o cunho liberal e economicista:

Uma física do poder ou um poder que se pensa como ação física no elemento da natureza e um poder que se pensa como regulação que só pode se efetuar através de e apoiando-se na liberdade de cada um, creio que isso aí é uma coisa absolutamente fundamental. Não é uma ideologia, não é propriamente, não é fundamentalmente, não é antes de mais nada uma ideologia. É primeiramente e antes de tudo uma tecnologia de poder, é em todo caso nesse sentido que podemos lê-lo (Foucault, 2008. p. 64).

Com base na ideia de governar a partir da condução das ações dos outros e das coisas, estabelece-se uma dinâmica de cálculos baseados na observação dos fenômenos dos fatos relacionados. Em posse dos dados, fabricam-se políticas de otimização da capacidade de controle, objetivando o aumento da produtividade e do capital.

No cenário digital, por meio de estatísticas e coletas de dados em larga escala com conteúdos múltiplos produzidos em alta velocidade, a problemática do governo e governamentalidade, permitem por um lado, a automatização de funções em ambientes interativos e inteligentes, proporcionando formas de vidas mais confortáveis e com maior grau de satisfação em usabilidade.

Ao mesmo tempo, que viabiliza a aquisição de informação com rapidez e facilidade, a confiança, como práxis sociais da subjetividade, perde cada vez mais seu significado, cedendo lugar para o controle. Todo clique feito é salvo. Todo passo é rastreado. Nesse sentido, a possibilidade de “um protocolamento total da vida que substitui a confiança inteiramente pelo controle. No lugar do Big Brother entre o Big Data” (Han, 2018, p. 122).

Hannah Arendt (2010), caracterizou o mundo contemporâneo como a perda das experiências, afetivas e existenciais, embora sem a anulação do indivíduo e de suas subjetividades. A autora argumentou que, à proporção que os atos e pensamentos se configuram como cálculos de consequências, uma espécie de função do cérebro, “cálculo de consequências”, “a ação logo passou a ser, e ainda é, concebida em termos de produzir e de fabricar”, lançando o humano em “um funcionamento puramente automático, [...] entorpecido e ‘tranquilizado’ de comportamento” (Arendt, 2010, p. 402)

Em congruência com essa ideia no cenário de algoritmos, os indivíduos estão imersos, sem mesmo terem tal percepção, perdem sua condição de serem fundamentalmente separados das coisas, naturais ou artificiais, e “os corpos humanos começam gradualmente a ser revestidos por uma carapaça de aço” (Arendt, 2010. p. 404).

Ainda que se mantenha o esforço de manter os elementos que representam os mobilizadores, estruturantes, organizadores e hierarquizantes das ações na sociedade contemporânea dos processos políticos, sendo legitimidade, justiça, verdade e demais valores dessa ordem, há um ecossistema contemporâneo transitando em outras características e estratégias, portanto:

Não se trata de projetar uma ação política sem os universais da política moderna (representação, soberania, direito, Estado), mas de compreender uma política fundamentalmente exercida por meio de máquinas e dispositivos de controle das subjetivações combinados com lógicas de governo.

Existe uma expansiva governança da vida cotidiana, exercida por meio de máquinas e dispositivos de controle de subjetivações combinadas com os dados e desejos dos indivíduos. Afetando não apenas a nível cultural ou informacional, mas também na dimensão afetiva e existencial, no qual Guattari (2012, p. 14) define como: coquetel subjetivo contemporâneo:

Do mesmo modo que as máquinas sociais que podem ser classificadas na rubrica geral de Equipamentos Coletivos, as máquinas tecnológicas de informação e de comunicação operam no núcleo da subjetividade humana, não apenas no seio de suas memórias, da sua inteligência, mas também da sua sensibilidade, dos seus afetos, dos seus fantasmas inconscientes.

Há uma nova forma calculada, sistematizada de influenciar, intervir e mover a conduta de outras. Uma prática de governo que repousa sobre a coleta e a agregação de dados automatizados em grande escala de modo a antecipar os comportamentos possíveis: uma estratégia baseada nos rastros digitais. Porém, não é uma forma de governo que estabelece diretrizes, mas agindo de maneiras conforme as relações e inviabilizando determinadas interações, sendo não apenas encorajados, mas levados a agir de tal maneira, quase naturalmente, sobretudo politicamente.

A governamentalidade algorítmica está inserida, enquanto governamentalidade neoliberal, com foco enquanto estado no sucesso econômico que o país tem em relação

aos outros. Independente se produz miséria e violência, o enfoque para o sucesso econômico, na lógica dos algoritmos. O sistema atua sobre a vida biológica dos sujeitos quanto sobre a cooptação da vida pela Big Data. O poder atua sobre formas repressivas e produtivas, em que as desigualdades são responsabilizadas, ou seja, o sujeito é responsabilizado pelo seu próprio sucesso. Por exemplo, caso tenha dinheiro, consegue ter um bom plano de saúde, do contrário, fica restrito ao sucateamento. Esse sistema é regido por uma ética utilitarista, “o manejo dos homens pelo interesse, isto é, a tecnologia propriamente utilitarista do governo”, (Foucault, 2008, p.58), de modo que os interesses individuais se tornem interesses coletivos, governando as pessoas a partir de interesses individuais, responsabilizando-as cada vez mais.

E esse estado neoliberal atua para fazer com que haja concorrência entre as diversas pessoas, submetendo-se a se sentir mais do que trabalhadoras e sim, empreendedoras. Consequentemente deslocando a ideia de consciência de classe como iguais e trabalhadoras, mas como competidores que disputam espaço no mercado. Do ponto de vista da democracia liberal, o governo via algoritmos aparece como objetivo inofensivo, “posto que fundado sobre uma realidade anterior a toda manifestação de entendimento ou de vontade subjetivos, individuais ou coletivos, [...] alimentando o sonho de um governo perfeitamente democrático” (Foucault, 2008, p. 48).

A arte liberal consiste essencialmente em garantir que os indivíduos sejam incitados a perseguir seus interesses, e produzir riquezas úteis para si e para os outros, e, por meio delas, produzir sua felicidade, e minimizando tanto quanto possível as inevitáveis perdas de liberdade que decorrem dessa maximização enquanto ação pública (Laval, 2020, p. 58)

Brown (2019), corrobora ao argumentar que o neoliberalismo não fica apenas no campo das relações econômicas, de saúde e assistência e educação, é um estado que produz uma racionalidade e que cria sujeitos capazes de aceitar a flexibilização a partir da autorresponsabilidade, fazendo sacrifícios em nome do desenvolvimento econômico, mesmo que em condições de trabalho precarizados. Como ressalta Foucault: deve-se governar com a economia, deve-se governar ao lado dos economistas, mas não se pode permitir, está fora de cogitação, não é possível que a economia seja a própria racionalidade governamental (Foucault, 2008 p. 389). As relações constituintes dos ambientes de produção capitalista são, portanto, o objeto da governamentalidade algorítmica.

Os dados transmitidos são relações e apenas subsistem enquanto relações; os conhecimentos gerados são relações de relações; e as ações normativas que daí decorrem são ações sobre as relações (ou ambientes) referidas às relações de relações (Foucault, 2008, p. 49).

A capacidade de criar realidade é equivalente à capacidade de registro dos dados. Os mecanismos promovem desejos e necessidades de consumo e de posições políticas e ideológicas, despolitizando mediante a anulação das subjetividades políticas, diminuindo as esferas do debate, das escolhas e da diversidade. O encontro com o outro, com o diferente, com o sujeito da anomalia e capaz de produzir as novas sociabilidades é evitado por meio das bolhas formadas via perfis. Tal amplitude vem acompanhada de fechamentos e controles, especialmente pois os algoritmos são fabricados por grandes empresas e monopólio dos sistemas de comunicação, na governamentalidade “não se age, não se cria, modela-se” (Parra, 2016).

Percebe-se, portanto, que as funções algorítmicas têm a característica de produzir mecanismos de controle, sem adicionar discursos e ideologias como estratégias centrais do governo, porque ocorre o definhamento, quando não a eliminação direta, das deliberações públicas e das reflexões plurais e diversificadas. enquanto os dados entram e saem em abundância, velocidade e variedade, os elementos da operação se inserem em funções sem debates ou discordâncias.

O saber que emerge aparece como verdade real, imparcial e indubitável dos traços deixados pelos indivíduos. A divergência política, o dissenso coletivo, as resistências e contestações sofrem a invisibilidade e a inoperosidade, os discursos são mantidos em bolhas, cada vez mais fechadas e direcionadas (Sustein, 2009). Por exemplo, nos modelos de negócio da *Google* e do *Facebook*, a informação captada serve de direcionamento para publicidade e indicação de produtos e serviços a partir dos rastros, no qual segundo Pariser, são mecanismos construídos para prever o que faremos ou desejar a seguir, “bolhas de filtros”(filter bubble) “com o objetivo de forjar um universo de informações exclusivo para cada um de nós” (Pariser, 2012, p. 14).

A fórmula dos gigantes da internet para essa estratégia de negócios é simples: quanto mais personalizadas forem suas ofertas de informação, mais anúncios eles conseguirão vender e maior será a chance de que você compre os produtos oferecidos. E a fórmula funciona. A Amazon vende bilhões de dólares em produtos prevendo o que cada cliente procura e colocando esses produtos na página principal de sua loja virtual. Até 60% dos filmes alugados pela Netflix vêm de palpites personalizados feitos pelo site sobre as preferências dos clientes (...). A personalização

é uma estratégia fundamental para os cinco maiores sites da internet – Yahoo, Google, Facebook, YouTube e Microsoft Live – e também para muitos outros.

As plataformas citadas, coletam dados pessoais durante navegações, a partir de formulações matemáticas para prever ações futuras. Cada comentário, acesso, clique, visualização de conteúdo são rastreados e indexado por website, provedores, empresas de telefonia celular, sistemas operacionais, navegadores e outros intermediários para fins econômicos, político e pessoais. Lyon (2010), considera essa prática como vigilância digital, e que estudos acerca do assunto são importantes “para entender as cada vez mais complexas formas em que dados pessoais são coletados, armazenados, transmitidos, verificados e utilizados como meio de influenciar e gerir pessoas e populações” (Lyon, 2010, p. 1)

As entradas (*inputs*) que alimentam os algoritmos das empresas são extraídos da navegação dos usuários em suas plataformas online ou a partir de navegadores de internet, sistemas operacionais, aplicativos para smartphone e outros dispositivos de armazenamento de dados para construir constroem um perfil de preferências de cada usuário, com informações precisas sobre idade, identidade de gênero, hábitos de consumo, orientação política, práticas culturais e esportivas, classe econômica, orientação sexual, participação em grupos sociais e minorias étnicas, dentre outros.

Erich Schmidt, líder executivo da Google, em 2010, destacou o poder de direcionamento individual, ao afirmar que, no futuro: a tecnologia será tão boa que será muito difícil para as pessoas assistirem ou consumirem algo que não tenha sido de alguma forma feito sob medida para elas.<sup>2</sup> A afirmativa evidencia a inserção da mentalidade de customização individual que filtra e engendra a forma de mediação, típico do ecossistema informacional contemporâneo, afetando diretamente no tipo de informação acessada pelos usuários na rede, gerando um ambiente aparentemente confortável, mas que encapsulam a diversidade de referências, e cria limites e obstáculos para a autonomia e liberdade.

As implicações da vigilância recaem sobre as classes sociais, conforme atribui Han (2018), que considera, no século XXI, os big data como uma nova sociedade de classes digital, que monitora e inclui os economicamente interessantes, oferecendo-lhe oportunidades de compras e serviços, enquanto exclui os indivíduos de baixo valor

---

<sup>2</sup> Disponível em: Valor Econômico, São Paulo, 11 ago. 2010, Empresas, p. B11.

econômico, negando-lhes empréstimos e oportunidades de emprego e encarecendo seus seguros por conta de seus locais de moradia. O'Neil (2016) também contribui com esse argumento, acusando o uso de big data para reforçar preconceitos que perpetuam desigualdades, chamando de armas de destruição matemática.

O uso inapropriado do Big Data, pode ser visto no exemplo do escândalo da empresa de dados Facebook-Cambridge Analytica, em que houve, em 2014, uma coleta de informações pessoais de 87 milhões de usuários pelo *Facebook* com o objetivo de direcionar notícias falsas para manipular eleitores e interferir no resultado.<sup>3</sup>

Os dados coletados e usados sem autorização, foram o suficiente para criar um sistema de informação e avaliação individual de informação, a partir perfis psicológicos, que funcionam com o cruzamento metodológico de ciência comportamental e psicometria. As informações de cada perfil sugeriram que tipo de anúncio seria mais eficaz para persuadir uma determinada pessoa em um determinado local sobre algum evento público, contribuindo de alguma forma para a vitória de Donald Trump nas eleições (Bezerra, 2015).

Citações semelhantes a essas, orientadas por diferentes fins políticos, se tornam mais facilmente de ser empreendidas por diferentes agentes e através de diferentes canais de circulação da informação, mostrando novas fórmulas de compartilhamento de informação no ecossistema informacional contemporâneo, sendo propício para a desinformação de gênero principalmente no Brasil, em que há aspectos emocionais e tensões no período eleitoral.

### 3.2 AFETOS NEGATIVOS E TENSÕES MORAIS NO PERÍODO ELEITORAL

Grande parte da história política recente do Brasil, pode ser contada pelo prisma da emoção e da paixão política; do descontentamento e manipulação durante os protestos de 2013 à escalada do ressentimento que culminou no golpe de 2016; da intensificação do ressentimento na campanha presidencial de 2018 à tristeza depois que a extrema direita chegou ao poder. Essa forma de recontar a história certamente recorre a generalizações. Portanto, é preciso agregar outras dimensões relacionadas ao surgimento desse grupo emocional, como a ascensão das doutrinas liberais, a força do conservadorismo cristão, o ciclo do discurso anticomunista, as elites que buscam

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43461751>

persistência da distinção social e outras variáveis determinantes do resultado atual da situação política brasileira.

O contexto histórico vem sendo acompanhado por diversas áreas das ciências sociais, almejando entender os cenários de crise que ameaçam à democracia, sobretudo após a ascensão de lideranças políticas e de movimentos sociais com um perfil político de extrema-direita em diversos continentes. No Brasil, mais especificamente, há a busca pela compreensão dos processos políticos e de organização do poder, as reivindicações com viés de garantia de direitos sociais dão espaço para manifestações contra a corrupção, tais como a queda de popularidade de Dilma Rousseff que resultou no golpe jurídico-parlamentar em 2016, o antipetismo e a ascensão populismo de extrema-direita representada por Jair Bolsonaro, seus empresários, religiosos e militares (Miguel, 2017; Avritzer, 2020).

Há uma mudança de cenário, caracterizada com manifestações pró-militarismo, pró-armamentista, ataque às minorias, destaque aos valores moralmente cristões (a favor da família, contra o aborto, contra a agenda da população LGBTQIAP+. e questionamentos sobre a democracia, antes respeitada e almejada (MOUNK, 2019).

Para isso, afetos precisam ser analisados, já que, em nome da pretensão de cientificidade, as sensibilidades vêm sendo expurgadas do pensamento político, como se constituíssem componentes estranhos ou menos importantes em comparação com as racionalidades políticas (Ansart, 2000).

O argumento justifica-se pela constatação da experiência do aumento de um populismo ressentido de extrema-direita, (Fassin, 2019; Miguel, 2018; Brown, 2019) alicerçado no ressentimento do homem branco, conservador, judaico-cristão, de extrema-direita; um populismo elitista e anti-igualitária, nostálgico de uma moralidade perdida, vingativo contra seus inimigos declarados, desinibindo em sua vontade de poder, ou seja, são práticas sociais e culturais subjacentes aos processos políticos nos quais o ressentimento é canalizado, estrategicamente em uma máquina (institucional, discursiva, cibernética) agenciadora de outra constelação de afetos: tristeza, frustração, medo, angústia, raiva (Lazzarato, 2019).

O entendimento de ressentimento é considerado uma força reativa, sendo aquelas que se voltam para o interior do próprio indivíduo, em que remete às condições históricas e psíquicas nas quais os homens concebem a distinção moral entre o "bem" e o "mal" (Nietzsche, 2009). Trata-se de um exercício imaginário em que constrói a imagem de alguém sendo a causa de toda a cadeia de sofrimentos. O sujeito

ressentido, portanto, sofre devido ao outro que o fere. Consequentemente, constrói uma estruturação de uma lógica imaginária, que tem como ponto de partida um adversário moral: o oponente, responsável por provocar afetos reativos, vendo em si a imagem de bondade e no outro a de maldade.

O ressentimento então emerge como resposta, sendo internalizado e transformado em ressentimento passivo, em hostilidade e ódio contra o outro e a reiteração dessa experiência não produz outra coisa senão a sensação de impotência, o rancor, o ódio, a inveja, o desejo de vingança (Large; Saraiva, 2021).

Kelh (2014, p. 13) defende que o ressentimento serve aos conflitos característicos do homem no mundo moderno e que “ressentir-se significa atribuir ao outro a responsabilidade pelo que nos faz sofrer”. Outro a quem delegamos, em um momento anterior, o poder de decidir por nós, de modo a poder culpá-lo do que fracasse.”

Quando colocado no espectro político, o ressentimento seria o desejo de reencontro com a autoridade perdida, com o poder denegado, motivado pelo ódio reprimido, pela vontade de vingança. Esse conjunto de rancores não cria apenas hostilidade, mas também uma espécie de solidariedade na dor e no ódio capaz de produzir coesão contra os adversários morais, tornados inimigos comuns e culpados pelo sofrimento provocado. Indo ao encontro de diagnósticos que apontam o surgimento de ressentimentos a partir dos impactos socioeconômicos de experiências políticas com nítido enfoque na redução das desigualdades, quanto à vinculação a um plano cultural mais abrangente, marcado por mudanças na vida cultural e na moralidade (Brown, 2019; Cohen, 2019).

As disputas políticas que ocorrem nesse contexto cultural e moral, podem ser conhecidas como “guerra cultural” em que aponta para tensões e conflitos significativos na vida social e no campo da ideologia, apontando para duas direções: a interligação entre questões sociais, morais e políticas díspares e a constituição de posicionamentos políticos diferentes em esferas temáticas distintas. A metáfora de guerra leva ao entendimento de instituição de inimigos morais e ao surgimento de disputas públicas em tornos do sentido de bom e mal, de justiça e injustiça, de vítima e de algozes, de verdade e mentira (Hunter, 2006).

No contexto do Brasil, alguns campos e temas os quais a guerra cultural está envolvida são:

Educação (o questionamento da autonomia didática, a ofensiva contra o "aparelhamento" das universidades, a acusação de "marxismo cultural", a defesa do *homeschooling*), a história (o revisionismo do golpe militar, a recuperação da retórica anticomunista), sexualidade (o pânico moral em torno da diversidade afetiva e sexual, o mito da "ideologia de gênero"), direitos da mulher (a investida religiosa ao aborto, o questionamento da lei do feminicídio, a perseguição ao feminismo), segurança (o afrouxamento do controle de armas, a legitimação da atuação violenta das polícias, a defesa aberta da tortura), saúde pública (a gestão da pandemia e o questionamento da eficácia de vacinas), meio ambiente (a demarcação de terras indígenas, a proteção socioambiental, a negação das mudanças climáticas), eleições (o questionamento do voto eletrônico, a retórica antipolítica), militância (o ataque ao "politicamente correto" e às lutas antirracista e indígena), imprensa e liberdade de expressão (a ofensiva contra mídias que oferecem algum grau de oposicionismo, a generalização da desconfiança em relação à atuação da imprensa (Large e Saraiva, p. 13. 2021).

Essas questões apontam para um debate público de disputas de sentidos, ramificado entre as instituições de produção e circulação de sentidos, como redes sociais digitais, universidades, mídias, igrejas e, até mesmo, o governo.

No que tange às proposições sobre os elementos condicionantes dos motivos dos ressentimentos oscilam de acordo com contextos políticos que se tem como referência. No Brasil, a ascensão da extrema-direita é tida como uma reação ao incômodo crescente das elites políticas brasileiras com transformações sociais que ameaçavam seus privilégios históricos (Miguel, 2018).

À medida que as classes menos favorecidas economicamente foram ascendendo socialmente e que as "minorias" (feministas, LGBTQI+, indígenas, quilombolas, movimento negro, etc.) tiveram suas reivindicações atendidas por políticas públicas e legislação específica, as batalhas morais foram se acentuando. Inclusive, muitas das mudanças nos setores acima indicados aconteceram durante os governos do PT, o que explica em parte o ataque ao partido em tempos recentes.

Um exemplo, é o Bolsa Família — 2003/2021, em que no 1º mandato o Governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, alcançou 14,6 milhões de famílias atendidas com um benefício médio mensal de R\$ 191,00, tornando o programa internacionalmente reconhecido como referência em política pública de proteção social.

O discurso opositor corrente destaca que o programa apresentava vários defeitos indesejados, como o estímulo a comportamentos oportunistas entre seus beneficiários. Entre esses defeitos, mencionam-se alegações de que mulheres estariam engravidando para receber mais dinheiro do Bolsa Família e que pessoas que não precisam do benefício estariam recebendo, enquanto aqueles que realmente necessitam estariam excluídos. No entanto, essas percepções, que não se alinham com a realidade social dos beneficiários do programa, são, na verdade, preconceituosas, conforme os estudos de Kawachi (2019) no âmbito de seu doutorado.

Esse exemplo está alinhado com incômodo a partir da conjunção entre o ultraliberalismo, conservadorismo e a retórica anticomunista. Há uma versão do ressentimento daqueles que perdem o privilégio de ostentar diferenças de condição social.

Cohen (2019) soma à discussão que a diminuição das diferenças dos condições se concentra na divisão da sociedade entre mercedores e não mercedores, entre os que se sacrificam e os que se aproveitam de políticas assistencialistas e, portanto, injustas. Mas o ressentimento afeta não apenas as elites privilegiadas, mas inclui também a classe média, cuja dificuldade de desenvolver consciência de classe é histórica.

Nas campanhas eleitorais de 2022, o lugar da vítima é reivindicado pela retórica ressentida, de um lado a imprensa hegemônica ocupando o lugar de perseguição política do governo de Bolsonaro, sua família e aliados. E, por outro lado, a vítima tem sido o povo, prejudicados pelo governo do PT, cujo discurso imaginário de que haveria um projeto de implementação do regime comunista no qual a população seria escravizada cultural, intelectual, política e economicamente.

Inclusive, o ressentimento também corrobora com a legitimação de comportamentos machistas e a radicalização da misoginia na extrema-direita, entrelaçando-se com a chamada “crise de masculinidade”.

Casos recentes demonstram a visibilidade de movimentos com tal princípio de masculinidade, no qual alegam serem prejudicados pelo que consideram tratamento privilegiado para a população feminina no mundo atual, invocando desprezo e uma postura de adversário e distanciamento de mulheres. Como exemplo, o caso do coach Thiago Schutz, acusado de ameaçar com violência uma humorista. Em seu perfil consta três postagens destacadas sobre a mulher ser submissa aos homens, inclusive,

escrevendo um manual Red Pill, com postagens que estimulam o controle masculino torno de uma desconfiança hostil e obsessiva em relação às mulheres.<sup>4</sup>

Justificadas porque, no contexto atual, a superioridade do homem já não possui tanta garantia diante todas as conquistas femininas obtidas pela luta política das últimas décadas.

Com a perda do papel de provedor, o pensamento misógino encontra eco entre os brasileiros ressentidos economicamente, sobretudo na era das redes sociais digitais. Se antes a misoginia se apresentava de forma dispersa e envergonhada, nos últimos anos, ela está cada vez mais transparente. Com a ajuda de bots e dos algoritmos, ideias extremas viajam longe e se disfarçam em piadas e memes (Machado, 2019, p. 54).

No Brasil, especificamente, não há como separar a crise política da crise da masculinidade e há a nítida tentativa liderada por grupos conservadores bastantes expressivos em desmoralizar as pautas feministas e questões de identidade de gênero afirmando tratar-se de ideologias em desacordo com a “família tradicional”.

Há, portanto, mensagens desinformativas que exploram ressentimentos de extratos da social, colocando uma máquina de ódio contra as mulheres.

---

<sup>4</sup> O termo redpill (pílula vermelha, em inglês) faz referência ao filme Matrix (1999). Na ficção científica, o protagonista Neo tem que escolher entre tomar a pílula azul, que permite seguir em um mundo de ilusões, e a vermelha, para encarar a realidade. O movimento promete que o seguidor será "escolhido para supostamente enxergar aquilo que ninguém mais vê; ser despertado de um sono profundo com uma pílula que traz a verdadeira compreensão da realidade; sair da Matrix. É uma metáfora largamente usada pela extrema-direita, não só por grupos de exaltação à masculinidade.

## 4 DESINFORMAÇÃO E REDES SOCIAIS DIGITAIS

Por que somos marcadas pela certeza (sobretudo dos outros) de que é impossível ter felicidade profissional, de que a mulher sempre precisa abrir mão de algo precioso para realizar sonhos? Quem nos contou essa mentira? Por que a gente acreditou? (Manuela D'Ávila, 2019).

Manipulação da informação não é um fenômeno novo, a história tem presenciado alguns exemplos como estratégia de guerra para desinformar os inimigos quanto à localização de bases militares e de recursos bélicos; estratégia política para difamar candidatos de oposição, com casos de alterações de dados, fotos e discursos.

Darnton (2017), cita o surgimento dos pasquins, na Itália do século XVI, que se transformaram em um meio para difundir notícias desagradáveis, em sua maioria falsas, sobre personagens públicos. McGuillen (2017) pesquisou as notícias fabricadas na Alemanha do século XIX por falsos correspondentes estrangeiros, em que devido ao alto custo de envio de repórteres para o exterior, escritores da equipe fingiram estarem no exterior. Um dos casos mais emblemáticos é o de Theodor Fontaine. Nos anos 1860, ele escreveu “de Londres” durante uma década para o jornal ultraconservador de Berlim, *Kreuzzeitung*, com minúcias e relatos pessoais emocionantes, sem nunca ter estado no local.

A eleição norte-americana, em 2016, tornou-se também exemplo de campanhas intensas de *fakes News*. Algumas das informações falsas diziam “Papa Francisco choca o mundo e endossa Donald Trump para presidente”; “Wikileaks confirma que Hillary Clinton vendeu armas para o Estado Islâmico”; “E-mail de Hillary para o Estado Islâmico vaza e é pior do que alguém jamais imaginou”; entre outros (Silverman, 2016). Além do episódio grave conhecido como “Pizzagate”, que significou uma onda agressiva de acusações de que a candidata pelo Partido Democrata, Hillary Clinton, junto ao coordenador da campanha, John Podesta, gerenciavam uma rede de pedofilia em uma pizzeria em Washington. Um jovem de 28 anos foi preso após atirar contra a pizzeria e afirmou que cometeu o ato porque queria investigar pessoalmente a suposta ação criminosa (Fisher; Cox; Hermann, 2016). O caso foi difundido por sites de extrema-direita.

No Brasil, a realidade no campo político tornou-se evidente desde as eleições presidenciais de 2014. Segundo o estudo da Diretoria de Análise de Políticas Públicas (Ruediger, 2018), realizado em agosto de 2017, a atuação de robôs e a criação de

perfis automatizados no debate político representam riscos conhecidos ao processo democrático. Durante as eleições, observou-se a presença de "robôs" atuando em apoio aos principais candidatos no Twitter/X, incluindo Aécio Neves, Marina Silva e Dilma Rousseff.

Em um dos resultados apresentados, as interações motivadas pelos "robôs" chegaram a até 20% em momentos-chave, como o debate da Globo no segundo turno, que opôs a ex-presidente Dilma Rousseff (PT) e o senador Aécio Neves (PSDB). Entre as *fakes news* mais populares, estiveram aquelas que apontavam que as urnas não estavam aceitando votos no número 45, do PSDB; que o deputado Jean Wyllys chamou pastores de palhaços; que Dilma Rousseff era homossexual e cobrava pensão de amante; que Neves bateu em namorada em festa; que o PT enviou ao Brasil 15 mil haitianos para votar; que Lula era dono da Friboi (indústria de carne) (Matsuki, 2014) ou que o doleiro Alberto Yousseff foi achado morto em crime encomendado pelo PT (Matsuki, 2014).

O candidato do PSDB gravou vídeo direcionado a grupos no *WhatsApp* para divulgar o site [aeciodeverdade.com](http://aeciodeverdade.com), por onde sua base eleitoral poderia obter informação para desmentir mentiras (Castro, 2014). Já a candidata do PT repetia em comícios que a "verdade iria vencer a mentira" (Peres; Jubé, 2014) ou que havia "muito ódio e mentira" nas eleições (Britto, 2014). Em 2018, a interferência é ainda maior, já que encontram nos "robôs" meios de extrema velocidade de difusão e há a presença de mobilizações e militâncias partidárias em grande volume nas redes sociais digitais. O cenário de informação se configura, com o surgimento de novos líderes de opinião e novos movimentos sociais, além de processos de acirramento e radicalização da política. A ascensão do que foi convencionado como "nova direita" ou ultradireita, ilustrada no Brasil pelo lema "conservador na moral e liberal na economia", e a mobilização do afeto chamado antipetismo (Ortellado; Moretto; Gallego, 2017; Gomes, 2018; Davis; Straubhaar, 2020), fortalecendo de maneira mais proeminente em meio às Jornadas de Junho de 2013 e com a reeleição do PT em 2014, compondo então um ambiente de disputas no campo eleitoral de 2018.

Em 2022, a campanha eleitoral presidencial foi marcada pela propagação de fake news, a ponto de o próprio termo ter sido repetido à exaustão nos debates. As notícias eram de anúncio de fechamento de igrejas, perseguição aos cristãos, ligação com o satanismo, implementação de banheiros unissex. De acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a eleição teve, em comparação com as eleições

municipais de 2020, um aumento de 1.671% no volume de denúncias de desinformação recebidas por meio das plataformas digitais.

A escalada das *fakes news* motivou a Resolução 23.714, editada pelo TSE, dispondo sobre o enfrentamento à desinformação que atinja a integridade do processo eleitoral. Dentre as medidas contempladas na referida resolução, foi estabelecido que, nas hipóteses de “divulgação ou compartilhamento de fatos sabidamente inverídicos, ou gravemente descontextualizados que atinjam a integridade do processo eleitoral”, o TSE pode determinar a exclusão de conteúdo das plataformas digitais, “sob pena de multa de R\$ 100.000,00 a R\$ 150.000,00 por hora de descumprimento,” (art. 2º, caput e §1º).

A mesma resolução facultou ao TSE impor medidas mais duras, como a suspensão temporária de perfis, contas ou canais em redes sociais digitais quando restar comprovada a “produção sistemática de desinformação, caracterizada pela publicação contumaz de informações falsas ou descontextualizadas sobre o processo eleitoral” (art. 4º), tudo com o escopo de proteger a integridade da campanha eleitoral.

Exemplos mais recentes ou mais antigos, como os acima mencionados, diferem-se fundamentalmente do atual contexto pelo potencial de disseminação do ambiente. O diferencial consiste na quantidade de sujeitos atingidos, na rápida propagação, na produção desafixada de um ponto central e na dificuldade em identificar sua ilegitimidade.

A questão da desinformação e o impacto de sua divulgação na vida social dos indivíduos têm se tornado cada vez mais presentes nos debates públicos.

No entanto, muitos destes debates baseiam-se em confusões sobre o termo. Sua popularidade levou a mal-entendidos sobre seu significado, especialmente porque muitas pessoas consideram o termo *fake News* como sinônimo de desinformação. O populismo, porém, simplifica, comprime ou até exclui fatos e inconveniências da complexidade da desinformação, sendo um termo inadequado para descrever o fenômeno da desinformação, fenômeno mais complexo e abrangente.

Nesta pesquisa, *fake news* é entendida como um tipo de desinformação, definida por: informações falsas, geralmente sensacionalistas, disseminadas sob o pretexto de reportagem.” (Baxter; Marcella, 2019, p.1100).

Wardle (2016), que argumenta que ao se tratar do fenômeno da desinformação, considera-se todo e qualquer tipo de manifestação que engane, seja um texto escrito ou uma imagem, ou até mesmo um discurso mal comunicado ou enviesado.

Wardle e Derakhshan (2017) exploram o conceito de desordem da informação. Nessa linha, as definições de falso (autenticidade) e nocivo (intenção de enganar) são as duas características-chaves para a desordem gerada pela informação, e se organizam como conforme figura abaixo:

Figura 12 - Conceito de desinformação



Fonte: Adaptado de Wardle e Derakhshan (2017)

Alguns autores, analisam a desinformação sobre o viés do difusor, diferenciando em dois termos que são a desinformação (*disinformation*) e a imprecisão ou a má informação (*misinformation*). A desinformação é um tipo de comunicação inverídica, propositalmente disseminada, enquanto a imprecisão ou a má informação é uma informação falsa com percepções equivocadas — nesse caso, a pessoa que a dissemina acredita que é verdade (Volkoff, 2004; Fallis, 2015).

Assim, embora *disinformation* possa compartilhar propriedades comuns com informação e com *misinformation*, a intenção deliberada de enganar é o seu principal elemento diferenciador para com os demais conceitos contextos. A intencionalidade presente, pode ser motivada por diversas razões, visando iludir a percepção de quem receberá.

Para se ter desinformação, os autores Wardle e Derakhshan (2017), determinam três elementos necessários: agente, mensagem e intérprete. Os autores dizem ainda que as principais motivações são financeiras, políticas, sociais e psicológicas, apoiando-se em fragilidades da sociedade, sendo: crenças pessoais: ou seja, atingem-se os indivíduos com as ideologias pessoais constituídas o longo do tempo; ganhos pessoais: a desinformação é criada para lucrar de alguma maneira e psicológica: compartilhada informação constituída de emoções e sentimentos, ou seja, a informação é tendenciosa apoiando nas emoções de determinados grupos.

A desinformação aponta para a ausência (Pinheiro; Brito, 2014). E essa ausência pode estar na relação do poder que uma classe dominante quer compartilhar com um grupo, tendo relação direta com a intencionalidade de omissão.

Para melhor compreensão dos tipos de informação, sintetizam-se os tipos, com respectivos conceitos e exemplos citados pelos autores (Wardle, 2016; Volkoff, 2015; Pariser, 2012), no quadro 3:

Quadro 4 - Tipos de desinformação

	<b>Tipo</b>	<b>Conceito</b>	<b>Exemplo</b>
	<b>Conexão falsa</b>	Quando manchetes, ilustrações ou legendas não confirmam o conteúdo	<b>Notícias</b>
	<b>Conteúdo enganoso</b>	Uso enganoso de informações para encaixar uma questão ou indivíduo	<b>Manchete tendenciosa</b>
	<b>Contexto falso</b>	Quando o conteúdo genuíno é compartilhado com informação contextual falsa	<b>Junk news</b>
	<b>Conteúdo impostor</b>	Quando fontes genuínas são imitadas	<b>Artigo científico plagiado</b>
	<b>Conteúdo manipulado</b>	Quando a informação ou imagem genuína é manipulada para enganar	<b>Deep fake news</b>
	<b>Conteúdo fabricado</b>	Conteúdo novo, que é 100% falso, criado para ludibriar e prejudicar.	<b>Fake News (notícias falsas)</b>
	<b>Ocultação de informações</b>	Quando informações são ocultadas em um conteúdo para torná-lo mais atrativo	<b>Alguns textos governamentais</b>
Volkoff (2015)	<b>Sobrecarga informacional</b>	Informações excessivas com a intenção de saturar a atenção e, conseqüentemente, o sentido para determinado conteúdo	<b>Infodemia</b>
Pariser (2012)	<b>Falta de informação</b>	Quando não se procura pela informação porque não há interesse, ou porque não se sabe onde procurar ou sequer sabe-se da sua existência	<b>Bolha informacional</b>

Fonte: Heller, Jacobi e Borges (2020)

Os tipos de desinformação apresentados no quadro mostram que, embora as *fakes news* tenham maior destaque atualmente, o fenômeno da desinformação não se restringe a ela.

O fenômeno da desinformação está envolto em um contexto complexo de “campanhas de desinformação, propaganda cibernética, pirataria cognitiva e guerra de informação”, em que tudo se relaciona a um problema de origem maior: a manipulação

da opinião pública capaz de afetar a realidade (Gu; Kropotov; Yarochkin, 2017). Por isso, é necessário considerar e abranger todas as nuances do fenômeno da desinformação, principalmente pautadas nas perspectivas de gênero, a partir do recorte sobre aspectos da realidade social existente, tendo como peça-chave a organização de papéis sociais em que há a figura de uma masculinidade hegemônica que influencia nas relações e restringe opções sociais de mulheres.

No ambiente atual do ciberespaço, imediatismo, conexão permanente, colaboração e produção contínua são características presentes que oportunizam aos usuários serem produtores de informação. Sob a ótica do social, a cidadania tem ganhos excelentes, sobretudo alicerçados no viés democrático, onde os usuários possuem meios diferentes de lidar com a informação em termos de acesso e oportunidade para diálogo público (Serra, 1998).

No entanto, este processo não necessariamente permite uma participação social legítima, por considerar o desordenamento da informação, construído pelo excesso de informação, manipulação da informação, dificultam o processo de discernimento por parte do sujeito, deixando-os propícios a enganos e ao compartilhamento dessas desinformações.

Esse processo online ocorre aliado à lógica de funcionamento das mídias sociais digitais: elas condicionam os(as) usuários(as) em bolhas informacionais, ou câmaras de eco (Araújo, 2020), na qual, sob a dinâmica algorítmica de distribuição de conteúdo online, somente terão acesso àquilo que condiz com suas crenças, alterando suas concepções acerca dos temas, tornando-o um elemento importante neste ciclo. Nesse contexto, o sujeito é impelido à participação, de maneira ativa ou passiva, seja expressando uma opinião, seja compartilhando outra opinião, demonstrando reações.

Isso implica que, se o(a) usuário(a) tem em sua bolha um número de sujeitos que compartilham desinformações, com o acesso impedido a outras informações além dessas, estará mais sujeito(a) a acreditar e compartilhar essas informações falsas. E mesmo que se tente furar essa bolha, o excesso de produção informacional prejudica no discernimento entre o que é verdadeiro e falso.

Desta forma, as mídias sociais digitais acabaram por se tornar um campo de batalha ideal para a guerra de narrativas históricas que compõem o fenômeno desinformacional. Sob a lógica algorítmica-capital de isolamento de sujeitos em bolhas, impedidos de contatos com contra narrativas, portanto, sujeitos tendem a seguir um

caminho da menor resistência e se tornarem subjugados as informações enganosas que recebem.

Esse comportamento também pode ser caracterizado pela chamada “economia cognitiva” que se traduz na situação de não conferir cada conteúdo, mas confiar na seleção elaborada pelo algoritmo que seleciona a informação mais relevante de acordo com seus critérios ou em pessoas nas quais confiam.

Importante destacar, ainda, que as narrativas nesses contextos possuem vários elementos atrativos para o sujeito, suportada por imagens, áudio, memes, ícones, vídeos, de maneira que tornam simples ideias complexas, reduzindo o espaço para crítica.

Em 2019, na tentativa de mitigar os efeitos da desinformação nas eleições, o Tribunal Superior Eleitoral publicou a Resolução n. 23.610 de 18 de dezembro de 2019, anteposta pela Resolução n. 23.551 de 18 de dezembro de 2017, que traz as definições infralegais sobre propaganda eleitoral, utilização e geração gratuito e condutas ilícitas com campanha eleitoral nas eleições, e, inclusive, os meios de combate à desinformação nos períodos eleitorais

Cumprir destacar, para além das questões relacionadas ao combate à desinformação, um dos progressos destacáveis da nova Resolução é a atenção à discutida neutralidade de gênero na redação oficial, com a substituição de “eleitor” para “parte eleitora” na maioria das disposições. No que concerne à desinformação, a Resolução, de forma inédita, prevê a vedação expressa, no artigo 34, inciso II, à realização de propaganda por meio de disparo em massa de mensagens instantâneas sem consentimento da pessoa destinatária ou a partir da contratação de expedientes, tecnologias ou serviços não fornecidos pelo provedor de aplicação e em desacordo com seus termos de uso. A definição de disparo é definida como o envio em massa, o compartilhamento ou o encaminhamento de um mesmo conteúdo, ou de variações deste, para um grande volume de usuários por meio de aplicativos de mensagem instantânea.

Relaciona-se o fenômeno à configuração atual das plataformas de mídias sociais, marcada pela presença de monopólios que operam visando capturar a atenção dos sujeitos, coletar e tratar dados pessoais usados posteriormente para a construção de perfis e para o direcionamento de mensagem, por exemplo, a propaganda política.

Considera-se, portanto, o modelo de negócios favoráveis à ocorrência de desinformação de tendo em vista essa importância, é válido apontar as estratégias

desenvolvidas pelas plataformas de redes sociais digitais para o enfrentamento à desinformação no período eleitoral. Para esta pesquisa, por possuir o campo empírico do *Twitter/X*, abordaremos sobre esta rede social específica, com as devidas atualizações obtidas com informações disponibilizadas pela rede social em 2022 e pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

No dia 15 de fevereiro, foi firmado um memorando de entendimento para a coordenação de esforços no combate à disseminação de desinformação no processo eleitoral de 2022 entre o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e a rede social *Twitter/X*. O evento de assinatura dos acordos foi virtual, com transmissão ao vivo pelo canal do TSE no YouTube .

Quadro 5 - Ações e Descrições do memorando para combate à desinformação

Ações	Descrição
<p><b>Ações de Disseminação de informações confiáveis</b></p>	<p><b>1- Ativação de avisos de busca ou search prompts</b></p> <p>O Twitter disponibilizará avisos de busca (search prompts) para auxiliar os cidadãos que procurarem informações relacionadas ao processo eleitoral no Twitter e encontrar informações relevantes, confiáveis e oficiais. Os avisos de busca permitirão que o usuário visualize uma mensagem e seja direcionado para a página, recursos ou perfil do TSE. O Twitter disponibilizará os avisos de busca no topo dos resultados de busca relacionados às eleições.</p> <p><b>2- Criação de Moments</b></p> <p>O Twitter criará Moments pela conta @MomentsBrasil, a partir de tweets publicados nas contas do TSE, TREs, mídias e instituições de checagem de fatos, para os assuntos de maior relevância e repercussão sobre o processo eleitoral e as Eleições 2022, incluindo serviços de avisos públicos ao eleitor e esclarecimentos de narrativas desinformativas, a serem definidos de comum acordo entre as Partes, conforme necessidade. Os <i>Moments</i> permitirão que os usuários acessem conteúdos de qualidade que os auxiliem a fazer seu próprio julgamento sobre a precisão de informações eleitorais que visualizam na plataforma. O TSE fornecerá ao Twitter as informações e outros recursos necessários para a criação dos Moments.</p> <p><b>3- Apoio às Iniciativas do TSE</b></p> <p>O Twitter concederá apoio às iniciativas do TSE por meio do perfil @TwitterBrasil, do blog do Twitter e das divulgações realizadas pela plataforma para a imprensa, a fim de auxiliar na amplificação da divulgação de conteúdos oficiais. As iniciativas apoiadas incluirão as seguintes, sem prejuízo de outras a serem definidas de comum acordo pelas Partes: (i) a transmissão de eventos ao vivo feitos pelo TSE, sobretudo nos momentos-chave do período eleitoral, a exemplo das coletivas de imprensa concedidas pelo Presidente do TSE nos dias de votai;ao; (ii) divulgações dos <i>prompts</i>, <i>hashtags</i> e <i>emojis</i>; (iii) republicações (RT) de Moments criados pelo TSE; e (iv) inclusão de ações em parceria em postagem no blog do Twitter Brasil sobre "como acompanhar as eleições no Twitter". O TSE fornecerá ao Twitter, com antecedência suficiente, o cronograma e/ou avisos das transmissões ao vivo e demais ativações previstas para o perfil do TSE, bem como informações sobre as iniciativas</p>

	<p>conjuntas e outras eventualmente solicitadas pelo Twitter.</p> <p><b>4- Criação de emojis sobre as eleições</b></p> <p>O Twitter lançará até quatro <i>emojis</i> especiais para promover a conversa cívica sobre o processo eleitoral e motivar a participação dos cidadãos nas eleições. O TSE forneceu ao Twitter imagens, ideias, designs, identidades visuais, hashtags e outros materiais para a criação dos <i>emojis</i>, podendo contar com a colaboração da equipe criativa da plataforma, exemplo de emoji:</p> <div style="text-align: center;">  </div> <p>O Twitter Brasil se compromete a implementar as seguintes iniciativas de alfabetização midiática e capacitação com vistas ao enfrentamento a desinformação, sem prejuízo de outros projetos, ações e medidas que sejam acordados entre as Partes.</p>
<p><b>Ações para capacitação</b></p>	<p>Realização de treinamentos para as equipes do TSE e dos TREs sobre os seguintes tópicos:</p> <p><b>Práticas no uso de recursos e funcionalidades da plataforma</b> Práticas no uso dos recursos e funcionalidades da plataforma, incluindo a criação de listas e transmissão ao vivo dos eventos realizados pelo Tribunal, a fim de auxiliar na obtenção de maior visibilidade para as informações eleitorais;</p> <p><b>Regras e Políticas do Twitter;</b> Para capacitar os tribunais eleitorais a respeito: das regras e políticas da plataforma, incluindo a Política de Integridade Cívica; da aplicação das regras e políticas do Twitter, incluindo a forma de atuação da plataforma para identificar e tomar medidas sobre conteúdos e contas que violam tais regras e políticas; de como o Twitter reporta as medidas tomadas; dos canais e processos de denúncia disponíveis para casos de violação das regras do Twitter e para ordens judiciais;</p> <p><b>Moments e Tweetdeck:</b> De modo a ampliar o conhecimento sobre a criação de Moments, transmitir dicas de conteúdos para eventual uso nos Moments de @MomentsBrasil, e contribuir para o uso de Tweetdeck.</p>
<p><b>Ações para a contenção da desinformação</b></p>	<p><b>Atuação diligente na análise de denúncias feitas pelo TSE por possíveis violação às regras e políticas da plataforma.</b> O Twitter agirá diligentemente na análise das denúncias feitas pelo Tribunal Superior Eleitoral a respeito de possíveis violações às regras e políticas da plataforma, inclusive daquelas relacionadas à política de Integridade Cívica, que impede o uso dos serviços do Twitter para manipular ou interferir em eleições, ou outros processos cívicos.</p> <p><b>Canal de denúncias.</b> O Twitter Brasil indicará um canal para recebimento e análise mais célere das denúncias de violação de regras e políticas da plataforma pelo TSE, no âmbito do Programa de Enfrentamento a Desinformação No caso de ordens judiciais, o TSE terá um canal especial para o envio das comunicações.</p>

Fonte: Tribunal Superior eleitoral (2023)

A parceria vigorou até o dia 31 de dezembro de 2022, visando o enfrentamento da desinformação divulgada contra o processo eleitoral, principalmente para garantir a legitimidade e a integridade das Eleições Gerais de 2022.

As ações descritas surgem justificadas aos perigos da proliferação de notícias falsas para a estabilidade democrática, especialmente no contexto de um pleito geral, e a necessidade da cooperação das plataformas digitais nas medidas que visem coibir ou neutralizar a divulgação de conteúdo inautêntico pela internet. Para apreender as possibilidades e as essências dos fenômenos, essa pesquisa apoia-se nos princípios da fenomenologia da intencionalidade, onde a informação é entendida como fenômeno interpretativo, dependente da experiência, pressupostos, contextos (Miranda, 2018). E por “Intencionalidade” entende-se a característica de muitos estados mentais de serem acerca de ou serem dirigidos a objetos e estados de coisas no mundo, isto é, de possuírem uma direcionalidade (Searle, 1981).

Analisando as formas de relação com o mundo, a Intencionalidade é o principal papel evolutivo da mente. Os estados intencionais sempre direcionam algo no mundo, desejamos algo, mas desejamos também a transformação do mundo para que o desejo se realize. Esse processo de transformar, implica tanto nas condições de satisfação quanto na direção de ajuste. Essas condições exigem um tipo de conteúdo. O conteúdo de um estado Intencional pode corresponder a diferentes tipos de estados emocionais. Por exemplo, podemos esperar que a informação prejudique as mulheres, temer que a informação prejudique as mulheres e acreditar que prejudicará as mulheres. Nessas três sentenças, a semelhança consiste em que ambas possuem o mesmo conteúdo: prejudicar as mulheres. Apesar de termos o mesmo conteúdo, são apresentados de modos intencionais distintos. A direcionalidade é uma direção de ajuste mente-mundo, fazendo com que a mente se adeque ao mundo. Outro exemplo de estado Intencional com direção de ajuste é a intenção. Searle (1981), afirma que quando temos uma intenção fazemos de tudo para que os fatos no mundo ocorram conforme a nossa intenção. No campo da desinformação de gênero, a intenção de prejudicar as mulheres só será satisfeita se agirmos no mundo de forma que efetivamos nossa ação, compartilhamento de desinformação.

Os Estados Intencionais se conectam a diversos tipos de estados Intencionais, de maneira holística para alcance das condições de satisfação. Essa organização é definida por Rede, conforme o autor.

Cada estado Intencional é apenas uma parte de um complexo amplo de outros estados. Tomemos como exemplo, o compartilhamento de uma desinformação sobre uma mulher que concorre a um cargo político. Essa intenção de compartilhamento, pressupõe algumas crenças, como: há cargos políticos; existem eleições periódicas, há filiação a um partido político. Também tem uma variedade de desejos, como: minar a credibilidade da mulher, criar obstáculos para sucesso eleitoral, que os eleitores não votem nela, e assim por diante. Isso ilustra que a intenção se refere a esses outros estados Intencionais, no sentido de que só tem as condições de satisfação por estar situada em uma Rede de outros estados mentais.

Ao adentrar na análise de rede, outra dimensão se mostra importante, a noção de background, que se configura como o conjunto das capacidades mentais não representacionais, conjunto de precondições da Intencionalidade. Para agir, precisamos saber como as coisas são e como fazer as coisas para podermos ter os estados Intencionais que temos. Para uma pessoa ter intenção de publicar uma desinformação nas redes sociais digitais, ela precisa ter alguns recursos biológicos e culturais para realizar a ação. Entre essas capacidades, ligar o computador, acessar as redes sociais digitais, construir o texto. Essas capacidades pré-intencionais são denominadas de Background de base. E as pré-condições que consideram as coisas, a existência independente de objetos e outras pessoas, é denominada de background local, ou práticas culturais locais que constituem a vida cotidiana.

Ainda subsistem dilemas de percepção normativo-moral que, com frequência, estão associados às dimensões tanto do conservadorismo político quanto do tradicionalismo de gênero (Matos; Pinheiro, 2012).

A desinformação de gênero, coopta a credibilidade das mulheres, colocando obstáculos para manifestações públicas, com base em narrativas sexistas e caracterizadas por intenção e coordenação, a desinformação de gênero distorce a compreensão pública dos históricos das mulheres e desencoraja as mulheres de ocupar espaços públicos. Nesse caso, as manipulações são realizadas para que as condições de satisfação sejam ajustadas (Miranda, 2018).

#### 4.1 ENTENDENDO A DESINFORMAÇÃO DE GÊNERO

O esforço conceitual, teórico é importante para aproximar do fenômeno sob a perspectiva da Ciência da Informação, e dentro dessa fronteira, demonstrar a contribuição que se pode dar para desarticular a desinformação.

Portanto, a partir dos critérios de confiabilidade e pertencimento ao campo da Ciência da Informação, realizou-se um levantamento bibliográfico nas principais bases de dados da Ciência da Informação, sendo elas: base de dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI); SCOPUS; Web of Science e Google Acadêmico. A Brapci foi a única base de dados que não apresentou resultados.

As estratégias de busca basearam-se nas derivações de idiomas e termos complementares. Em função da atualidade dos estudos, não se delimita recorte temporal e nem tipo de fonte de informação. Usando os descritores a seguir:

Pesquisa 1: "desinformação de gênero";

Pesquisa 2: "fake news" and "gênero"

Pesquisa 2: "gender disinformation";

Pesquisa 3: "gender misinformation"

Pesquisa 4: "desinformación' and "gênero";

Pesquisa 5: "gender" and "disinformation" or "misinformation"

Pesquisa 6: "desinformación de género"

Pesquisa 7: "desinformación" and "género"

Pesquisa 8: "digital sexism"

A pesquisa 8 foi implementada após leitura prévia de algumas produções recuperadas citarem o termo "digital sexism" como sinônimo para "desinformação de gênero".

Ao iniciar a pesquisa, sem aplicação de filtro, foram recuperadas 10.113 publicações. No entanto, as publicações foram consideradas elegíveis para inclusão quando corresponderam aos seguintes critérios: publicações que tivessem um dos descritores citados anteriormente no título, resumo e: ou palavra-chave, restando 924 publicações. Para exclusão, foram adotadas medidas embasadas em três aspectos, a saber: publicações que não tivessem dados abertos, publicações repetidas ou não originais.

Por fim, o principal critério de seleção adotado foi o artigo que aborda a discussão conceitual sobre desinformação de gênero ou apresentassem exemplos.

Os números de documentos encontrados nesta etapa, estão descritos na Tabela 1:

Tabela 1 - Documentos recuperados

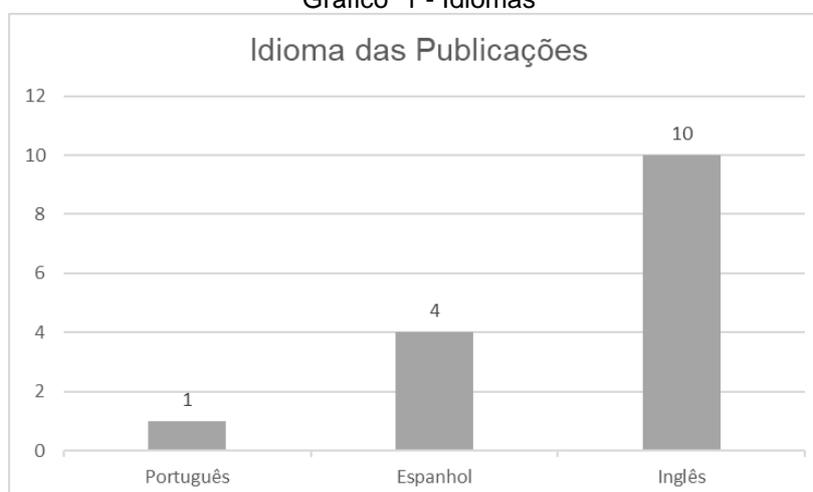
Base de Dados	Número de documentos encontrados	Seleção por título	Seleção por abstract/resumo	Seleção final
SCOPUS	141	45	21	19
WEB OF SCIENCE	333	102	19	15
Google Acadêmico	450	38	33	13
<b>Total</b>	<b>924</b>	<b>185</b>	<b>73</b>	<b>47</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Após a leitura independente dos resumos pré-selecionados segundo os critérios supracitados, um total de 73 corresponderam aos critérios de inclusão estabelecidos. Posteriormente, os textos completos foram lidos e analisados detalhadamente, sendo o total de 47 artigos selecionados que contribuiriam para o alcance do objetivo da pesquisa para compor a revisão integrativa, sendo apenas 3 artigos da Ciência da Informação, e dentre os 3, apenas um apontou base conceitual. Portanto, para um maior aprofundamento da discussão conceitual, foram considerados nesta pesquisa, alguns autores que não fazem parte do campo da Ciência da Informação, mas que apresentam reflexões fundamentais.

A partir da análise dos resumos, predominantemente em inglês, corresponderam 66% das publicações analisadas, que passaram à fase de interpretação, constituindo o corpus da pesquisa.

Gráfico 1 - Idiomas



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Observa-se uma lacuna na pesquisa brasileira no que se refere à intersecção entre desinformação e gênero, evidenciada pelo reduzido interesse e iniciativa de pesquisadores(as) em abordar essa temática. A produção acadêmica identificada sobre o tema é escassa, com destaque para um único estudo que, embora não apresente uma fundamentação conceitual ou discussão teórica aprofundada, exemplifica os impactos da desinformação sobre as mulheres, especialmente mulheres negras e periféricas. Esse artigo analisa o caso da ex-vereadora Marielle Franco, brutalmente assassinada em março de 2018.

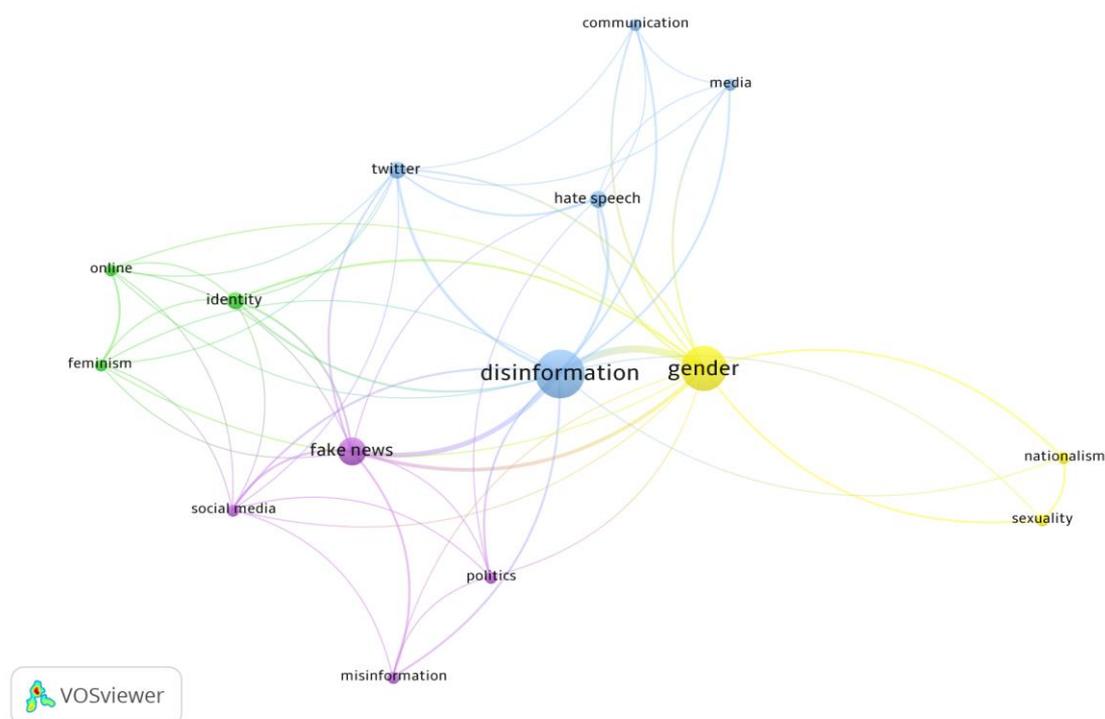
A maioria dos textos selecionados foi publicada entre 2022 e 2023, o que demonstra a atualidade e a urgência da discussão no campo da Ciência da Informação, registrando uma média de 14 artigos por ano. No entanto, as primeiras publicações sobre o tema começam a surgir em 2016, impulsionadas pelo contexto do pleito presidencial nos Estados Unidos e pelo debate em torno do plebiscito do Brexit no Reino Unido, eventos que fomentaram discussões sobre desinformação (Bastos; Mercea, 2017).

No Brasil, a intensificação dessas práticas torna-se mais evidente a partir de 2019, com a disseminação massiva de desinformação sobre Marielle Franco. Esse fenômeno revela o papel central da questão racial na dinâmica da desinformação, destacando como o racismo estrutural ainda se perpetua sob a narrativa da democracia racial no país.

Nesse cenário, marcado pela midiatização e pelo anonimato proporcionado pelas redes sociais digitais, as desigualdades de gênero e raça tornam-se ainda mais evidentes. Contudo, essas mesmas plataformas também se configuram como espaços de resistência, nos quais o ativismo social mobiliza esforços, tanto em âmbito nacional quanto internacional, para a construção da memória e a contestação da desinformação. A atuação de coletivos de mulheres, por meio das redes sociais, fortalece um estado crítico que permite a criação e disseminação de informações como forma de resistência à condição de alvo sistemático de campanhas desinformativas.

Em pesquisa realizada nas bases de dados mencionadas, intitulada *Campos das Pesquisas em Desinformação de Gênero* (2024), foram analisadas as palavras-chave presentes nas publicações, com o objetivo de identificar os termos mais frequentes e relevantes. Para isso, utilizou-se o software VosViewer, adotando-se um critério mínimo de cinco ocorrências para que uma palavra-chave fosse considerada significativa.

Figura 13 - Palavras-chave WoS (mínimo de 5 ocorrências)



Fonte: Viana *et al.*, (2025)

Foi constatada a presença dos termos *gender* e *fake news*, sugerindo a existência de estudos que investigam a relação entre desinformação e gênero, bem como o impacto das notícias falsas. Além disso, os termos *politics* e *misinformation* também se destacaram, apontando para a importância de compreender as desordens informacionais no contexto político.

O termo *fake news* reflete a preocupação generalizada com a disseminação de notícias falsas e seu impacto na sociedade. Compreender as características, os padrões e os efeitos das *fake news* é essencial para desenvolver estratégias eficazes de combate à desinformação e promover uma comunicação mais confiável e informada.

A inclusão do termo *politics* ressalta a relevância da desinformação no contexto político. O termo *misinformation* também merece destaque, indicando que a análise dos artigos selecionados abrange não apenas a desinformação deliberada, mas também a informação incorreta disseminada inadvertidamente. Compreender como a informação

incorreta se espalha e os efeitos que ela pode ter é fundamental para enfrentar os desafios da desinformação de gênero.

Outros termos relevantes encontrados incluem social media e online, sugerindo o papel das plataformas digitais na disseminação da desinformação. Além disso, termos como *identify*, *feminism*, *twitter*, *communication*, *media* e *hate speech* indicam a diversidade de abordagens no estudo da desinformação, incluindo a identificação de informações falsas, questões relacionadas ao feminismo, o uso do *Twitter/X* como plataforma de propagação, a comunicação online e o discurso de ódio.

Definir o discurso de ódio é uma tarefa desafiadora. Contamos com a definição usada por Kettunen e Mari-Sanna (2021). Assim, expressões depreciativas, humilhantes, ameaçadoras, hostis, ofensivas ou desumanizantes são definidas como discurso de ódio. Em segundo lugar, eles podem relacionar-se com características pessoais ou estigmatizar um grupo específico ou generalizar. Terceiro, o conteúdo de ódio pode ter como alvo um grupo profissional sem estar relacionado com a sua função profissional.

Essa correlação vista nas publicações nos mostra que a desinformação é combinada com o discurso de ódio, em que um elemento potencializa o efeito do outro, sobretudo nas redes sociais digitais, em que o ódio tende a permanecer por muito mais tempo, em diferentes formatos e plataformas, podendo ser referenciado infinitamente por meio de *links* em outros sites.

Também foram identificados os termos *nacionality* (nacionalidade) e *sexuality* (sexualidade). Esses termos sugerem uma preocupação em analisar como a desinformação pode ser direcionada a grupos específicos com base em sua nacionalidade ou orientação sexual. Ao adotar uma abordagem de gênero, os agentes de desinformação podem obter respostas emocionais ou se conectar a identidades de grupo de consumidores.

A seguir, sintetizamos as ideias dos(as) autores(as) sobre o conceito de desinformação:

Quadro 6 - Entendimentos dos(as) autores(a) sobre desinformação de gênero

AUTORES(AS)	ENTENDIMENTO
Judson, Atay, Krasodomki-Jones, Skinner, Smith (2020)	“Existe desinformação de gênero online no cruzamento da desinformação com violência online, como abuso e assédio: busca impacto principalmente a nível político, embora também possa causar sérios danos a nível pessoal. Essencialmente consiste na instrumentalização de boatos e estereótipos:

	com falsos, narrativas enganosas ou odiosas contadas, muitas vezes em linguagem abusiva, a fim de alcançar um impacto político.” (p. 11)
Herrero-Diz, P., Pérez-Escolar, M. & Plaza Sánchez, J.F (2020)	“Informações incorretas ou deliberadamente destinadas a mentir, ou informações com motivações ideológicas ocultas e, especificamente, ataques a questões femininas, ou seja, tipo de ataque direto à identidade das mulheres.” (p. 188)
Sobieraj (2018)	“Abuso digital baseado em gênero na Internet; além de extrema hostilidade, em espaços de interação, onde uma ampla gama de comentários pode ser derramada” (p. 1702)
Dhanaraj Thakur and DeVan L. Hankerson (2021)	“As campanhas de desinformação de gênero promovem a narrativa de que as mulheres não são boas líderes políticas e muitas vezes visam minar as mulheres líderes políticas, espalhando informações falsas sobre suas qualificações, experiência e inteligência, às vezes usando imagens sexualizadas como parte de suas táticas. Mulheres negras podem ser mais propensas a serem objeto de desinformação quando comparadas a outras.” (p. 26)
Cushman; Avramov (2021)	“Entendemos como semelhantes à propaganda clássica de atrocidades, com a intenção de explorar vieses cognitivos existentes e criar atalhos cognitivos eficientes que podem provocar mudanças comportamentais ou cognitivas desejadas na população-alvo (...) além disso, não são aleatórias, mas estão em conformidade com um padrão de enredo comum. Eles normalmente podem ser reduzidos a um enredo com um elenco perene de personagens que é facilmente reciclado e adaptado ao longo do tempo”
Pierce (2020)	“Ao adotar uma abordagem de gênero, os agentes de desinformação podem obter respostas emocionais ou se conectar a identidades de grupo de consumidores. Em outras palavras, o gênero, por meio da evocação emocional, pode avançar dois objetivos de campanhas de desinformação: minando a confiança e aumentando a viralidade da desinformação.” (p.4)

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

A partir desse quadro, foi possível perceber que o entendimento de desinformação de gênero está intrinsecamente ligado à violência de gênero que se manifesta muitas vezes como abuso e assédio, sobretudo voltado às questões feminina e identidade das mulheres, envolvendo principalmente questões políticas com narrativas que pressupõem que as mulheres não sejam boas líderes políticas e na tentativa de minar as possibilidades de as mulheres ocuparem espaços públicos.

A narrativa é construída explorando vieses cognitivos de maneira elaborada e deliberadamente destinada a prejudicar, tendo o conteúdo facilmente reciclado e adaptado ao longo do tempo, obtendo respostas emocionais e se conectando com os públicos. Embora a pesquisa se concentre sobre a desinformação de gênero voltado para as mulheres (sobretudo na política) como objeto de desinformação e as repercussões concomitantes seguintes, é importante perceber que muitas outras (por

exemplo, pessoas LGBTQIA+, questões de classe e questões de raça) são marcadores que também são foco de campanhas de desinformação.

A partir dos resultados dos conceitos encontrados na revisão sistemática e baseada na teoria de Derakhshan e Wardle, 2017, Tandoc, Lim e Ling, 2018 e Molina, Sundar, Le & Lee (2019), catalogamos a desinformação de gênero, consoante as unidades de análise e categorias na qual a desinformação pode ser catalogada, de acordo com quadro a seguir:

Quadro 7 - Categorias da desinformação de gênero

Formas de desinformação de gênero						
Falsa conexão Conteúdo enganoso		Conteúdo impostor		Conteúdo manipulado		Conteúdo fabricado
Elementos da desinformação de gênero conforme o conteúdo segundo o agente						
TV	Imprensa	Redes sociais digitais	Rádio	Anônimo	Coletivo	Individual
Elementos da desinformação de gênero conforme o conteúdo						
Tópico	Violência de gênero	Feminismo	Direitos e legislação	Questões de vida pessoal, íntima		
Formato	Texto		Vídeo		Imagens	
Propósito	Políticos, culturais, Religiosos, Pessoal, Financeiro, Publicidade					
Elementos da desinformação de gênero segundo o intérprete						
Sob a iniciativa de mídia				Colaboração dos usuários		

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Importante destacar que as principais diferenças entre a desinformação de maneira ampla e a desinformação de gênero são as formas. Porque na desinformação de gênero percebe-se a intencionalidade, ou seja, se destacam por serem projetadas especificamente para tal, “a desinformação de gênero não é apenas informação falsa, ela usa conteúdo altamente emotivo e carregado de valores para tentar minar seus alvos” (Soberaj, 2018, p. 21), minando conseqüentemente a democracia com conteúdo racista, transfóbicos e/ou misógino, sugerindo que a desinformação é uma ferramenta usada para promover ideologias como supremacia branca e patriarcal. Outra característica importante, foi percebida a partir dos conceitos de desinformação de

gênero, que se constitui também como um instrumento de assédio e violência de gênero contra as mulheres na vida pública para sentirem medo de reagir e ocupar espaços públicos.

Dessa forma, a desinformação de gênero “parasita os eventos de notícias, os rumores existentes e os estereótipos sociais subjacentes, e busca reformular os termos do discurso político de uma forma que prejudique as mulheres” (Cushman; Avramov, 2021, p. 13), tentando convencer de maneira emocional que as mulheres na vida pública são “desonestas, estúpidas, excessivamente sexuais, precisam de proteção ou imorais: e, portanto, inadequadas para a vida pública.” (Judson; Atay; Krasodomki-Jones, Skinner, Smith, 2020, p. 45).

Nesta pesquisa, entende-se gênero enquanto campo estruturado e estruturante, uma construção social e política no qual determina relações entre os homens e as mulheres. “As relações de gênero podem ser tradicionalizadas, ou seja, assimétricas, verticalizadas e hierárquicas, em que o homem domina e a mulher é subalternizada” (Panke; Isaulitis, 2016).

Nesse cenário, os estereótipos e estigmas relacionados às mulheres são manifestações do tradicionalismo de gênero. O conjunto de estereótipos oriundos do tradicionalismo de gênero se manifestam a partir de um modelo binário com a polarização entre a mulher – cuidadora, dona de casa, afetiva, subjetiva e também social e culturalmente responsável pelos filhos e pela união da família – e o homem – provedor, chefe da casa, financeiramente responsável pela família (Matos; Pinheiro, 2012) No atinente à representação política, embora a presença de mulheres em cargos de liderança tenha aumentado, é fato que essa participação é altamente desproporcional em relação à representação masculina. “O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado”, defende Butler (2010, p. 25), “[...] tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos.”

Do ponto de vista teórico, estereótipo pode ser definido como uma estrutura cognitiva que contém um conjunto de expectativas sobre um determinado grupo ou categoria (Fiske; Neuberg, 1996). Portanto, as candidatas mulheres procuram superar tais estereótipos, apresentando qualidades necessárias para a liderança. Além disso, é um desafio para as mulheres, pois "elas têm que apresentar força e assertividade sem parecer masculinas" (Burrell, 1994, p. 15)

Ao analisar a influência de estereótipos de gênero no processo de formação de opinião pública, Walter Lippman (2008) defende que, na vida moderna, há a tendência das pessoas de tomarem decisões diárias sobre várias questões mesmo sem o domínio de informações. Assim, na ausência de um repertório informacional adequado, as pessoas findam por sustentar a tomada de decisões em crenças compartilhadas pela sociedade, mesmo que não se avalie o grau de veracidade.

Finamore e Carvalho, 2006 reforçam que a influência de estereótipos no processo de formação da opinião pública, as mulheres são comumente associadas aos estereótipos, já os homens não trazem tais marcas associadas. Isso contribui para o argumento da presença e manutenção de um discurso “masculino” sobre as mulheres, oriundo da figura da mulher restrita à cena privada.

Com base nos estereótipos de gênero, os eleitores interpretam as mulheres como possuindo características expressivas – de que são emocionais, compreensivas, gentis e compassivas –, enquanto os homens são avaliados como detentores de características instrumentais – são independentes, objetivos, ambiciosos, agressivos e experientes.

Uma vez que o sexo e o gênero podem apresentar-se como naturais, a tarefa de desfazer esse engano torna-se mais importante (Butler, 2010).

Isto fica mais nítido na cobertura midiática de mulheres candidatas "a maneira pela qual a sociedade sistematicamente supervaloriza homens e subestima mulheres" (Falk, 2008, p. 155) Sempre que uma candidata é criticada por se comportar de uma maneira "não apropriada" para seu sexo, ou quando ela é criticada por ter um comportamento "insuficientemente masculino" (Lawrence; Rose, 2010).

Outros estudos também apresentam como as diferenças de gênero sugerem que os eleitores atribuem aos candidatos determinadas características e competências políticas estereotipadas. “Em termos de traços de personalidade “típicos” a cada gênero, as mulheres candidatas a cargos eletivos são geralmente vistas como mais compassivas, confiáveis, honestas e capazes de lidar com os eleitores. Por sua vez, os candidatos masculinos são considerados mais competentes, decididos, agressivos, líderes mais fortes, que possuem maior capacidade de lidar com crises (Dolan, 2013).

Pesquisas também mostraram que os candidatos homens e as mulheres são interpretados de maneiras diferentes para lidar com questões e áreas específicas. As mulheres são consideradas mais interessadas e mais eficazes quanto responsabilizadas por questões sociais e de bem-estar, educação, cuidado da saúde,

questões de gênero; enquanto os homens são considerados mais aptos para lidar com desenvolvimento econômico, política externa, segurança, questões militares (Dolan, 2010)

Os estereótipos de gênero podem exercer influência em várias etapas do processo eleitoral. Nessa investigação nos centramos em um dos aspectos desse processo, na desinformação de gênero subsidiada, sobretudo pelos estereótipos, conforme resultado da literatura.

## 5 MULHERES NA POLÍTICA BRASILEIRA

Mais que ninguém, sei que o Brasil precisa voltar a crescer. (Dilma Rousseff, 2015)

Para o entendimento do papel da mulher na política brasileira, recorreu-se ao resumo histórico dos momentos em que o Legislativo brasileiro discutiu a admissão das mulheres na vida política do país, bem como a estrutura da formação do país nesse contexto.

Incorporada no vocabulário político do Ocidente no século XVII, a palavra igualdade é parte do âmago das democracias. Em primeiro momento, é usada para definir que todas as pessoas são iguais perante a lei indicada, posteriormente para indicar a igualdade política. Porém, nem todas as pessoas foram consideradas iguais entre si para o exercício de funções públicas. Já as mulheres que, consideradas inaptas a partir das decisões políticas, receberam tratamento jurídico desigual. Considera-se, portanto, a necessidade de igualdade social para garantir oportunidade a todas as pessoas.

A concordância de mulheres na cidadania variou muito em cada país, gerando controvérsias e debates públicos. No Brasil, o voto feminino só aconteceu a partir de 1932.

A base histórica que circunscreve o país, com resquícios e consequências até os dias atuais, inicia no período que abrange os anos de 1500 a 1822, o Brasil Colonial, com a iniciativa da Coroa Portuguesa de explorar o potencial econômico da recente descoberta. Para se manter, a estrutura foi formada em três eixos, monocultura, latifúndio e escravidão.

Quanto à força produtiva, antes da chegada dos portugueses, eram as mulheres que eram responsáveis pelo abastecimento das produções e agricultura de subsistência. O trabalho na lavoura era quase inteiramente atribuído às mulheres, assim como o trabalho doméstico. Eram as indígenas que cuidavam do campo, das casas e dos filhos enquanto os homens concentravam suas atividades nas obras de arte. Gilberto Freyre (2013, p. 13) enfatiza que “a produção artística era exclusiva ou principalmente dos homens [...] a construção da oca era seu trabalho mais duro”. Mesmo quando grávida, a mulher indígena servia ao campo e aos homens. Seu papel

na produtividade foi de suma importância para a consolidação da monocultura, que mais tarde seria a base da economia colonial. Um país agrário exportador, com ciclos econômicos definidos, cana-de-açúcar, ciclo de ouro, café, agropecuária em geral para o fortalecimento da propriedade da terra.

A colônia brasileira era alimentada, para seu funcionamento, pela crueldade e opressão, substanciadas na escravidão. O Brasil foi o maior território escravocrata do hemisfério ocidental, recebendo cerca de 6 milhões de homens e mulheres traficadas, 40% do total de embarcados para a América (Prestes, 2020).

Apesar da abolição, em 1888, o país adotou políticas de controle dos corpos negros que perduram até hoje, reproduzindo estigmas, preconceitos, discriminações e exclusões que sustentam a marginalização dessa população no tempo presente, se moldando ao tempo e ao espaço. Uma das expressões mais fortes do racismo se manifesta nos números de violência. Uma vez que 76,2% das pessoas assassinadas em 2020 eram negras, enquanto 61,8% das vítimas de feminicídio eram negras. Ainda, mulheres negras concentram índices piores de qualidade de vida quando comparadas com mulheres brancas, conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública em 2021. Os dados nos alertam, para a relação entre violência e racismo.

Nesse período, também houve rebeliões populares, ainda hoje oprimidas, em que mulheres protagonizaram táticas de resistência para construir a emancipação:

Em 1857 as mulheres negras ainda eram escravizadas. Estavam nas lavouras, na casa grande, nas senzalas, nas ruas, produzindo sem descanso devido, sem benefícios, sem alimentação adequada. As mulheres negras escravizadas - ou mesmo as libertas - resistiam um dia de cada vez. [...] organizavam e lutavam de diferentes formas, por seus direitos, como escravizadas. E mesmo quando não tinham o reconhecimento e status de cidadãos, imprimiram estratégias exemplares de reinvenção de si. (Miranda; Silva, 2019, p. 103)

Com base nisso, é possível perceber as possibilidades das articulações dessas mulheres, na busca de alforriamento, que compreendiam uma postura política complexa e fundamentalmente relevante. Além disso, construíam táticas de sobrevivência com possibilidade de libertação dos filhos do ciclo da escravidão: “iniciá-los pela manumissão materna era uma opção estratégica que considerava os amplos esforços necessários para a aquisição ou conquista judicial de diversas alforrias” (Ariza, 2018, p. 153).

No Brasil-Reino, com a Constituição de 24 de março de 1824, outorgada por D. Pedro I, trouxe o conceito de cidadãos como pessoas capazes de eleger os integrantes

do governo local e do Parlamento. Não foi mencionado o engano dos direitos às mulheres, pois era evidente e consensual por parte dos homens que as mulheres pertenciam à esfera do privado e das tarefas domésticas.

As eleições para escolha do governo local eram chamadas de paroquiais, podiam votar os cidadãos ativos, que eram as pessoas que se classificavam dentre os critérios: maiores de 25 anos e com renda anual mínima de 100 mil réis (ou bens no mesmo valor). Já no âmbito para deputados, senadores e membros das assembleias provinciais, só podiam participar os cidadãos ativos com renda anual mínima de 200 mil réis por ano (ou bens em valor equivalente). A concessão do direito ao voto pelo critério de renda, ficou conhecido como sufrágio censitário.

Apesar dos critérios de renda e idade, aspectos sobre o termo “cidadão” promoveram discussões sobre o que incluía. A dúvida foi plausível porque, ao redigir leis com substantivos no masculino plural, não há o entendimento direto se as mulheres estavam representadas nos termos usados. Portanto, o debate sobre se as mulheres estavam incluídas era importante para que, voltarem e exercerem opinião política.

O conselheiro do Imperador e jurista, Antônio Pimenta Bueno, as mulheres não tinham direitos políticos assegurados pela Constituição não unânime):

Nos termos bem expressos do art. 90 da Constituição, só a massa dos cidadãos ativos é que goza de direitos políticos, e conseqüentemente que os cidadãos inativos no sentido direito público não gozam de tais faculdades. Nesta classe são incluídas as brasileiras, quaisquer que sejam, aliás, as suas capacidades e habilitações. (São Vicente, 1857, p. 470)

A interpretação se baseava na expressão cidadãos ativos, que possui sua gênese no procedimento comum na política francesa desde o final do século XVII, em que eram classificados em cidadãos ativos e passivos. As mulheres eram cidadãs passivas ou inativas, segundo o vocabulário jurídico, podiam usufruir de direitos civis, como o recebimento de herança, mas não podiam exercer a opinião política.

De acordo com esse raciocínio, por comparação, se o modelo francês, que serviu de inspiração para a Constituição brasileira, não admitia o voto feminino, as mulheres brasileiras também não poderiam votar. Assim, embora os parlamentares brasileiros não tenham expressamente esclarecido a situação dos direitos políticos femininos – não há nenhuma menção a “cidadãos passivos” na Carta –, a interpretação da época era a de que a

concessão do voto à classe feminina não era a intenção dos nossos legisladores. (Marques, 2019, p. 29).

Após isso, em 1831, houve uma tentativa de reforma eleitoral, o deputado José Bonifácio de Andrada e Silva que assumiu a posição como suplente de outro deputado eleito pela Bahia, em parceria com o também deputado Manuel Alves Branco, elaboraram um projeto de lei, apresentado na sessão da Câmara, no dia 28 de julho.

O artigo 3º propunha que mulheres em posição de chefe de família (viúvas ou separadas) pudessem votar nas eleições primárias, em que era escolhido os membros locais. O projeto previa ainda que, caso as mulheres não tivessem vontade de ir pessoalmente até o lugar de votação, poderiam ser representadas por um homem próximo, genro ou o filho mais velho, por exemplo.

A Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil decreta: Título Primeiro – Idoneidade Eleitoral  
Art. 1. O direito de votar nas Assembleias Paroquiais pertence a todo o cidadão brasileiro que estiver no gozo de seus direitos políticos e possuir de renda anual a quantia líquida de cem mil réis.  
Art. 2. São inibidos de exercer este direito:  
1º Os menores de 25 anos não emancipados pela lei [...]  
Art. 3. As mães de família viúvas, ou separadas de seus maridos, que reunirem as condições necessárias para o exercício do direito de eleger nas Assembleias primárias, poderão dar o seu voto por intermédio de um de seus filhos, genros, netos, ou qualquer parente com falta deles (BRASIL, 1824).

O projeto não foi aprovado e discutido, embora constituiu um avanço, mesmo que não idealmente, reconhecer que mulheres, quando à frente da família, teriam o direito à participação política.

Cabe pontuar que, a tentativa de reforma eleitoral no Brasil, era influenciada pelas mudanças acontecidas na França e a discussão sobre o sufrágio, que poderia ser universal ou parcial (Marques, 2019). Houve bastante discussão sobre o sufrágio parcial e o universal e, nesse cenário, a exclusão das mulheres na educação foi fator fundamental para demandar direitos políticos e cidadania.

Como exemplo, o livro *O sistema eleitoral no Império*, publicado em 1979, pelo deputado conservador Francisco Belisário Souza, no qual critica o voto do analfabeto.<sup>5</sup> Outro exemplo, o livro chamado *O sistema representativo*<sup>6</sup>, publicado em 1868, onde o deputado José de Alencar pensava que a incapacidade civil não podia impedir as mulheres de participar da política, desde que elas soubessem ler e escrever e tivessem renda suficiente.

Aprovada em 9 de janeiro de 1881, inscrita sob o número 3.029, foi publicado o decreto, conhecido como Lei Saraiva<sup>7</sup>, que apresentou algumas mudanças estruturais nas eleições, entre elas a instituição de eleições diretas para todos os cargos elegíveis existentes – senado, assembleias gerais e legislativas provinciais, vereadores, a redução do número de votantes, resultado do maior rigor no sistema de qualificação em termos de renda e de instrução, além da instituição do voto facultativo. (Marques, 2020).

Nas medidas propostas pela lei, reconhecem-se os títulos científicos como comprovante da qualificação educacional, aceitando diplomas de medicina, direito ou odontologia, por exemplo.

Art. 4o São considerados como tendo renda legal, independentemente de prova:

X – os habilitados com diplomas científicos ou literários de qualquer faculdade, academia, escola ou instituto nacional ou estrangeiro, legalmente reconhecidos (BRASIL, 1881, p. 1, 3)

O artigo abria margens para interpretações de que mulheres que possuíam diplomas poderiam votar. Com essa interpretação, a diplomada em odontologia, Isabel de Sousa Mattos, moradora de São José do Norte, na província do Rio Grande, requereu o título de eleito, mas teve o parecer do governo, contrário ao pleito requerido.

A decisão foi o motivo para, em coletividade com outras mulheres, sobretudo professoras, escritoras, dentistas, promoverem campanhas pelo sufrágio feminino. Uma delas era a professora Josefina Álvares de Azevedo, que, desde dezembro de 1888, começou a publicar o jornal *A família*, em que propunha que a mulher fosse admitida ao pleito:

---

<sup>5</sup> Disponível em:

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4895239/mod\\_resource/content/1/5.%20Francisco%20Belis%C3%A1rio%20Soares%20de%20Souza%20-%20O%20sistema%20eleitoral%20do%20Imp%C3%A9rio.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4895239/mod_resource/content/1/5.%20Francisco%20Belis%C3%A1rio%20Soares%20de%20Souza%20-%20O%20sistema%20eleitoral%20do%20Imp%C3%A9rio.pdf)

<sup>6</sup> Disponível em:

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/185589>

<sup>7</sup> Disponível em:

<https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/glossario/termos/lei-saraiva>

É necessário que a mulher também como ser pensante, como parte importantíssima da grande alma nacional, como uma individualidade emancipada, seja admitida ao pleito, em que vão ser postos em jogo os destinos da pátria. A liberdade e a igualdade são sempre uma. À mulher, como ao homem, deve competir a faculdade de preponderar na representação da sua pátria. Queremos o direito de intervir nas eleições, de eleger e ser eleitas, como os homens, em igualdade de condições. Ou estaremos fora do regime das leis criadas pelos homens, ou teremos também o direito de legislar para todas. Fora disso, a igualdade é uma utopia, senão um sarcasmo atirado a todas nós.” (Azevedo, 1889, p. 1).

O jornal foi pensado para atuar como campanha pelo sufrágio e, também, pela consciência política das mulheres. Nessa época, os opositores do sufrágio argumentam que o direito ao voto para as mulheres ameaçava seus delicados sentimentos, bem como a conservação da família. Por exemplo, o Deputado Barbosa Lima defendia que “a participação da mulher na vida pública abalaria os alicerces da família.” (Machado Neto, 2000, p.6)

O argumento utilizado é presente atualmente, em que há a ideia de que pertencem às mulheres as questões dos lares e não a gestão pública. Hahner (1981, p. 85) aponta o fundamento positivista dos argumentos que consideravam a mulher como “a parte moral da sociedade, a base da família, que no que lhe concerne era a pedra fundamental da nação.” E para que “enquanto os homens podiam esperar ter uma variedade de ambições e habilidades, as mulheres eram destinadas desde o nascimento a serem mães e esposas em tempo integral”.

Apesar dos debates, a Constituição de 1891, a Constituição aprovada negou às mulheres o direito de votarem e serem votadas. Passados aproximadamente 20 anos, novas manifestações contra a desigualdade política se tornam evidentes, tendo como principais responsáveis as professoras, responsáveis pela alfabetização das crianças no país. No Rio de Janeiro, por exemplo, havia cerca de cinco mil mulheres atuando no magistério, pelas contas do Censo de 1920. (Marques, 2020).

Em dezembro de 1910, as professoras Leolinda Daltro e Gilka Machado, registraram o partido Republicano Feminino, apesar de não atuarem como objetivo principal de fundação de partido (apresentar propostas e eleger filiados para coloca-las em prática), tinham o propósito de defender o sufrágio feminino, mobilizando a sociedade em torno dos direitos políticos das mulheres.

Em 1916, a Câmara dos Deputados aprovou novas regras para a competição eleitoral, resultando na Lei no 3.139, de 2/8/1916<sup>8</sup>, que prescrevia “o modo por que deve ser feito o alistamento eleitoral” em eleições federais no país e em pleitos realizados no Distrito Federal (RJ) e no antigo Território Federal do Acre (BRASIL, 1916). Como protesto contra a nova lei, Leolinda Daltro encaminhou o requerimento à Câmara com representação em nome do Partido Republicano Feminino pedindo que aprovassem o sufrágio feminino. “Em todo o acervo de documentos da Câmara, essa é a primeira manifestação formal de uma mulher solicitando direitos políticos.” (Marques, 2020, p. 83).

Destaca-se o seguinte trecho, com argumentos da professora:

Não é realmente justo que quando se dá ao homem inculto o direito de voto, de intervenção nas coisas públicas, se negue à mulher instruída (que as há em grande número, principalmente nesta Capital) esse mesmo direito. A grande maioria do professorado municipal desta cidade é constituído por mulheres. São elas que dão instrução aos futuros cidadãos, que têm sobre os ombros a difícil tarefa de preparo das novas gerações. Se a lei lhes deu tão grande responsabilidade; se o Estado reconhece a sua capacidade para tão alta função, qual seja a de educar e instruir a mocidade; se a Escola Normal, Oficial, lhes conferiu um diploma que lhes habilita para esse espinhoso mister— como admitir que esse mesmo Estado possa negar-lhes capacidade para a simples escolha dos que devam ser os representantes do país nas assembleias legislativas e nos altos postos da administração pública? É o maior dos absurdos. (Daltro, 2016).

Além disso, houve eventos de mobilizações. Tendo como exemplo prática a marcha que organizaram em 1917 pelas ruas do Rio de Janeiro, reunindo 90 mulheres. (Pinto, 2003).

O assunto também era noticiado pela imprensa, porém não de maneira a apoiar, mas com sugestões de que o mundo ficaria desorganizado caso as mulheres votassem.

Figura 14 - Charge sobre o pedido de voto feito pelas mulheres

---

<sup>8</sup> Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3139-2-agosto-1916-574077-republicacao-97309-pl.html>



Fonte: Revista semanal O Malho (1917)

A charge apresenta a resistência da imprensa à participação da mulher na política, apresentando que o voto feminino faria o homem e a mulher trocarem de papel na sociedade.

Nessa luta pelo direito à participação política, também se destacou pela sua militância, a professora formada em biologia, Bertha Maria Júlia Lutz, conhecida como Bertha Lutz. Ela apresentava-se como feminista e escrevia para revistas voltadas ao público feminino, publicou em 1918 um artigo conclamando a se associarem, formando uma "liga", as mulheres que entendessem que "a mulher não deve viver parasitariamente de seu sexo" antes, deve "[...] tornar-se capaz de cumprir os deveres políticos que o futuro não pode deixar de repartir com ela." (Revista da semana, 28 de dezembro de 1918, citado por Hahner, 1981, p. 101).

Uniu-se a ela Jerônima Mesquita (filha de um barão), Maria Eugênia Celso (neta de um conde), Mirtes Campos (a primeira a atuar em júris no Brasil), Maria Lacerda de Moura (professora), a engenheira Carmen, Portinho e a escritora Stella Duval e criaram a Liga para Emancipação Intelectual da Mulher, no Rio de Janeiro. Percebe-se na sua composição, que as mulheres pertenciam a uma elite econômica e também intelectual. Suas ações objetivavam "influenciar os líderes políticos e a opinião pública culta" (Hahner, 1981, p. 112), fazendo uso da publicidade e das relações pessoais, sendo acusadas pela imprensa como "terceiro sexo, carentes de charme feminino, histéricas" (Avelar, 2002, p. 45).

Posteriormente, reformulam os propósitos da entidade, que passa a se chamar Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), nome desde então associado ao feminismo no Brasil.

O estatuto da Federação defendia, sobretudo, os direitos políticos das mulheres e, prioritariamente, o sufrágio feminino, segundo Hahner (1981, p. 103), "serviria como o instrumento necessário para o progresso e não meramente como um fim em si mesmo."

Nesse mesmo período histórico no Brasil, no início do século XX, o Brasil vivia em um cenário de crescimento da industrialização e, também, o surgimento do movimento operário. Esse movimento mantinha as mulheres numa condição de submissão, uma vez que elas se incluíam no movimento como trabalhadoras, mas não como líderes (Rago, 1997). Era entendido pelo movimento operário que as mulheres eram frágeis e necessitavam de ajuda dos companheiros e também uma ameaça ao papel social masculino, enquanto responsável por prover a família.

Inclusive, as mulheres do movimento operário consideram a pauta do direito ao voto insuficiente e limitada, por não abranger toda a dignidade emancipatória. As mulheres continuaram lutando, promovendo reuniões, editando jornais e revistas, escrevendo livros em conscientização pelo direito ao voto.

Em outubro de 1930, um grupo de políticos liderados por Getúlio Vargas chegou ao poder e destituiu o presidente da República Washington Luís, num movimento que eles mesmos denominaram de revolução. Por influência das mulheres da Federação Brasileiro pelo Progresso Feminino e de outras entidades políticas compostas por mulheres, finalmente, o direito de votar e ser votado foi estendido às mulheres brasileiras, com base no decreto, datado de 24 de fevereiro de 1932.

Foi a partir daí que começaram as articulações para campanhas eleitorais em todo país, visando convencer as mulheres que não participavam do movimento sufragista a se registrarem como eleitoras nas seções eleitorais. Em maio de 1933, realizou-se a eleição para os representados na Assembleia Constituinte.

No dia 13 de março de 1934, pela primeira vez, uma mulher teve direito a voz como parlamentar no Palácio Tiradentes, sede da Câmara dos Deputados do Brasil e dos trabalhos da Assembleia Constituinte no Rio de Janeiro. Era a única mulher entre 253 parlamentares. Esta mulher era Carlota Pereira de Queirós, médica paulista e primeira Deputada Federal do Brasil, eleita pelo voto popular e apoiada por uma grande reunião de forças políticas. Ela ficou muito conhecida durante o movimento armado em

favor da reconstitucionalização do Brasil, que iniciou em 9 de julho de 1932, ao assumir a coordenação do Departamento de Assistência aos Feridos, à frente de 700 mulheres, ganhando bastante popularidade.

Acentua-se que Carlota Pereira, pertencia à elite paulista, era anti-Getulista e não se considerava feminista, mas disse em seu primeiro discurso como deputada: “cabe-me a honra com a minha simples presença aqui de deixar escrito um capítulo novo para a história do Brasil, o da colaboração feminina na política do país”.

Já Berta Lutz, obteve a primeira suplência e, em 1936, ocupou uma cadeira na Câmara, em virtude da morte do titular, o deputado Cândido Pessoa.

Carlota Pereira e Berta Lutz enfrentaram algumas divergências políticas. Em termos de política os embates se concentravam porque enquanto Bertha defendia políticas de saúde centralizadas, de escopo nacional, Carlota era a favor da autonomia dos estados para elaborar e implementar políticas próprias. Outra divergência era sobre questões de cidadania. Berta concordava que o exercício da de direitos políticos deveriam ser obtidos sem condicionantes; em contraste, Carlota defendia, com outros políticos da época, que mediante direito concedido, deveria existir um dever correspondente.

Bertha rejeitava a ideia dos direitos políticos condicionados, porque tinha medos pela possibilidade de o país caminhar para a militarização. Por isso, Lutz defendia a implementação de políticas públicas sociais sem conotação religiosa ou caritativa, enquanto Carlota defendia que a assistência privada – fosse ela religiosa ou laica – continuasse a acontecer, contando com recursos públicos.

Em 1934, encerrado o Congresso Constituinte, realizou-se nova eleição, desta vez para os Legislativos federal e estaduais; foi eleita a primeira parlamentar negra brasileira, Antonieta de Barros, deputada estadual por Santa Catarina; Carlota foi eleita novamente para a Câmara dos Deputados.

Bertha Lutz, eleita novamente deputada suplente pelo Partido Autonomista, tomou posse na Câmara dos Deputados em 1936 em virtude do falecimento do titular. Tornou-se, dessa forma, a segunda deputada do Brasil.

Em novembro de 1937 ocorreu o golpe de Estado de Getúlio Vargas. O voto feminino, uma conquista pela qual se lutou desde a elaboração da constituição de 1891, perdeu a ação, já que:

A Constituição imposta por Vargas lhe concedia amplos poderes, dentre os quais confirmar ou não os

governadores eleitos, podendo nomear interventores, o que de fato ocorreu. E, ainda, a dissolução do Parlamento, das Assembléias Estaduais e Câmaras Municipais, até a realização do plebiscito que confirmaria sua Constituição. No início de 1945, após fortes pressões, concedeu anistia aos perseguidos pelo regime e convocou eleições para serem realizadas no final do ano. Após o final da Segunda Guerra Mundial, acabou deposto, sem resistência, antes das eleições (Machado Neto, 2000, p. 10).

No período de redemocratização e superação mundial dos efeitos da 2ª guerra, em 1945, elaborou-se uma nova Constituição, no qual não retrocede quanto ao direito de voto das mulheres e torna-o obrigatório. Art. 133. O alistamento e o voto são obrigatórios para os brasileiros de ambos os sexos, salvo as exceções previstas em lei. (BRASIL, 1946).

Mais adiante, em 1962, o Congresso Nacional aprovou o Estatuto da Mulher Casada (Lei 4.121) que constava que as mulheres não seriam mais representadas pelo marido, sendo considerada colaboradora no papel de chefe de família, portanto deveria existir o consentimento mútuo para alienação de imóveis, hipotecamento de bens e fianças. Em síntese, o estatuto bania a ideia de incapacidade feminina, anulando normas consideradas discriminatórias, permitindo que elas ingressassem no mercado de trabalho, ampliando sua importância nas relações de decisão e no convívio familiar.

A proposta foi defendida pelo Conselho Nacional de Mulheres, fundado pela feminista Romy Medeiros da Fonseca. Já em 1986, a Assembleia Nacional Constituinte, instalada na legislatura 1986-90, que elaborou a Constituição Federal de 1988, participaram 26 deputadas federais, representando apenas 5,7% do total. Apesar da maioria não possuir inserção no movimento feminista, formaram a “bancada feminina” ou “bancada do batom” apresentando 30 emendas com reivindicações dos movimentos feministas, além de outras de origem popular.

Em 2010 o Brasil elegeu a primeira Presidenta de sua história, Dilma Rousseff. A campanha eleitoral opositora da primeira presidenta foi marcada por estratégias vulgares e desrespeitosas, que incluíam questionamentos à sexualidade dela, e representações estereotipadas da mídia, em que Rousseff figurava como o poste de Lula. (Argolo, 2014).

Dilma também foi a primeira a sofrer impedimento parlamentar. No mesmo sentido, já existem diversas pesquisas mostrando o caráter misógino do impeachment tanto pela ação da mídia (Stocker; Dalmaso, 2016; Arias Neto; AmaraL, 2017; Rubim;

Argolo, 2018), quanto por comentários e postagens nas redes sociais digitais (Silva; Sampaio, 2017).

Evidenciam-se os estudos sobre o uso de robôs visando distorcer o debate público sobre e o impeachment no *Twitter/X* (Arnaudo, 2017; Ruediger *et al.*, 2017), bem como o mapeamento das estratégias de comunicação de grupos políticos como o MBL, Revoltados Online e Vem para Rua (Araújo; Penteadó; Santos, 2016).

Em pesquisa realizada por Piaia, 2018, para verificar as desinformações, foram constatadas em relação ao alcance, quase um milhão e 300 mil compartilhamentos, com uma mediana de 62.415 compartilhamentos por desinformação.

O argumento contra sua campanha era que Dilma não conseguiria governar, foi construída então uma narrativa de que ela era desqualificada.

Rotulada grosseiramente como “gerentona”, a presidenta foi desacreditada como liderança política. Repetia-se, recorrentemente, durante seu governo, a sua falta de habilidade para lidar com o Congresso, e, mais especificamente, para “barganhar” com os congressistas. A inexperiência da mulher naquele cargo embora seja um mote não explicitamente expresso, permeia as narrativas.

Araújo (2016) corrobora com esse pensamento ao ratificar como esse jogo de retórica sustentou o processo de deslegitimação da presidenta, caracterizada, recorrentemente, como alguém “fora de lugar”.

Os discursos de orientação machista e homofóbicos se multiplicaram nas casas parlamentares. A partir do apelo à religiosidade do povo, ressalta a autora, estimulou-se o medo e o ódio ao diferente.

Apesar disso, durante seu governo, houve maior presença de mulheres nos ministérios. Durante as duas gestões foram empossadas 18 ministras e uma presidenta de empresa pública. Houve o fortalecimento da Secretaria de Políticas para Mulheres com a indicação de uma ministra ligada ao movimento feminista e o aumento do orçamento da pasta em aproximadamente 18%. Em 2015, após reforma ministerial, a secretaria teria classificação de ministério com a criação do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. (Rubim, Argolo, 2018).

Porém, sofreu o golpe em 2016 e após à posse do governo interino de Michel Temer, o cenário se reconfigura com um gabinete ministerial com ausência de mulheres, de negros e de jovens.



Fonte: Jornal O Globo (2018)

A foto remete também ao fato de que o Congresso Nacional desde a gestão da presidenta Dilma uma ofensiva contra as políticas de gênero, em especial com a criação do conceito de ideologia de gênero (Rubim; Argolo, 2018).

A participação das mulheres na política e sua trajetória aos longos anos é marcada por problemas e discriminação e espaços masculinizados, desestimulando à participação pública. Somente após 55 anos de inauguração do prédio do Congresso Nacional em Brasília, houve uma reforma para construção de um banheiro para mulheres, em 2016. Antes disso, era necessário que as mulheres se retirassem do plenário para usar o banheiro de outro prédio.

Algumas regulamentações oficiais tentam garantir uma participação igualitária entre homens e mulheres na política brasileira. Em 22 de maio de 2018, o Tribunal Superior Eleitoral estabeleceu a obrigatoriedade de destinação de 30% do Fundo Eleitoral dos partidos para candidaturas de mulheres. O artigo 17 da Resolução TSE nº 23.607/2019 – que dispõe sobre a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos e candidatos – estabelece que as agremiações devem destinar no mínimo 30% do montante do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), também conhecido como Fundo Especial, para ampliar as campanhas de suas candidatas.

Mas, ao analisar os dados das eleições de 2022, os partidos cumpriram a cota de 30% para candidaturas femininas, no total apenas para prefeituras + câmaras municipais, quando se observa os dados referente as candidatas à Câmara dos

Vereadores, municípios em que lançaram candidaturas, como determina a lei, apenas três partidos (UP, PSC e NOVO) entre os 33 partidos do Brasil.

E quatro partidos deixaram de cumprir esta cota em 100 ou mais municípios: PP (144), MDB (143), PSD (138) e PT (137). Juntos, os quatro receberam mais de meio bilhão de reais do Fundo Eleitoral, conforme os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Percebe-se que a estrutura partidária não promove as candidaturas, não dão a mesma ênfase e importância às candidatas, pois a maioria delas compõe a chapa partidária apenas para que a cota legal seja cumprida (Pinto, 2001). Tem que existir, portanto, um acompanhamento e maior fiscalização e controle do TSE para assegurar os 30%.

Em 2018 houve eleições presidenciais, sendo eleito o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, que teve seu mandato de 2018 até 2022. Uma gestão marcada por ofensas, posicionamentos, projetos de lei e ações de governo que atacam mulheres como indivíduos e como coletivo. Desde 2019, segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com Jair Bolsonaro (PL) como presidente e Damare Alves como ministra da área, instituiu-se um movimento de desmonte das políticas para a população feminina.

Inclusive, com declarações do ex-presidente e da ex-ministra que tiveram repercussão mundial, pelo tom reacionário e pela retórica conservadora. Damare protagonizou um vídeo, publicado logo após assumir o Ministério da Mulher, da Família e Direitos Humanos, em que afirmava que “uma nova era estava começando no Brasil, uma era em que meninos vestem azul e meninas vestem rosa”.<sup>9</sup>

O discurso apresenta a narrativa dos estereótipos de gênero, nos quais mitigam as liberdades de ser, expressar-se e sentir dos seres humanos.

O cerne dessa declaração é que ela só tem inteligibilidade dentro de um marco social desigualitário e patriarcal, que disgrega os corpos em masculinos e femininos, chama-os homens e mulheres, impõe-lhes modelos de conduta e funções sociais e laborais distintas, e organiza-os dentro dum esquema social em que há claras e alarmantes assimetrias, que se manifestam desde aspectos como a brecha salarial e o assédio, até a agressão sexual e o assassinato.

---

<sup>9</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damare-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>

Outros discursos do então presidente se traduzem na prática política do Governo fundamentado em lógica patriarcal e machista, como, por exemplo: Questionado sobre a participação das mulheres em seu governo, quando ainda era pré-candidato, Bolsonaro disse: “Não é questão de gênero. Tem que botar quem dê conta do recado. Se eu botar mulheres vou ter que indicar quantos afrodescendentes?”.<sup>10</sup>

As declarações e comunicações oficiais veiculadas por pessoas associadas ao governo e portais governamentais, expostas anteriormente, não podem ser vistas isoladamente; elas fazem parte da implementação de “uma nova visão de diplomacia” por parte do ex-governo de Bolsonaro. Por isso, deve-se notar retrocessos em temas de políticas para a igualdade de gênero.

Isso é um indício de que apesar das mudanças e transformações ao longo do tempo, ainda há muito para o que fazer para ocupação dos espaços públicos.

A reflexão indica a relevância dos aspectos históricos enquanto influência na trajetória das mulheres na política. A atribuição do espaço público como masculino e do espaço privado como feminino, incide diretamente na condição atual das brasileiras no cenário político. Nesse percurso, diversas mulheres resistiram e lutaram para alcançar o direito ao voto e ser votada, mesmo sendo descredibilizadas, o espaço na política, portanto, não foi uma concessão, foi resultado da luta pela libertação da exploração, violência e negação de direitos.

Esta participam tem resultados concretos que podem ser constatados por indicadores como: a criação de um Conselho Nacional da Condição da Mulher em 1985, que teve atuação fundamental na segunda metade da década de 80, principalmente junto à Constituinte; a própria Constituição de 1988, que assegurou um conjunto importantíssimo de direitos às mulheres; a existência no âmbito do Ministério da Saúde do Plano de Saúde Integral da Mulher; a multiplicação pelo país de delegacias de polícia da mulher e conselhos estaduais e municipais. (Pinto, 2001).

Há nos últimos anos algumas pequenas mudanças na ideia de que mulheres precisam ocupar a política, sendo em propagandas, campanhas do TSE, opiniões de colunas em jornais, fazendo com que candidaturas de mulheres comecem a tomar protagonismo. Mas além de serem obrigados e incentivados a cumprir com cotas

---

<sup>10</sup> Disponível em:

<https://revistaforum.com.br/politica/2018/3/9/bolsonaro-sobre-participao-em-seu-governo-se-botar-as-mulheres-vou-ter-que-indicar-quantos-afrodescendentes-26427.html>

eleitorais, os partidos políticos começaram a investir em quadros femininos, passando a ideia de serem mais inclusivos.

Apesar da importância de mais mulheres nos espaços públicos, contribuindo para o debate a abertura de mudanças sociais, é fundamental que não apenas ocupem o lugar no sistema político que defende interesses que oprimem as mulheres, mas que entendam a importância da construção de uma sociedade efetivamente livre de opressões para todas as mulheres. É necessário, além de tudo, consciência de classe, para serem eleitas mulheres que tenham representatividade concreta e atuem em favor de políticas públicas para o gênero e contra a desigualdade.

## 6 MEMÓRIA: na rota da resistência

A memória deixa de ter um caráter de restauração e passa a ser memória geradora do futuro. (Ecléa Bosí, 2013)

Para além das injustiças acometidas às mulheres, se faz necessário pensar sobre possibilidades de potenciais melhores. Para isso, a crítica é o elemento que possibilita alcançar os elementos na realidade para realização de potenciais melhores, no âmbito da pesquisa, olhar a perspectiva da desinformação de gênero e conseguir descortinar os obstáculos para a realização dessas potencialidades.

Congruente com essa argumentação, estabelece uma recusa determinada de se conformar com o estabelecido, indo pelo caminho oposta, a busca afirmativa de fazer de outro modo, alcançando resultados efetivamente emancipatórios (Hooks, 2020).

Mombaça (2021), desenvolve sobre a sua existência capturada pela lógica destrutiva do capitalismo, em que os corpos subalternizados são submetidos a todas as formas de violência regidas pelas relações de poder, de controle e normativas vigentes. Sugere, a partir da crítica, a estratégia de um local de revelia contra esses obstáculos, seja ela representada de forma individual ou coletiva, onde o corpo, a carne política é “feita de especulação e memória, de força e matéria”

A autora enfatiza que é possível, a partir da crítica, problematizar as lacunas e os jogos de poderes, invocando o local de construção coletiva, que atravessa a construção de consciência e memória, que viabiliza a existência umas nas outras, apesar dos processos que não as possibilitem.

Seria, então, a memória enquanto *práxis* de construção coletiva que possibilita a existência. Para isso, os espaços de memórias e sua construção, precisam ser entendidos sob a crítica, abarcando os jogos de poderes dessas relações e também os meios combativos ao controle e normativa vigente.

Na desinformação compartilhada no *Twitter/X*, as narrativas são propícias à construção de lugares que apresentam benefícios ao sujeito masculino, que usufrui, molda e possui privilégios universais, e a construção do espaço para as mulheres que não se encaixam nesses pressupostos.

A memória facilita a percepção das mulheres enquanto agentes históricas de produção e de condições de vida e das relações sociais submetidas, visando condições capazes de mobilização para uma ação emancipatória.

Essa ação depende da efetiva compreensão das relações sociais, negação do estabelecido pela ordem dominante e criação de um ambiente de práxis social capaz de intervir na mudança (Hooks, 2017).

Freire (1968) corrobora com esse pensamento, ao mostrar que a conscientização deve existir não como um fim, mas como uma soma a uma práxis significativa.

Para Halbwachs (2013), devemos atribuir a memória a uma entidade coletiva: a sociedade. Uma vez que o indivíduo está nela inserido, ele se lembra “enquanto membro de um grupo” (Ricoeur, 2007, p. 131), havendo mútua interferência entre memória individual e coletiva. Isto implica dizer que o fenômeno da recordação e das lembranças não pode ser efetivamente analisado se não pela lente dos contextos sociais que atuam no trabalho da (re)construção da memória.

O postulado de Halbwachs (2013) é sobre a categoria de “memória coletiva”, deixando de ter apenas a dimensão individual, devido às memórias de um sujeito não apenas dele mesmo porque as lembranças não coexistem de maneira isolada de um grupo social. O argumento é defendido baseado em que o um grupo está inserido em uma parte do espaço, ela se transforma à sua maneira, do mesmo modo em que se sujeita e se adapta às coisas materiais que a ele resistem.

O mundo é cultural e intersubjetivo, estrutura e agência, somos dotados de questões subjetivas, temos consciência comum, mas enquanto sujeito, nos vinculamos a outras questões que são pautadas pelo contexto social, desde a forma que crescemos, fomos socializados(as) e envolvidos(as) em questões éticas, morais. Há um mundo social que já existe, ou seja, as questões estruturantes, que vai atuar na socialização, mas aprendemos nesse processo, sobretudo na infância, a reagir a essas situações, compondo estoques de conhecimento e experiências prévias que não só nossas, mas daquilo que nos foi passado também de geração em geração, principalmente pela linguagem, transmitidos pelos pais, professores(as), amigos(as). Esses estoques de conhecimento funcionam como código de referência ou lente de referência (Corcuff, 2003).

Porém, nesse processo, a subjetividade também se faz presente, variando de acordo com a forma que experienciamos determinadas situações. Isso não implica fugir às regras sociais, tem o substrato comum, mas para viver nesse mundo, a humanidade vai definir uma maneira muito particular da qual ele define o cenário da ação, interpreta

as possibilidades e enfrenta os desafios. Embora tenham uma matriz social comum, os agentes situam-se de maneira específica (Schutz, 2003).

Além disso, a nossa memória individual, ancora-se em diversos pontos de referências como sentimentos, elementos do espaço, paisagens, sons e outros, ou seja, mesmo que não envolva diretamente outra pessoa, ela insere-se no mesmo espaço que os das lembranças de outras pessoas e pode se materializar através da linguagem, que é uma construção social.

O sujeito representa o mundo com base nas categorias de referências que são originadas no grupo e comunicadas entre os participantes. A memória é, portanto, procedência social, embora preserve a ação individual.

Nesse escopo, as memórias coletivas, são originárias das percepções internas de um grupo, ou seja, há grupos de referências e o sujeito é inserido e habitado por eles; no qual estão comprometidos com a salvaguarda de acontecimentos e de interpretações do passado (Pollak, 1989) e carregam uma apreciação moral ou juízo de valor (Cardoso, 2005).

O grupo de referência é um grupo do qual o sujeito compartilha e estabelece uma comunidade de pensamentos, não necessariamente está presente para o sujeito a partir da presença física, mas pela possibilidade do sujeito de retomar os modos de pensamento e a experiência comum dos próprios grupos. A vitalidade das relações sociais do grupo dá vitalidade às imagens, que constituem a lembrança.

Essa rememoração pode permanecer no plano abstrato, mas pode também formar-se em imagem e como tal permanecer ou, pode, torna-se uma lembrança viva. O destino está condicionado à ausência ou presença de outros que se constituem como grupos de referência.

Portanto, ainda que sua pretensão seja a verdade (Ricoeur, 2007), a memória pressupõe seleção simultânea dos fatos que serão lembrados ou esquecidos de acordo com nossas convicções; uma interação entre conservação e apagamento vinculada a eventos de identidade (Todorov, 2000), ou de constrangimento na história de determinado povo (Le Goff, 2003).

De maneira dinâmica, a lembrança necessita de uma comunidade afetiva, alicerçada no "entreter-se internamente com pessoas" e a permanência do apego efeito a uma comunidade dá consistência às lembranças. Em contraste, o desapego está ligado ao esquecimento. "Esquecer um período de sua vida" - ressalta Halbwachs (2013, p. 32) - "é perder contato com aqueles que então nos rodearam".

Um aspecto a acrescentar neste dinamismo da memória é a importância da lembrança pessoal como testemunho frente e contra as interferências coletivas, conforme Cardini (1993),

a lembrança não se constrói sem a memória coletiva, mas, ao mesmo tempo, a recordação pessoal é uma forma de testemunho que impõe limites à tirania ou à ditadura das imagens coletivas.

Este limite deve ser entendido no interior mesmo do trabalho da memória, significando que a experiência dos indivíduos é a ancoragem para a construção contínua e comum que chamamos memória coletiva, cujos conteúdos, por esta razão, não são arbitrários.

Não é arbitrário por dois motivos: não há uma repetição linear dos acontecimentos e vivências do passado, mas há uma reconstrução destes acontecimentos no contexto de um quadro de interesses atuais; sendo destacada da massa de acontecimentos e vivências localizadas em um tempo, um espaço e um conjunto de relações sociais.

Depreende-se do que foi exposto que a memória é o trabalho de reconhecimento e reconstrução que atualiza os quadros sociais, nos quais as lembranças podem permanecer e, então, articular-se entre si.

A partir do entendimento da memória coletiva, outro elemento se torna evidente: os lugares de memória, proposto por Nora (1984). Em que compreender os lugares de memória com um tríplice acepção: são lugares materiais, onde a memória se ancora e pode ser apreendida pelos sentidos; são lugares funcionais porque têm ou adquiriram a função de alicerçar memórias coletivas, cristalizando a lembrança e, por consequência, sua transmissão; simbólica, lugares carregados de uma vontade de memória, onde a linguagem se expressa e se revela.

A existência dos lugares de memória, e os esforços pela sua efetividade e continuidade, é um reflexo da possibilidade do esquecimento. Como ressalta Nora, “se o que [os lugares de memória] defendem não estivesse ameaçado, não se teria a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que envolvem, eles seriam inúteis” (Nora, 1984, p. 13).

Assmann (2011), também alerta para o desenvolvimento de estabilizadores materializados, que atuam como uma parte extra à memória. A intenção dos estabilizadores é ajudar a preservar a memória, e mesmo que eles não estejam dentro dela, podem auxiliá-la por mecanismos externos ao sistema humano e ativar processos

internos. Alguns exemplos de estabilizadores externos podem ser a ação da escrita, um livro, o ato de ler ou um simples objeto; enquanto um modelo de estabilizador interno, refere-se a processos e funções dentro do nosso sistema humano, tais como como os sentidos (visão, sons, cheiros, paladar e tato) e os sentimentos, como o afeto.

Assmann (2011, p. 267) diz que os estabilizadores são o motivo que "tornam determinadas recordações mais inesquecíveis do que as que prontamente nos escapa, identificados como afeto, símbolo e trauma".

Essas características estabilizadoras mobilizam um grupo que se define pelas forças de coesão e difusão que aglutinam, tensionam e organizam. Então, quando mulheres se juntam para ocupar espaços públicos em coletividade, há nessas situações, fenômenos e eventos a produção de afetos aglutinadores, apoiando-se tanto no sentimento de perda e cumplicidade, mas também construindo experiências de solidariedade e divergência, a partir de negociações.

Ansara (2008) contribui para o debate sobre memória coletiva, afirmando que as pessoas reconstroem o passado com os significados do presente e na sociedade e no grupos, passando por constantes processos de resignificação, construindo a ideia de que o fato de existir uma memória coletiva não implica necessariamente ter consciência política, mas que toda memória política é coletiva, com potencial de motivar, alterar e revisar comportamentos políticos na sociedade, além de ser comprometida com a transformação social, pois os sujeitos tornam-se atores políticos: tomam consciência de suas condições no mundo e rompem com o "cotidiano", conforme o conceito cunhado por Agnes Heller (2008), passando do universo privado para o público.

A distinção entre a memória social e a memória política, concentra-se no vínculo social que ambas estabelecem. Enquanto a memória social remete para a configuração de laços sociais espontâneos, a memória política está associada a ações *intencionais*.

Ansara (2012, p. 299) enfatiza que

Se por um lado, a memória se apresenta como um instrumento de manutenção de um imaginário "colonialista" marcado pelo discurso oficial que enfatiza os feitos dos heróis, produzidos e reforçados pela educação e pela mídia ou mesmo registrados nos documentos oficiais; por outro lado, a memória manifesta-se como forma de resistência e luta política fortalecendo a participação e ação política de movimentos sociais.

A memória social, a partir de comunidades linguísticas intersubjetivamente partilhadas, em princípio, não procuram uma ação efetiva de intervenção social,

desloca-se de grupo em grupo, mas não vai além, sendo uma ação comunicativa. A memória política adquire potência quando entra na dimensão do sistema político ou da esfera pública, porque o seu "outro", o emissor/destinatário de sua mensagem, é sempre o poder, então procura-se intervir no mundo social, confrontando a realidade jurídica, cultural e política que pretende silenciar a memória, sendo então, uma ação estratégica.

Aqui, como resultado, percebe-se as fronteiras entre consciência e memória, segundo Pinto (2013, p. 10), a proximidade entre consciência, subjetividade e interioridade faz com que a relação entre consciência e memória seja muitas vezes baseada no "fato de que podemos nos lembrar daquilo que vivemos, aprendemos e conhecemos".

A autora parte da premissa de que a cultura do século XX está intimamente ligada à ideia de consciência para explorar as diferentes nuances desse conceito em diversos filósofos. Ela argumenta que expressões cotidianas como "tenho consciência das coisas...", "minha consciência me diz..." e "não posso agir contra minha consciência" refletem a percepção de que, ao pensar na relação consigo e com o mundo, o sujeito adota um paradigma de conhecimento que o permite vivenciar e refletir sobre seu mundo interior. Essa percepção se baseia na crença de que possuímos uma forma particular de relação com nosso "eu" ou nossa "pessoa", sustentada pela confiança de que somos dotados de consciência. Essa consciência é frequentemente associada à posse de um "mundo" de ideias, sentimentos, desejos e imagens privadas, um "reservatório" secreto de vivências ao qual podemos recorrer sempre que necessário (Pinto, 2011).

Há previsto, então, um "reservatório", onde há experiências anteriores acumuladas que podem ser acessadas por meio de algum mecanismo, influenciando não apenas no passado ou no presente, mas em narrativas futuras que ainda se constroem. A construção do futuro, perpassa pelo conjunto de memórias e na construção de uma consciência prévia, influenciada por construções e representações sociais.

Portanto, a memória tem potencial de ser uma estratégia de resistência e luta política, e se constitui na luta contra o esquecimento, mas para isso, precisa necessariamente de participação popular transformadas em poder de intervenção com ações coletivas no presente (Pollak, 1989).

Ao enfrentar a desinformação, as mulheres usam da memória política como condição que as permite invadir o espaço público. Para isso, é necessário ações comunicativas e de intervenção.

Para efetividade na memória política sobre o aspecto de gênero, é necessário revisitar o entendimento de gênero a partir de uma forma bifocal, através do uso simultâneo de duas lentes. Através de uma visão de uma das lentes, gênero tem afinidade com classe; e através da visão de outra lente, é mais ligado a condição. Cada uma dessas lentes coloca em foco um aspecto importante da subordinação da mulher, porém, nenhuma delas sozinha é suficiente (Fraser, 2002).

A compreensão só se torna completa quando as duas lentes estão em superexposição, alcançando duas dimensões de ordenamento social: a dimensão da distribuição e a dimensão do reconhecimento.

Fraser (2002) argumenta que com o cenário do neoliberalismo hegemônico, o foco nas questões das especificidades das identidades é mais forte, deixando para um segundo plano a pauta redistributiva.

Para correção da rota, a autora propõe o paradigma mais amplo que possa englobar redistribuição e reconhecimento. Porque a injustiça contra as mulheres, são econômicas, ou seja, de ordem material, mas também cultural e simbólica, e estão imbricadas, se reforçando continuamente e sucessivamente, na medida em que normas androcêntricas e sexistas são institucionalizadas na política, gerando exclusão e silenciamento cultural que por sua vez gera também a exclusão material, em uma relação perversa e contínua, no qual pereniza normas androcêntricas e pereniza também os obstáculos na esfera pública e, sobretudo, nas instâncias participativas e definidoras da política

Por um lado, ela [justiça] deve abarcar as preocupações tradicionais das teorias de justiça distributiva, especialmente a pobreza, a exploração, a desigualdade e os diferenciais de classe. Ao mesmo tempo, deve igualmente abarcar as preocupações recentemente salientadas pelas filosofias do reconhecimento, especialmente o desrespeito, o imperialismo cultural e a hierarquia de estatuto (...) O resultado seria uma concepção bidimensional de justiça, o único tipo de concepção capaz de abranger toda a magnitude da injustiça no contexto da globalização (Fraser, 2002, p. 11).

A injustiça econômica, enraizada na estrutura político-econômica da sociedade, leva, por exemplo, à exploração do trabalho, à marginalização econômica e à privação

de um padrão material adequado de vida. Em geral, as mulheres desempenham funções menosprezadas, são mal remuneradas e quando ocupam os mesmos postos de trabalho que os homens, os seus salários são inferiores. As funções desempenhadas são as funções mais desprezadas. No Brasil, há a maior população de empregadas domésticas do mundo, sendo que a vasta maioria é negra e mulher, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT).<sup>11</sup>

Já a injustiça cultural, que é simbólica e não material, está arraigada nos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação, e se manifesta na dominação cultural, no não reconhecimento e no desrespeito. As injustiças se combinam com padrões de menosprezo da mulher com atividades historicamente denominadas femininas e que terá efeito na vida material da mulher, na medida que ela exerce o mesmo cargo com o salário menor ou não pode ocupar tais lugares.

Um obstáculo material e também simbólico é o processo de reprodução, enquanto as carreiras não estão estruturadas para comportar esse processo. Já que as mulheres precisam se dividir entre o trabalho remunerado e o trabalho pessoal não remunerado. Sâmia Bonfim, deputada federal relata em seu perfil na rede social Instagram, que sofreu com ataques de ódio quando estava grávida:

Pessoas insinuaram que eu deveria declinar do mandato ao invés de exercer a licença-maternidade. É essa lógica que faz mulheres receberem salários inferiores mesmo exercendo a mesma função que homens e faz 50% das que voltam da licença maternidade serem demitidas (...) Um mandato não é só a parlamentar. Há trabalho coletivo, regionais, frentes. Há 250 mil eleitores que escolheram votar numa mulher que, sim, pode ser mãe e, portanto, pode precisar ter que cuidar de seu filho recém-nascido sem que isso signifique abrir mão de ser parlamentar.<sup>12</sup>

A injustiça simbólica e moral, priva as mulheres de ocuparem certos espaços. No campo da política, o acesso é difícil, porque é um campo de disputa, de estratégia que demanda tempo do espaço social. E as mulheres são socializadas a pensar e ter competências apenas da esfera privada.

A morte da vereadora, Marielle Franco, constitui-se em duas injustiças, a morte física, mas também a morte cultural, com base em julgamentos errados ao dizer que era mãe precoce, que namorava traficantes.<sup>13</sup>

---

<sup>11</sup> Disponível em:

[https://www.ilo.org/brasil/publicacoes/WCMS\\_230639/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasil/publicacoes/WCMS_230639/lang--pt/index.htm)

<sup>12</sup> Disponível em:

<sup>13</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/e-ou-nao-e/noticia/marielle-engravidou-aos-16-foi-casada-com-o-traficante-marcinho-vp-ignorava-as-mortes-de-policiais-nao-e-verdade.ghtml>

Fraser (2002) critica esse dualismo, observando a justiça numa dimensão mais ampla, capaz, portanto, de absorver tanto as questões de redistribuição quanto as de reconhecimento;

A autora ainda levanta a discussão sobre como essa conciliação pode ser possível de modo a superar o dilema entre a “redistribuição” e o “reconhecimento”; indica que o único caminho que pode construir uma política não contraditória passa pela radicalização da redistribuição enquanto socialismo (reestruturação profunda das relações de produção) e do reconhecimento enquanto desconstrução (desestabilização das diferenciações essencialistas em nome de identificações fluidas e livres).

As lutas das mulheres precisam estar atentas as injustiças geradas pelo capitalismo, tratar da desigualdade em todas as fases, sobretudo na fase neoliberal, a questão de gênero à luz de duas causas centrais de subordinação, uma de natureza simbólica e cultural e outra de ordem material que são causas que se intercomunicam. Precisamos de um conceito de justiça que seja capaz de englobar igualdade, redistribuição e reconhecimento, cruzando os eixos principais de diferenciação social e subordinação.

Portanto, precisa ser centrada no princípio de paridade de participação. Seguindo este princípio, a justiça requer acordos sociais que permitam que todos os adultos membros de uma sociedade interajam um com o outros como pares. Para que a paridade participativa seja possível, pelo menos duas condições devem ser obedecidas: 1) a distribuição de recursos deve ser feita de tal forma que assegure independência e voz aos participantes: evita a dependência econômica, impeça a paridade de participação 2) modelos institucionais e valores culturais que também expressem respeito a todos os participantes e assegurem oportunidades iguais para se alcançar estima social.

Embora, a partir dos limites do ecossistema informacional contemporâneo, o *Twitter/X* possibilita um espaço para que as mulheres na esfera da política, possam materializar e compartilhar suas pautas e lutas, sensibilizando e interagindo com outras mulheres, lutando pela justiça de distribuição e também de reconhecimento.

Ao explorarmos afetos na política, Butler também aborda a importância de reconhecer e validar as experiências emocionais das minorias e grupos marginalizados, destacando como pode ser uma forma de afirmar a existência e a identidade diante de opressões sistêmicas. Dessa forma, ela contribui para uma compreensão mais holística

e inclusiva das dinâmicas políticas, que não se limitam apenas à esfera racional, mas incorporam dimensões afetivas profundas.

Butler enfatiza que a afetos políticos não é apenas uma resposta individual, mas um fenômeno coletivo que pode catalisar movimentos sociais e transformações mais amplas. A sororidade, nesse contexto, não é apenas uma emoção individual, mas uma força que pode impulsionar mudanças sociais substanciais. A autora desafia a visão convencional que associa política apenas a emoções negativas, como raiva ou indignação, ao propor que a sororidade é uma forma legítima e potente de resistência.

Em síntese, representa uma contribuição significativa para o entendimento das interações complexas entre afetos e política. Butler não apenas sublinha a importância dos afetos como uma força política, mas também abre espaço para uma reflexão crítica sobre como as emoções moldam e são moldadas por estruturas de poder. Seu trabalho desafia os limites tradicionais da análise política, enfatizando a necessidade de considerar as dimensões emocionais para compreender plenamente as dinâmicas de resistência e luta social, conforme veremos nos resultados a seguir.

## 7 RESULTADOS

No cenário político brasileiro, observa-se que a representação feminina não tem evoluído de maneira proporcional às conquistas alcançadas pelos movimentos femininos e às legislações progressistas que buscam promover a igualdade de gênero. A disparidade de gênero na esfera política é, em parte, alimentada pela ocorrência de violência política de gênero. Apesar de constituírem uma minoria no âmbito político, as mulheres foram alvo de 36% dos casos de violência política registrados no Brasil entre 2020 e 2022.

A violência dirigida às mulheres na esfera política ganha cada vez mais reconhecimento global como uma estratégia emergente para desencorajar sua participação, especialmente na era da informação, onde as novas tecnologias amplificam a expressão da liberdade de expressão, mas também multiplicam os riscos e ameaças online. Dentre todas as formas de violência política, aquelas não físicas, como o assédio e abuso online, prevalecem.

A desinformação, caracterizada pela disseminação intencional de informações falsas com o objetivo de causar danos, apresenta-se como um desafio significativo nesse contexto. A desinformação centrada em questões de gênero, portanto, constitui uma vertente da violência política de gênero que visa minar a liberdade de expressão e enfraquecer os alicerces democráticos.

Para além de ser uma ferramenta de influência política, a desinformação de gênero é sistematicamente utilizada contra mulheres na esfera pública. Mesmo aquelas que alcançam marcas históricas na política estão sujeitas a uma variedade de ataques simplesmente por serem mulheres. As repercussões não se limitam aos danos individuais, agravando estereótipos sexistas e incentivando atitudes misóginas, desencorajando as gerações mais jovens de buscar cargos públicos ou ingressar na esfera pública.

Estudos revelam que no Brasil, 58% das mulheres prefeitas afirmam terem sido vítimas de assédio ou violência política devido ao gênero. Dessas, apenas metade registrou queixas ou boletins de ocorrência, aproximadamente 74% sofreram com a disseminação de informações falsas, e 66% foram alvo de ataques de discurso de ódio nas plataformas de mídias sociais.

Recentemente, o Brasil adotou algumas medidas para enfrentar o problema, como a promulgação da Lei Federal 14.192, em 4 de agosto de 2021, que criminaliza

a violência política contra mulheres. As eleições de 2022 representaram o primeiro pleito após a entrada em vigor dessa legislação, contando inclusive com uma plataforma dedicada exclusivamente para o registro de denúncias de violência política de gênero.

Diante desse cenário, ressalta-se a importância do entendimento do cenário de desinformação de gênero, enfatizando a urgência de ações concretas para mitigar e prevenir essa forma específica de violência política. Nesse contexto, a Relatora Especial das Nações Unidas para a Liberdade de Opinião e Expressão, Irene Khan, conduziu uma consulta pública, visando colher diversas perspectivas sobre as interações entre a liberdade de expressão e as dimensões de gênero da desinformação.

Os resultados dessa consulta estão detalhados no Relatório das Nações Unidas A/78/288, que evidencia como a desinformação de gênero se utiliza de preconceitos, estereótipos, sexismo, misoginia e normas sociais e culturais fundamentadas em valores patriarcais. Essa prática visa ameaçar, intimidar, silenciar e excluir mulheres e indivíduos que não se conformam com as expectativas de gênero nos espaços públicos e em posições de poder. O objetivo final da desinformação de gênero é reduzir a participação pública e limitar a diversidade de vozes e opiniões, inclusive na mídia.

Para o entendimento da desinformação de gênero, é essencial contemplar três elementos fundamentais: conteúdo, objetivo e alvo. A abordagem tradicional da desinformação, que a define como a disseminação intencional de informações falsas visando causar danos, revela-se inadequada para abarcar de maneira abrangente a complexidade da violência contra as mulheres, como será detalhadamente discutido a seguir.

Entre as mais afetadas, destacam-se figuras de partidos de esquerda, como Gleisi Hoffmann (PT), Erika Hilton e a deputada federal Marina Silva. No entanto, na sequência, surge a deputada do campo da direita, Carol de Toni.

Schradie (2020) explora alguns desses aspectos ao analisar como o ativismo digital de grupos de direita foi mais bem-sucedido do que o de coletivos de esquerda. Em seu trabalho intitulado "The Revolution that wasn't: how digital activism favors conservatives" (A Revolução que não houve: como o ativismo digital favorece os conservadores, em tradução direta), a autora destaca que organizações mais à direita apresentam três vantagens sobre suas contrapartes: hierarquia mais clara, maior investimento financeiro e uso de mensagens mais simplificadas, eficazes para seus

públicos-alvo.

A pesquisadora conclui que, com base em suas investigações, as fake news eram menos eficazes para grupos de características mais horizontais e baseados em trabalho voluntário, comuns na esquerda. Ela se refere não apenas ao uso de fake news, mas também à utilização da internet em geral. Em diversas passagens, Schradie destaca que, de acordo com diferentes levantamentos, fake news pró-Trump e anti-Hillary Clinton eram compartilhadas numa taxa até três vezes maior do que as notícias verdadeiras (Schradie, 2019).

As recentes eleições no Brasil sugerem que a combinação de fake news, políticos populistas conservadores e redes sociais digitais continua a ser uma fórmula eficaz. Além disso, evidenciam que atribuir esses resultados exclusivamente à tecnologia é um equívoco. Na realidade, trata-se de um fenômeno político, que se manifesta por meio das tecnologias digitais, envolvendo pessoas engajadas em organizações hierarquizadas e pertencentes a classes sociais mais elevadas (Bucci, 2019).

a) Desinformações sobre Erika Hilton:

Nascida em São Paulo, é a primeira Deputada Federal negra e trans eleita na história do Brasil, com 256.903 votos. Nascida em 4 de junho de 1993, atualmente reside na cidade de São Paulo. Antes de sua eleição, foi a vereadora mais votada em 2020 e presidiu a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de São Paulo por dois anos. Seu nome civil é Erika Santos Silva e ela pertence ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL-SP) à Federação PSOL-REDE<sup>14</sup>.

As principais desinformações contra Erika Hilton giravam em torno de questionar sua capacidade de ser ministra do então candidato à presidência, Lula. Esses ataques visavam minar não apenas a candidatura dela, mas também a do próprio Lula, alegando que uma ministra trans não seria adequada para a posição. Essas acusações baseiam-se em preconceitos e estereótipos discriminatórios, buscando desqualificar Erika Hilton com base em sua identidade de gênero, em vez de avaliar suas habilidades e qualificações para a função. Essa desinformação reflete um cenário em que a discriminação e o preconceito são utilizados como estratégias para prejudicar

---

<sup>14</sup> Dados extraídos do TSE.

candidatos com base em características pessoais, em detrimento de uma avaliação justa de suas competências. A deputada classificou o discurso como: "É mais uma tentativa de promoção do caos, da desinformação, dessa frente antitrans que vem ganhando força no Brasil e em todo mundo. É um ódio irrestrito fantasiado de preocupação, é uma violência contra um grupo que já é massacrado historicamente", disse.

b) Desinformações direcionadas a Gleisi Hoffman:

Nascida em Curitiba, no dia 6 de setembro de 1965, reside em Brasília. É uma ex-líder estudantil, advogada e política brasileira vinculada ao Partido dos Trabalhadores (PT). Atualmente, exerce o cargo de deputada federal e é a presidente nacional do PT. Nas eleições de 2022, foi reeleita como deputada federal pelo Paraná, sendo a segunda mais votada no estado. Ao longo de sua carreira política, ocupou o cargo de senadora da República pelo Paraná, liderou seu partido e foi Ministra-Chefe da Casa Civil no primeiro mandato de Dilma Rousseff, de 2011 a 2014. Além disso, em 2016, presidiu a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado e foi eleita vice-presidente da comissão de assuntos econômicos do Parlamento do Mercosul.<sup>15</sup>

Entre as principais desinformações destaca-se:

Figura 16 - Desinformação sobre Gleisi acerca do uso de armas

---

<sup>15</sup> Dados extraídos do TSE



Fonte: Twitter/X (2019)

Figura 17 - Desinformação sobre Gleisi acerca da ditadura

Filipe G. Martins @filgmartin · Oct 6, 2022

O TSE também vai mandar apagar esse vídeo que mostra **Gleisi Hoffman**, presidente do PT, saudando a ditadura de Ortega na Nicarágua, manifestando apoio a Nicolás Maduro e elogiando a Revolução Bolivariana que lançou a Venezuela na miséria e massacróu milhares de venezuelanos?



Fonte: Twitter/X (2022)

Figura 18 - Desinformação sobre Gleisi acerca da guerra contra cristãos



Fonte: Twitter/X (2022)

Figura 19 - Desinformação sobre Gleisi acerca da suposta sabotagem no Facebook



Fonte: Twitter/X (2022)

A afirmação "esquerdismo só pode ser doença" reflete uma visão polarizada e pejorativa em relação às ideologias de esquerda. O uso da palavra "doença" sugere uma desqualificação moral daqueles que têm essa orientação política, promovendo uma narrativa moralista que desencoraja o diálogo.

Já sobre Gleise Hoffmann e Ditadura de Ortega pode ser interpretada como uma tentativa de associar a líder política a ações autoritárias, buscando desacreditar sua postura e a do partido que representa. A escolha de palavras como "ditadura" também carrega conotações moralistas. A desinformação de que ela compara pastores, traficantes e milicianos sugerindo querer guerra contra os cristãos, é uma generalização ampla que pode ser interpretada como uma tentativa de estigmatizar, de maneira moralista. Por fim, a relação com Adélio, afirmando ser "amiguinha" associa uma mulher política a um ato violento com implicações de gênero, uma vez que as mulheres frequentemente enfrentam críticas mais severas em contextos políticos.

c) Desinformações sobre Marina Silva:

Nascida em Rio Branco, Acre, em 8 de fevereiro de 1958, é historiadora, professora, psicopedagoga, ambientalista e figura política brasileira. Atualmente, reside em Brasília, onde ocupa o cargo de Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Brasil, função que já exerceu entre 2003 e 2008. Marina também foi senadora pelo Acre de 1995 a 2011 e se destacou como candidata à presidência da República nas eleições de 2010, 2014 e 2018. Filha da Rede Sustentabilidade (REDE), sua trajetória inclui a participação em 21 debates televisionados, refletindo seu compromisso com o diálogo e a esfera pública.

A narrativa preponderante durante a campanha eleitoral de Marina Silva centrou-se na disseminação do mito que retratava a candidata como detentora de fragilidade e incapacidade para assumir uma posição de liderança. Este mito, amplamente difundido, teve como objetivo desacreditar a competência e habilidades de Marina Silva para exercer cargos de relevância política. A construção dessa narrativa pode ter sido influenciada por diversos fatores, como disputas políticas, interesses partidários ou estratégias de oponentes, culminando na propagação de uma percepção pejorativa em relação à candidata. Essa análise sugere a importância de compreender as dinâmicas políticas e os elementos discursivos envolvidos na construção de mitos durante campanhas eleitorais.

A resposta de Marina Silva destaca uma abordagem argumentativa ao confrontar o mito sobre sua suposta fragilidade e falta de capacidade para assumir uma posição de destaque. Ao revisitar experiências pessoais e desafios superados, ela evidencia sua resiliência diante de adversidades, incluindo o enfrentamento de múltiplas doenças, a perda de sua mãe na adolescência e a responsabilidade de ajudar a criar sete irmãos.

Eu queria ver as pessoas se sentirem fracas enfrentando cinco malárias, três hepatites, uma leishmaniose e uma contaminação por metais pesados. Perdendo a mãe aos 14 anos, ajudando a criar 7 irmãos (...) e estar aqui agora falando com vocês, falando com o Brasil. Se isso é fraqueza, vamos discutir o que é fraqueza?

A retórica de Marina Silva visa desafiar a narrativa que a retrata como fraca, ressaltando que, mesmo diante de circunstâncias extremamente difíceis, ela não apenas superou esses obstáculos, mas também alcançou uma posição de destaque no cenário político brasileiro. A referência ao enfrentamento de diversas doenças e à superação de desafios familiares serve como uma resposta empoderadora, questionando implicitamente a validade do mito que sugeria sua fragilidade.

Essa estratégia argumentativa busca reverter a percepção negativa associada ao mito, destacando a força e a resiliência pessoal de Marina Silva como elementos fundamentais em sua trajetória. Ao trazer esses aspectos à tona, ela tem em vista desconstruir a narrativa prejudicial e estabelecer uma visão mais positiva de sua capacidade de liderança.

Um exemplo da desinformação direcionado a ela, foi uma mensagem do *WhatsApp* foi compartilhada, incluindo uma captura de tela de uma postagem no *Twitter/X* que exibe uma foto da ministra Marina Silva ao lado de seu marido, acompanhada do seguinte texto: "Este indivíduo é apontado como o proprietário da maioria das serrarias clandestinas no Pará, sendo considerado o principal contrabandista de mogno na região Norte. Entretanto, a relevância disso é subjugada. O foco é destacar a relação matrimonial com a ministra."

Figura 20 - Desinformação sobre Marina e sua relação matrimonial



Fonte: Twitter/X (2022)

Do ponto de vista de gênero, a mensagem revela um viés sexista ao minimizar as ações atribuídas ao marido da ministra Marina Silva e focar na sua relação matrimonial como o aspecto mais relevante. Essa abordagem pode ser interpretada como uma tentativa de desacreditar a ministra com base no comportamento supostamente inadequado do seu esposo, reforçando estereótipos de gênero prejudiciais.

O destaque para o estado civil da ministra em detrimento das acusações específicas contra seu marido sugere uma tentativa de usar relações pessoais para questionar a integridade e competência da mulher em questão. Essa tática é frequentemente empregada como uma forma de desvalorizar mulheres em posições de poder, desviando o foco de suas realizações profissionais para aspectos pessoais.

d) Desinformação sobre Carol de Toni:

Nascida em Chapecó, no dia 1 de setembro de 1986, reside em Brasília. É advogada e política brasileira vinculada ao Partido Liberal (PL). Autodenominada parte da direita política e mais especificamente conservadora liberal, ela declara Olavo de Carvalho como sua principal influência.

Destacam-se entre as posições políticas da deputada sua oposição a temas como cotas de gênero em eleições, Movimento dos Sem Terra, aborto, ideologia de gênero, descriminalização das drogas, marxismo cultural e doutrinação em escolas. Caroline defende o relaxamento da regulamentação sobre venda, posse e porte de armas de fogo, bem como a manutenção e expansão do agronegócio brasileiro, entre outros princípios conservadores.

Entre a desinformação, destaca-se a utilização de termos pejorativos, como "cavalgadora", associada a alegações sobre o uso de espaços de trabalho para propósitos pessoais, tem conotações difamatórias, conforme figura 21:

Figura 21 - Desinformação sobre Patrícia Lélis e sua relação matrimonial



Fonte: Twitter/X (2022)

A inclusão de insinuações sexuais sobre a vida pessoal da então candidata, como o comentário mencionado sobre "sentar no Felipe Francschini", é uma violação da privacidade e representa um comportamento invasivo. Esse tipo de linguagem

contribui para a objetificação e desrespeito às mulheres, causando danos à reputação e à integridade, bem como perpetuando estereótipos de gênero.

Por outro lado, as deputadas Bia Kicis, nascida em Brasília, no dia 10 de janeiro de 1961, residente na capital federal, e Carla Zambelli, nascida em São Paulo, no dia 12 de março de 1984, residente em São Paulo, foram mencionadas enquanto propagadoras de desinformações. Ambas as deputadas pertencem ao Partido Liberal (PL) e têm atuação voltada para temas como segurança pública, liberdade religiosa e defesa de valores conservadores, sendo reconhecidas por suas posições contrárias a políticas progressistas no Brasil.

Promoveram ativamente a discussão e iniciativas relacionadas ao voto impresso, argumentando que as urnas eletrônicas carecem de auditabilidade, o que gerou dúvidas quanto à sua confiabilidade. Essas declarações foram amplamente divulgadas em suas plataformas, conforme evidenciado na imagem 22.

:

Figura 22 - Compartilhamento de Desinformação por Carla Zambelli



Fonte: Twitter/X (2022)

Conhecida por seus posicionamentos políticos reacionários, Bia Kicis destacou-se por seu ativismo em questões como o voto impresso e o movimento "Escola sem Partido". Inicialmente eleita deputada federal pelo Distrito Federal nas eleições de 2018

pelo PRP, foi posteriormente identificada como uma política de extrema-direita e próxima ao presidente Jair Bolsonaro.

A parlamentar busca frequentemente questionar a legitimidade do sistema educacional público no Brasil, instigando confrontos entre estudantes e professores, difundindo informações falsas relacionadas à comunidade LGBT e apoiando financeiramente teorias de conspiração. A assertiva "Quem disse que as crianças e jovens não aprendem nada?" São PhD em sacanagem. E viva Paulo Freire!", tuitou a parlamentar em 2020.

Ao manifestar sua oposição ao Projeto de Lei 2630/20, popularmente conhecido como PL das Fake News, a deputada federal Bia Kicis (PL-DF) sustentou que, embora mentir possa ser considerado "pecado" e "imoral", tal prática não configura um crime. Este posicionamento foi expresso durante sua participação no plenário da Câmara dos Deputados, no dia 03 de maio.

Já Carla Zambelli Salgado de Oliveira, destacou-se por seu envolvimento em movimentos como o "Nas Ruas", do qual foi uma das fundadoras, e sua participação no grupo feminista Femen nos anos iniciais da década de 2010. No entanto, ao longo do tempo, ela associou-se ao movimento ultraconservador e de extrema-direita no Brasil.

Atualmente, sua trajetória política tem sido marcada por polêmicas e controvérsias, envolvendo desde acusações éticas até processos judiciais por disseminação de notícias falsas, sendo as principais:

Insinuando a prática criminosa de pedofilia pelo Deputado Jean Wyllys; a deputada federal sugeriu que o estado do Ceará estaria inflacionando as estatísticas de óbitos relacionados à COVID-19.

Além disso, conforme apurado pelo Aos Fatos em maio de 2020, Carla Zambelli e um grupo de sete deputados, alvos de investigação no inquérito das *fake news*, veicularam em média duas postagens diárias em redes sociais digitais ao longo de três meses, disseminando desinformação ou criticando o Supremo Tribunal Federal (STF).

Em maio de 2023, Nikolas Ferreira, Carla Zambelli, Eduardo Bolsonaro e Flávio Bolsonaro foram sancionados por veicular um vídeo descontextualizado sobre Lula durante as eleições de 2022. Segundo decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os acusados compartilharam informações falsas em suas redes sociais digitais com o objetivo de prejudicar a candidatura do ex-presidente Lula. O vídeo, produzido por Ferreira e compartilhado pelos parlamentares, associou o slogan "Faz o L" ao estímulo

ao uso de drogas por crianças e adolescentes, vinculando esses comportamentos à criminalidade e à proposta de censura das redes sociais digitais.

Em 29 de outubro de 2022, após uma discussão com eleitores no bairro dos Jardins, em São Paulo, Zambelli perseguiu um deles, apontando uma arma de fogo. Ela alegou ter sido agredida fisicamente, acusando seus opositores de utilizarem "um homem negro para vir em cima de mim". No entanto, essa alegação foi refutada com a divulgação de vídeos que mostram o momento em que ela discute com os eleitores, tropeça sozinha e, portando uma arma, persegue um dos homens, acompanhada por seus seguranças pessoais.

O incidente ocorreu na véspera do segundo turno das eleições, quando a legislação eleitoral proíbe o transporte de armas e munições, configurando assim o porte ilegal de arma.

Em 2 de novembro de 2022, o juiz Marco Antonio Martins Vargas, do TSE, proibiu a deputada Carla Zambelli de utilizar ou criar perfis em redes sociais digitais até a posse do então presidente eleito, Lula (PT). Desde o encerramento das eleições, o TSE suspendeu contas em redes sociais digitais que apoiam ou participam da organização de manifestações golpistas que ilegalmente bloquearam estradas em protesto contra a derrota de Jair Bolsonaro (PL), sendo essas contas apoiadas por Carla Zambelli nas redes sociais digitais.

Zambelli criou contas, que também foram desativadas. Posteriormente, anunciou a intenção de denunciar o caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). A rede social Gettr solicitou ao STF acesso ao processo que determinava o bloqueio de Zambelli na plataforma.

Os achados da pesquisa proporcionam uma visão sobre a caracterização da desinformação de gênero com base nos tweets recuperados, cumprindo o objetivo de identificar padrões associados a esse fenômeno complexo.

Conforme discutido por Krook (2020), os atos de violência podem ser empregados para desencorajar a participação eleitoral feminina, reforçar normas de gênero estabelecidas e limitar o impacto das mulheres na esfera política.

Krook (2020) argumenta haver uma crescente evidência que indica que mulheres políticas enfrentam desafios únicos em comparação com seus colegas masculinos. Tais desafios são frequentemente instigados por oponentes da participação política feminina. A autora sugere que qualquer forma de assédio,

intimidação ou tentativa de prejudicar as mulheres na política representa uma ameaça direta à democracia.

No que diz respeito ao tema da desinformação de gênero, é possível afirmar que ela não se limita apenas a atividades desinformativas relacionadas ao gênero feminino, mas abrange igualmente os demais gêneros, visando predominantemente as minorias sociais (indivíduos em situação de desvantagem social). Isso ocorre devido à interferência de normas que regem questões morais. Em meio às disputas de poder na sociedade, a desinformação de gênero, sem especificidade de gênero, pode ser conceituada conforme o Relatório Engendered Hate:

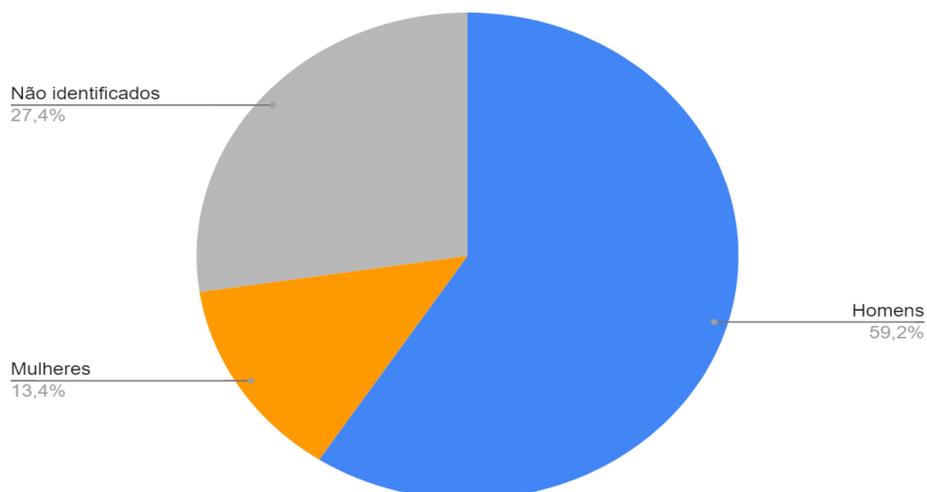
Assim, utilizamos o termo "desinformação de gênero" como um conceito abrangente e apresentamos a seguinte definição: a desinformação de gênero refere-se a ações de informação (produção, compartilhamento e disseminação de conteúdos) que atacam ou prejudicam as pessoas com base em seu gênero. Essas ações elaboram narrativas fraudulentas geralmente fundamentadas em estereótipos de gênero para promover objetivos políticos, sociais ou econômicos (Judson; *et al*, 2020, p.12, tradução nossa).

Dessa forma, é possível inferir que a desinformação de gênero está intrinsecamente ligada a violências dirigidas a grupos sociais específicos. No âmbito online, a desinformação de gênero surge na interseção entre desinformação e violência online, revelando casos de abuso e assédio, buscando impactar principalmente em níveis políticos e públicos, embora também possa causar sérios danos em esferas pessoais e privadas.

## 7.1 IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES DE DESINFORMAÇÃO

A análise dos tweets recuperados revelou que 59,2% dos agentes envolvidos na disseminação de desinformação de gênero é composta por indivíduos do sexo masculino ou utiliza pseudônimos para ocultar a identidade.

Gráfico 2 - Agentes da Desinformação



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A escolha deliberada do anonimato, seja por meio de pseudônimos ou da não identificação do sexo, aponta para uma possível tentativa de evitar consequências ou responsabilidades associadas às mensagens disseminadas. Essa estratégia levanta questões importantes sobre a necessidade de abordagens mais abrangentes no combate à disseminação de desinformação de gênero, considerando não apenas os conteúdos em si, mas também os fatores relacionados à identidade e prestação de contas dos agentes envolvidos.

O impacto da propagação de desinformação entre os homens é significativo. No contexto político pode influenciar indevidamente opiniões públicas, moldar percepções distorcidas e até mesmo impactar resultados eleitorais. Portanto, é importante abordar a questão entre os homens, promovendo a conscientização sobre a importância da verificação de fontes e incentivando práticas responsáveis de compartilhamento de informações. Educação digital, alfabetização midiática e o desenvolvimento de habilidades críticas para avaliar a autenticidade das informações são elementos essenciais para mitigar os impactos negativos desse fenômeno.

O funcionamento da plataforma, aliado aos sinais da atuação da mídia programática, gera repercussões significativas no contexto de linchamentos virtuais. Quando os ataques se destacam mais do que outros tipos de postagens, a vítima de violência fica exposta a um maior grau de visibilidade. Recuero (2013) adverte sobre o risco de interações em rede facilitarem o surgimento de conflitos, pois as ofensas online tendem a ser mais públicas, replicáveis e abrangentes. Segundo a autora, uma ofensa

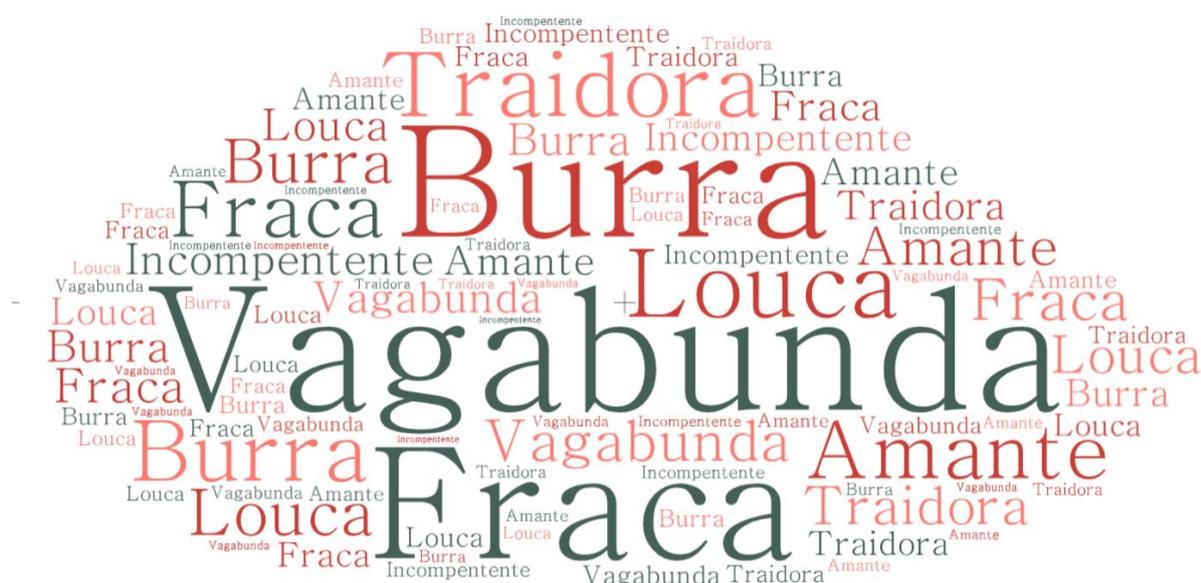
é potencializada pela própria rede e pela sua capacidade de reproduzir e amplificar o caso, intensificando seus efeitos para os envolvidos.

Por outro lado, devido à lógica das bolhas de filtro, quando os ataques contra mulheres ganham visibilidade nas redes, eles se destacam para usuários que já consomem esse tipo de conteúdo, servindo como um estímulo para novos atos de trolling. Anjos (2019, p. 79) argumenta que as redes sociais digitais podem atuar como verdadeiros "viveiros" para o machismo, a homofobia, a crença na supremacia branca, entre outros. Mesmo que esses ataques possam ter sido incentivados por perfis falsos, a mediação algorítmica da plataforma evidencia tais agressões, atraindo a participação de perfis orgânicos dedicados a disseminar ódio nas redes sociais digitais.

## 7.2 TERMOS MAIS UTILIZADOS

Os termos mais frequentemente utilizados nos tweets analisados refletem um viés discriminatório, promovendo estereótipos de gênero prejudiciais. Expressões depreciativas e linguagem sexista são recorrentes, evidenciando a intenção de desacreditar ou desvalorizar a participação e papel das mulheres em diferentes esferas. Refere-se à combinação de informações que incorporam rumores e estereótipos, entrelaçadas com narrativas falsas, enganosas ou odiosas, frequentemente expressas em linguagem abusiva. Essas informações apelam a juízos de valor, que estão associados as questões de gênero (Curzi, 2021).

Figura 23 - Termos mais utilizados



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Os tweets analisados apresentam um cunho pessoal, apresentando um padrão de conteúdo misógino e preconceituoso, evidenciando uma série de termos pejorativos e estereótipos de gênero. Essas expressões de desrespeito e discriminação, como "Louca", "Burra", "Vagabunda", "Amante", "Traidora", "Incompetente" e "Fraca", apontam para uma manifestação de linguagem depreciativa direcionada a mulheres e são, na maioria, focados em características pessoais com julgamentos morais.

Os números expressivos associados a termos como "Vagabunda" demonstram uma disseminação considerável de discurso de ódio online. O termo "vagabunda" é uma expressão geralmente que tem em vista difamar a moral ou a reputação da mulher, associando-a a comportamentos considerados socialmente inaceitáveis. Ao usar o termo "vagabunda", o falante está, de maneira geral, expressando julgamentos sobre a conduta sexual das mulheres.

Aliado ao termo "Amante" e traidora indicam uma tentativa de desvalorizar e julgar moralmente as mulheres, associando-as novamente a estereótipos negativos relacionados a relacionamentos pessoais e contribuindo para a disseminação de desinformações. Já a utilização recorrente de termos como "Louca" e "Burra", são utilizadas como ferramentas de desqualificação e desacreditação e associando-as a estereótipos de instabilidade emocional, além de desvalorizar a inteligência das mulheres, promovendo estereótipos de que as mulheres são menos capazes intelectualmente. Isso reflete uma tentativa de subestimar as habilidades cognitivas das

mulheres e reforçar normas de gênero tradicionais e desigualdades, perpetuando a ideia de que as mulheres são emocionalmente instáveis ou intelectualmente inferiores.

A histeria era empregada para categorizar as mulheres como portadoras de uma patologia, sendo um meio de restringir sua liberdade e impedir que expressassem ideias revolucionárias ou desejos mínimos. O diagnóstico tornava-se uma forma de aprisionar e isolar as mulheres, um princípio compartilhado naquilo que Silvia Federici (2017) designou como 'caça às bruxas'.

Assim, "os defeitos femininos não passavam de uma resposta às injustiças de que eram vítimas as mulheres, reduzidas à existência no casamento e da maternidade" (Priore, 1989, p. 91). Seus corpos reprimidos manifestavam sintomas que inconscientemente indicavam a não aceitação do sujeito diante dessa situação.

No passado, alguns filósofos proeminentes sustentavam a crença de que os órgãos femininos colocavam a mulher em uma posição inferior à do homem. Diante disso, alguns médicos começaram a interpretar doenças nervosas, como anorexia, depressão ou histeria, como resultados dos desejos reprimidos das mulheres. Naquela época, as mulheres eram compelidas a manifestar um comportamento caracterizado por doçura, passividade e submissão, sendo obrigadas a se submeter à proteção de uma figura masculina. Isso representa, nesse contexto, uma naturalização de um discurso machista que se origina da ideologia patriarcal.

No entanto, essa perspectiva está enraizada na teoria da incapacidade da mulher, que postula que as mulheres são emocionais e instáveis, e que, sob pressão pública, não conseguem tomar decisões racionais. Isso ocorre porque "os corpos mobilizam enunciados a fim de desestabilizar esse efeito de evidência de sentido proveniente de uma formação discursiva machista que parece persistir no imaginário social contemporâneo" (Radde, 2013, p. 3). Dessa forma, o sujeito esquece seu assujeitamento pela ideologia e, através do recalque do inconsciente, o sujeito-falante não se encontra "por definição, fora da formação discursiva que o domina" (Pêcheux, 1995, p. 173).

Sherry B. Ortner, em um texto conhecido da década de 1970, destaca que o corpo da mulher e suas funções a colocam mais próxima da natureza e do doméstico. Por outro lado, o corpo do homem e suas funções, não diretamente ligadas à reprodução e aos cuidados, permitem que ele esteja mais próximo da cultura, dos lugares públicos e dos espaços de tomada de decisões (Ortner, 1979).

Nesse contexto, deparamo-nos com o conceito de histeria ou mesmo de 'natureza feminina', ainda presente atualmente, quando, durante debates entre homens e mulheres ou mesmo entre mulheres, uma mulher é rotulada como histérica por falar 'mais do que deveria', por expressar emoções ou desviar um pouco do comportamento padrão esperado - este último associado ao âmbito da cultura e, portanto, reconhecido socialmente como um comportamento masculino.

Dessa forma, esses discursos possibilitam desacreditar uma opinião, partindo do pressuposto de que a inadequação das mulheres na esfera pública é inata e não resultante de influências culturais, reforçando a inferioridade das mulheres em relação aos homens com base em princípios formulados em uma interpretação masculina. Somente quando as mulheres brasileiras se apropriam dos conhecimentos científicos e argumentações do campo social e cultural (Barbosa; Machado, 2012), às imposições dessa teoria podem ser superadas.

Em conjunto, esses termos revelam uma prática sistêmica de linguagem discriminatória e estigmatizante, contribuindo para a disseminação de desinformação de gênero ao construir narrativas pejorativas e distorcidas sobre as mulheres. Esse tipo de linguagem não apenas perpetua estereótipos prejudiciais, mas também reforça desigualdades de gênero e contribui para a criação de um ambiente online negativo para as mulheres na política.

Carla Machado (2004) explora o conceito de pânico moral como um validador do controle social, fundamentando-se nas ideias de Cohen. Cohen, ao analisar o funcionamento desses dispositivos na sociedade, destaca três fases cruciais: a etapa inicial, conhecida como "inventário do problema", seguida por uma fase de significação e, por fim, uma fase de ação (Cohen *apud* Machado, 2004, p. 61).

Na primeira fase, Machado ressalta a influência das redes sociais digitais os meios de comunicação desempenham um papel vital na organização de rumores e percepções públicas desordenadas, construindo uma interpretação do problema, é comum observar perfis conservadores compartilhando conteúdos que alertam para os supostos perigos da "ideologia de gênero" (Miskolci, 2021). Este processo se dá mediante mecanismos de exagero e distorção, ampliando e sensacionalizando a questão. O uso de predição, antecipando recorrências prováveis, e simbolização, por palavras, frases ou imagens estereotipadas, dramatizadas e exageradas, são fundamentais nesse processo. Essas ações executam tarefas cruciais para o surgimento do pânico moral, incluindo a definição de um evento como um problema

social (Machado, 2004, p. 61).

Na segunda fase, ocorre a interpretação do problema, quando "a atenção muda do domínio factual para o domínio interpretativo ou do problema em si para suas implicações e consequências" (Machado, 2004, p. 61). Neste estágio, os participantes tentam identificar problemas sociais subjacentes, e surgem os supostos riscos associados à disseminação das discussões sobre gênero e sexualidade.

Por fim, a terceira fase envolve a mobilização para ação e resolução do problema, encorajando o público a adotar uma postura vigilante para evitar a disseminação do problema e manter as coisas como são (Machado, 2004, p. 61). Essa dinâmica destaca a interconexão entre a disseminação da desinformação, a construção do pânico moral e os esforços para perpetuar narrativas que moldam a percepção pública.

### 7.3 ROTA DA DISSEMINAÇÃO

A repercussão dessas mensagens desinformativas no Twitter/X é significativamente influenciada pela sua disseminação prévia no *WhatsApp* ferramenta utilizada pelos brasileiros para manter contato com amigos, familiares e conduzir transações comerciais. Progressivamente, também passou a desempenhar um papel significativo na esfera política. De acordo com uma pesquisa, nas eleições de 2018, 44% dos eleitores no Brasil utilizam o *WhatsApp* como meio para acessar informações políticas e eleitorais.

Sob o disfarce de notícias, um formato atrativo e um discurso indignado, as notícias falsas apelam às emoções, convidando-os a distribuí-las impulsivamente. Tudo isso é respaldado por um dispositivo — o telefone celular — no qual a ação de compartilhar é uma questão de confiança. Portanto, eles têm menos probabilidade de verificar um conteúdo antes de reenviá-lo se ele vier de um contato em sua lista de contatos pessoal (Diaz, 2020).

Existem também peculiaridades relacionadas ao capital social. Conforme apontado por Recuero, a robustez do capital social está diretamente ligada à capacidade de influência coletiva. Interações fundamentadas em uma rede social de uso móvel evidenciam um elevado potencial para o desenvolvimento de capital social de segunda ordem. Por exemplo, um grupo no *WhatsApp* que reúne diversas pessoas

de uma comunidade tende a engendrar interações com implicações práticas mais significativas.

Caetano *et al.* (2019) apresentam uma abordagem para compreender o fluxo de informação e desinformação no aplicativo, introduzindo o conceito de "cascatas de atenção". Essas cascatas iniciam quando um usuário inicia um tópico em uma mensagem para o grupo, podendo incluir texto escrito, fotos ou links para artigos online. A propagação da informação ocorre quando outros membros respondem a essa mensagem. A análise das cascatas de atenção baseia-se em uma das principais funcionalidades do *WhatsApp*: a capacidade de "responder" a uma mensagem.

A análise mostrou que os tweets que recebiam maior atenção no *Twitter/X* geralmente eram aqueles que já haviam circulado extensivamente em grupos privados. Essa trajetória indica a importância de abordar a desinformação em estágios iniciais para mitigar seu impacto subsequente em plataformas mais abertas. Apesar de não ser classificado técnica e juridicamente como uma rede social-uma vez que se trata de uma plataforma para construir redes privadas e fechadas de comunicação — o aplicativo acabou tendo no Brasil o impacto de uma rede social. Esse cenário tornou significativamente mais desafiadoras as análises, pesquisas e estudos sobre o fluxo de informações durante a campanha, uma vez que o *WhatsApp*, por ser uma plataforma fechada, está protegido pelo sigilo de correspondência. Diferentemente do *Twitter/X*, não é possível monitorar suas mensagens de maneira direta.

#### 7.4 UTILIZAÇÃO DE MÍDIAS DIVERSIFICADAS

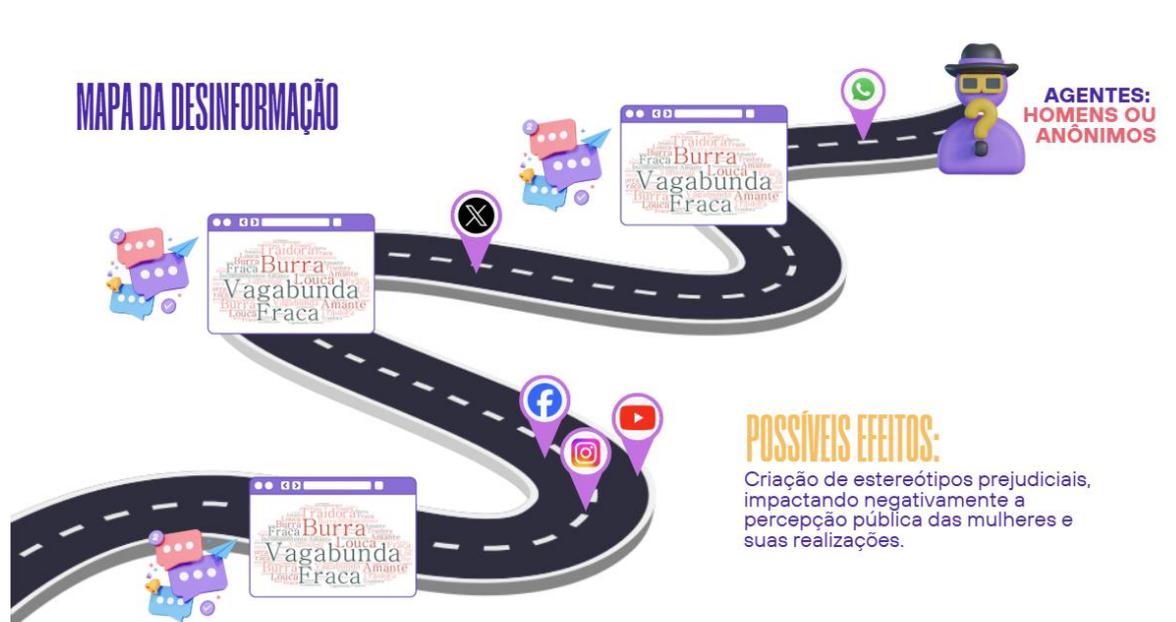
A pesquisa constatou que a desinformação de gênero é comumente disseminada por meio de imagens editadas, vídeos manipulados e links que direcionam para páginas de notícias falsas. A prevalência de imagens (e texto) e imagens com links em detrimento de apenas texto indica uma maior frequência de postagens visuais. Essa preferência por pode ser atribuída pela facilidade de compartilhamento, a rápida assimilação do conteúdo e a capacidade de transmitir mensagens ou contar histórias de maneira visualmente impactante.

A inclusão de elementos visuais e multimídia intensifica consideravelmente o impacto dessas mensagens, conferindo-lhes maior poder persuasivo, e vale ressaltar que o uso de links também é uma prática frequente nesse contexto, ampliando ainda mais a propensão dessas mensagens a serem compartilhadas.

Além disso, essas práticas podem estimular a participação ativa dos usuários. Essa interação adicional potencializa o envolvimento e a motivação, proporcionando uma experiência mais imersiva. Isso permite a navegação e exploração do conteúdo de maneira não linear, seguindo os interesses e necessidades individuais (Caldin; Blattmann, 2020, p. 694).

Estes resultados consolidam o primeiro objetivo da pesquisa, destacando não apenas os padrões de comportamento dos agentes envolvidos, mas também os mecanismos específicos de disseminação, os termos utilizados e os métodos empregados para maximizar seu impacto, conforme mapa a seguir:

Figura 24- Mapa da Desinformação



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Em síntese, identificamos:

- Formatos de Desinformação: A desinformação de gênero manifesta-se por meio de diversos formatos, incluindo imagens manipuladas, textos distorcidos e vídeos editados ou recortados.
- Atores/Usuários: Observa-se que homens predominam como atores na disseminação da desinformação de gênero. Pseudônimos são frequentemente empregados, conferindo um véu de anonimato aos perpetradores, dificultando a *accountability*.

- c) Etapas do Ciclo de Desinformação: O ciclo da desinformação envolve várias etapas interconectadas, começando pela produção do conteúdo falso, seguido por sua difusão por meio das redes sociais digitais. Inicialmente, a disseminação ocorre em aplicativos de mensagens como WhatsApp, através de áudios, textos e vídeos. Em seguida, a desinformação se expande para plataformas como Twitter/X, onde ganha tração com a adição de links para sites falsos, conferindo-lhe uma aparência de credibilidade. Posteriormente, alcança redes sociais digitais mais visuais, como YouTube, Instagram e Facebook, onde imagens e fotos reforçam a mensagem enganosa, ampliando ainda mais seu alcance e impacto.
- d) Natureza da Desinformação: A desinformação de gênero questiona frequentemente a idoneidade e competência das mulheres, além de difamar e distorcer suas conquistas. Essa natureza insidiosa visa minar a imagem e a credibilidade das mulheres na esfera pública
- e) Os efeitos da desinformação de gênero incluem propagar estereótipos prejudiciais, impactando negativamente a percepção pública das mulheres e suas realizações.

Essa caracterização é fundamental para desenvolver estratégias eficazes de combate à desinformação de gênero e promover um ambiente online mais inclusivo.

Na discussão dos resultados, observa-se que a pesquisa alcançou resultados que estão alinhados com a revisão da literatura. A presença dos termos *gender* e *fake news* confirma a existência de estudos que investigam a relação entre desinformação e gênero, bem como o impacto das notícias falsas. Além disso, a relevância dos termos *politics* e *misinformation* reforça a importância de compreender as desinformações informacionais no contexto político, abrangendo tanto a desinformação deliberada quanto a disseminação de informações incorretas de forma inadvertida.

Entretanto, a inovação desta pesquisa reside na sua aplicação ao cenário brasileiro, onde a relação entre desinformação, gênero e discurso de ódio ainda não havia sido amplamente explorada na literatura acadêmica. Enquanto estudos internacionais já abordavam essas conexões, havia uma lacuna na compreensão do fenômeno dentro do contexto nacional, marcado por dinâmicas políticas e sociais próprias. Ao analisar esse cenário, a pesquisa contribui para o avanço dos estudos sobre desinformação no Brasil, oferecendo uma perspectiva inédita sobre como a desinformação de gênero se

manifesta no país, quais grupos são mais impactados e como o discurso de ódio digital amplifica seus efeitos.

Para o atingimento do segundo objetivo: a identificação das principais estratégias que as mulheres investigadas utilizam para reconstrução da memória com a construção, analisou a linha do tempo das candidatas e suas interações, a fim de identificar as estratégias infocomunicacionais. Foram analisadas as candidatas que mais obtiveram desinformações, sendo Gleisi Hoffman, Era Hilton, Marina Silva, mas também a que mais compartilhou desinformação, Carla Zambelli.

A escolha de analisar Carla Zambelli também é reforçada pelo fato de que estamos atualmente imersos em um contexto de intensa polarização ideológica, especialmente desde a eleição de 2018 no Brasil. Nesse cenário, observa-se uma significativa mobilização do discurso de gênero por parte de políticos com orientação conservadora em todo o mundo. Concordamos com a análise de que o neoconservadorismo, como corrente ideológica, sustenta a ideia de que a família nuclear, em detrimento do Estado, é a solução para as disfunções sociais (Lacerda, 2019; Biroli; Machado; Vaggione, 2020). Esse enfoque reforça a centralidade das questões morais, especialmente aquelas relacionadas ao papel tradicional atribuído às mulheres, na fundamentação dos argumentos econômicos dessa ideologia. A inclusão crescente de mulheres nos quadros conservadores também se configura como uma estratégia para conquistar votos femininos, especialmente em partidos e governos criticados pela esquerda devido à sua baixa representatividade.

É importante salientar que, normativamente, as discussões acerca da representação de grupos, como nas mulheres, estão intrinsecamente vinculadas aos perfis desejados do/a representante. A crítica feminista, expressa em diversas nuances, evidenciará, utilizando a célebre expressão de Anne Phillips, "o que há de errado com a democracia liberal" quando se presume que todos os indivíduos possuem igualdade de oportunidades na competição eleitoral. Em contraposição à visão de representação desvinculada dos corpos e sujeitos, conforme delineado por Hanna Pitkin em sua obra clássica (2006), as autoras feministas demonstrarão a necessidade de considerar os contextos de subordinação histórica vivenciados por minorias políticas ao definir os critérios de avaliação da representação (Mansbridge, 1999). Nesse contexto, Phillips (2011, p. 344) enfatiza que "quando um grupo é consistentemente sub-representado, algum outro grupo está obtendo mais do que o que lhe corresponde".

A inclusão crescente de mulheres nos quadros conservadores também se configura como uma estratégia para conquistar votos femininos, especialmente em partidos e governos criticados pela esquerda devido à sua baixa representatividade.

A fim de categorizar os dados, acrescentaram-se às 40 postagens obtidas durante o processo exploratório preliminar realizado em janeiro de 2024. A identificação das categorias emergentes seguiu a seguinte abordagem: a categoria 1 derivou tanto da integração de fundamentos teórico-conceituais quanto da análise empírica; a categoria 2 foi elaborada exclusivamente com base na fundamentação teórico-conceitual, enquanto a categoria 3 emergiu unicamente da análise indutiva empírica.

O procedimento iniciou com uma observação inicial não sistemática dos perfis. Posteriormente, por meio da leitura flutuante das postagens nos feeds de notícias, realizou-se a coleta do corpus ao longo de todo o mês de janeiro de 2024. Os dados foram organizados em ordem cronológica e registrados em diários de campo, armazenados em pastas no Google Drive.

Em seguida, foram conduzidas releituras em relação ao corpus de dados, o que possibilitou a identificação de nove temáticas emergentes, conforme a metodologia de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011). Essas temáticas foram extraídas do corpus total, composto por 56 postagens, abordando tópicos como violência contra a mulher, empoderamento feminino, representatividade do gênero feminino, mulheres indígenas, misoginia e machismo.

Para fins de análise, foram estruturadas três classes temáticas, visando atender aos objetivos específicos da pesquisa e responder à problemática do estudo: (re)construção da memória; cuidado e espaços informacionais alternativos. As classes temáticas, por sua vez, subdividem-se em três categorias e cinco subcategorias, conforme o quadro 9:

Quadro 8 - Classe, categorias e subcategorias

<b>Classe Temática</b>	<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>
(Re)construção da memória	Participação ativa	Compartilhamento de recursos e informações
		Engajamento de Campanhas de Conscientização
Cuidado	Formação de Alianças	Criação de comunidades de apoio

Espaços informacionais alternativos	Senso crítico informacional	Resistência Cultural
		Sororidade

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Nesse contexto, de acordo com Junqueira (2014), os dados oriundos do ambiente digital, devido à sua natureza distinta em comparação com entrevistas e documentos, demandam uma abordagem alternativa às técnicas convencionais de análise. Portanto, os critérios utilizados nesta fase de coleta para selecionar as postagens foram os seguintes: a) Relevância do conteúdo: inclui postagens que abordam diretamente questões relacionadas ao feminismo, violências sofridas por mulheres, empoderamento feminino e combate à desinformação de gênero, como mensagens de conscientização, análises críticas, debates e relatos pessoais; b) Engajamento: considera postagens que receberam um número significativo de curtidas (acima de 200); c) Representatividade: abrange postagens que refletem diferentes perspectivas, experiências e vozes entre mulheres; d) Período: compreende o intervalo de julho de 2022 a dezembro de 2022.

## 7.5 (RE)CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA

A temática central dessa mobilização é a “(Re)construção da memória”, visando reverter narrativas históricas que perpetuam desigualdades de gênero. Ao explorar esta temática, as mulheres se propõem a recontar suas histórias, destacando conquistas e desafios, para criar uma narrativa mais equitativa e inclusiva.

A memória pode ser vista como uma forma dinâmica de manutenção e transformação, permitindo a presença do passado no presente. Essa capacidade de seleção e representação ocorre tanto em termos individuais quanto coletivos, na experiência vivida e no significado associado a ela. Isso desempenha um papel significativo nos processos de construção de identidades e alteridades, destacando o contraste entre o eu e o outro, o nós e eles.

Halbwachs (1990) defende uma “sociologia da memória coletiva”, reconhece essa dimensão da vida social como uma “mitologia dinâmica”. Ele sugere que, além do indivíduo, essa dinâmica constitui uma estrutura social moldada pelas relações de poder entre diferentes grupos sociais, determinando o que não deve ser esquecido.

O modelo explicativo de Halbwachs (1990) descreve como o indivíduo incorpora a memória coletiva ao se identificar com os eventos públicos significativos para o seu

grupo. No entanto, o sociólogo reconhece a distinção entre a reconstrução social da memória, intrinsecamente ligada às experiências e, portanto, subjetiva, e a memória histórica, formalizada por meio da escrita e incorporada ao cânone, conferindo-lhe uma posição de objetividade.

Em um contexto em que a visibilidade das candidatas é frequentemente limitada pela mídia, essas mulheres buscam estratégias alternativas para compartilhar suas trajetórias. Embora enfrentem uma desproporção na cobertura midiática em comparação aos seus pares masculinos, as candidatas reconhecem a importância de narrar suas experiências e conquistas. Essa iniciativa não apenas visa superar as barreiras impostas pela falta de divulgação, mas também inspirará outras mulheres e desafiar os estereótipos de gênero presentes na esfera pública, conforme figuras a seguir:

Figura 25 - Marina Silva e sua trajetória



Fonte: Twitter/X (2022)

Figura 26 - Marina Silva e jornada



Fonte: Twitter/X (2022)

Figura 27 - Marina Silva em recorte de programa de TV



Fonte: Twitter/X (2022)

Nas figuras acima, a deputada Marina Silva destaca os principais pontos sobre sua trajetória política e também sobre os atravessamentos enquanto mulher preta. Ao examinarmos as postagens disponíveis, notamos que seu discurso concentrou-se principalmente na construção da imagem e na narrativa pessoal da candidata. Isso incluiu detalhes sobre sua trajetória política, destacando sua origem humilde como uma estratégia para se aproximar dos eleitores. Apesar de Marina fundamentar suas ideias no desenvolvimento sustentável, uma pauta também defendida pelo partido, a

candidata o faz sobretudo por meio de uma narrativa que favorece sua imagem, aproveitando sua notoriedade por sua gestão em prol do meio ambiente.

À medida que o cenário político estabelece conexões cada vez mais intensas com os meios de comunicação, é evidente que a postura adotada pelos candidatos está intrinsecamente vinculada à construção de suas imagens, mais do que à exposição de ideias. Conforme salientado por Roger-Gérard Schwartzberg em seu livro "O Estado Espetáculo": "A política, em tempos passados, era centrada nas ideias. Hoje, concentra-se nas pessoas. Ou melhor, nas personagens. Cada líder parece escolher um papel e interpretar um personagem. Como em um espetáculo" (Schwartzberg, 1978, p. 9).

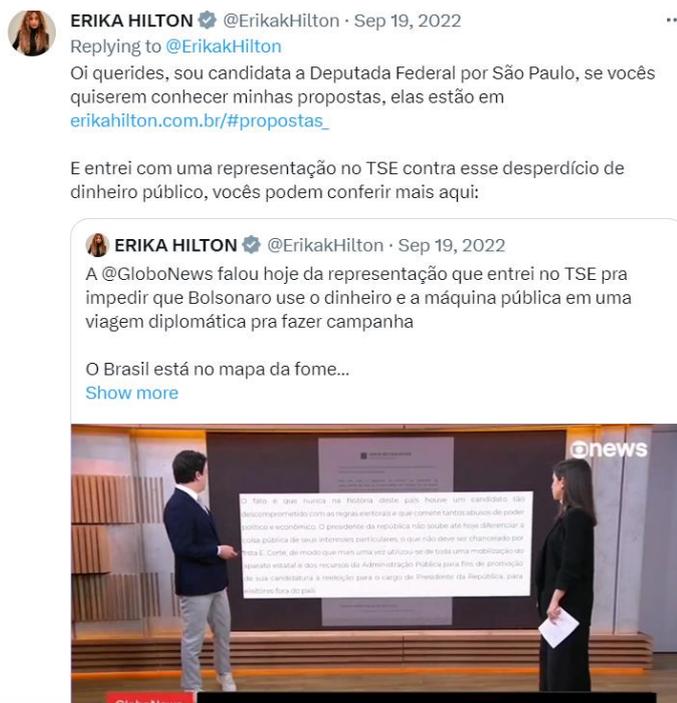
O *Twitter/X* de Erika Hilton acumula mais de 549 mil seguidores, onde ela se apresenta como deputada federal (2023-2026), a vereadora mais votada do Brasil em 2020 e duas vezes presidente da Comissão de Direitos Humanos de São Paulo. Ao examinar seu perfil nesta plataforma, é possível notar que a parlamentar compartilha uma variedade de textos, imagens e vídeos relacionados à construção textual de seu mandato, sua comunicação política e suas atividades no Legislativo.

Figura 28 - Erika Hilton em recorte de um vídeo de revista



Fonte: Twitter/X (2022)

Figura 29 - Erika Hilton em recorte de um programa de TV



Fonte: Twitter/X (2022)

Figura 30 - Erika Hilton em imagem sobre sua história



Fonte: Twitter/X (2022)

O espaço midiático que Erika Hilton construiu no *Twitter/X* oferece percepções para analisar as tensões e fissuras espaciais presentes nos espaços público e político brasileiros, geradas pela sua presença dissidente como sujeita política e líder de seu mandato. Isso inclui discussões sobre a (re)existência da população LGBTQIAP+, especialmente da população trans, negra e periférica.

Erika tem se destacado por sua abordagem inovadora ao utilizar uma estética mais atual e com recursos audiovisuais, incluindo memes, para se comunicar e engajar com o público. Essa estratégia não apenas reflete uma compreensão profunda das dinâmicas contemporâneas de comunicação, mas também demonstra uma sensibilidade para alcançar e conectar-se com audiências mais jovens e diversas.

Além disso, o uso de memes e linguagem visual da internet pode criar associações emocionais e culturais com o público, o que é fundamental para a construção da memória coletiva. Memes capturam aspectos da cultura e da sociedade de forma humorística ou satírica, o que pode gerar conexões emocionais e tornar as mensagens mais memoráveis ao longo do tempo, sobretudo com os estímulos sensoriais podem aumentar a retenção de informações, tornando-as mais facilmente recordáveis pela memória.

Outro ponto relevante é a capacidade dos recursos audiovisuais em contar histórias de forma envolvente e cativante. Narrativas bem construídas e visualmente atrativas têm maior probabilidade de serem lembradas e transmitidas adiante, contribuindo assim para a construção da memória coletiva em torno das causas e agendas de Erika Hilton. Em um contexto digitalizado, as interações, debates e conteúdos compartilhados nas redes sociais digitais e na internet contribuem para construir a narrativa pública e influenciar as pessoas.

Já a deputada Carla Zambelli se apresenta como candidata eleita a melhor Deputada em 2019 e 2022 pelo voto popular. Além disso, ela se identifica como gerente de projetos, conservadora, mãe de João e esposa do Coronel Aginaldo. A deputada destaca sua lealdade ao Presidente Bolsonaro e ao Partido Republicano.

Ao conduzirmos uma análise focada na *timeline* da deputada, é notável que termos como "Bolsonaro", "Lula", "ideologia" e "presidente" persistem como predominantes. Isso sugere que mesmo nos posts que, teoricamente, abordam temas relacionados à trajetória política, a polarização ideológica entre governo e oposição continua sendo um elemento proeminente. É interessante observar que Carla Zambelli,

se destaca por ter menos pronunciamentos no corpus, mas que a orientação política à direita interage com símbolos nacionais, especialmente com uma perspectiva patriótica.

Figura 31 - Carla Zambelli em reality de campanha



Fonte: Twitter/X (2022)

Além disso, é notável que mensagens e palavras de natureza bíblica estão constantemente presentes nas interações e discursos analisados. Isso aponta para uma influência significativa de referências religiosas no discurso político.

Para expressar um discurso conservador, é comum enfatizar a preservação de valores tradicionais, instituições sociais estabelecidas e princípios morais. Foi possível perceber com algumas características e estratégias comumente associadas a discursos conservadores:

Figura 32 - Carla Zambelli realizando pedido de votos



Fonte: Twitter/X (2022)

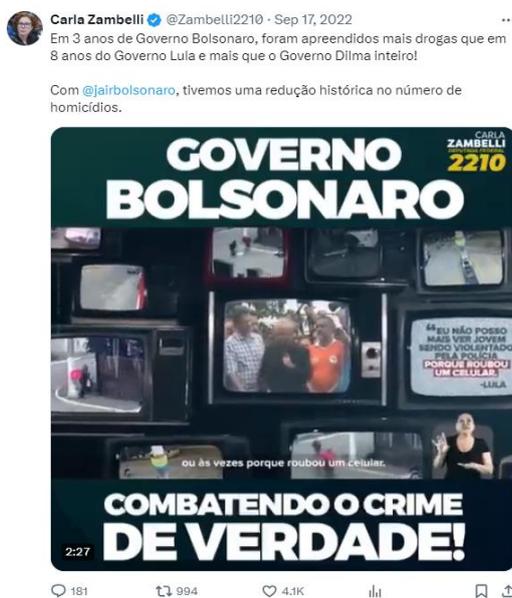
Figura 33 - Carla Zambelli realizando pedido de votos



Fonte: Twitter/X (2022)

Essa ênfase valoriza a continuidade com o passado, acreditando que a tradição e os valores morais fornecem uma base sólida para a construção de uma sociedade coesa e ética, além de enfatizar a moralidade e a ética como fundamentais para a sociedade, defesa das Instituições Sociais Tradicionais; Apoio às instituições sociais estabelecidas, como a família tradicional, casamento e valores religiosos e argumentação pela manutenção da ordem social através dessas instituições.

Figura 34 - Carla Zambelli enaltecendo o ex-presidente Jair Bolsonaro



Fonte: Twitter/X (2022)

Figura 35 - Carla Zambelli enaltecendo o ex-presidente Jair Bolsonaro



Fonte: Twitter/X (2022)

Nas imagens acima, percebe-se um caso de manipulação de contexto. Lula comenta sobre a regulamentação da mídia, mas suas declarações são apresentadas

de forma distorcida, conduzindo o público a interpretações equivocadas. A proposta é equivocadamente enquadrada como um ataque à liberdade de expressão, quando, na realidade, a regulamentação busca estabelecer normas para garantir transparência, responsabilidade e evitar abusos, como a disseminação de desinformação e discursos de ódio. Isso não significa censura, pois a liberdade de expressão continua assegurada.

Além disso, embora a ênfase na tradição e nos valores morais possa ser percebida como uma tentativa de preservar a estabilidade social, é importante considerar os riscos e desafios desse pensamento. A valorização excessiva do passado e o apoio irrestrito a instituições tradicionais podem levar à estagnação e dificultar o progresso social. Sociedades que resistem à mudança correm o risco de perpetuar estruturas obsoletas, tornando-se menos adaptáveis a novas demandas e desafios contemporâneos. A rigidez na preservação da tradição pode limitar a diversidade e impedir o desenvolvimento de soluções mais inclusivas e equitativas. Além disso, o foco excessivo na tradição e valores morais pode resultar em uma visão dogmática do mundo, tornando-se intolerante às diversas perspectivas e estilos de vida. Isso pode levar à marginalização de grupos minoritários e à negação de direitos fundamentais a certas comunidades, em detrimento da inclusividade e da igualdade. Ao apoiar fortemente instituições sociais tradicionais, como a família tradicional, o casamento e os valores religiosos, existe o risco de restringir a liberdade individual. Essas instituições podem impor normas rígidas sobre o papel dos indivíduos na sociedade, limitando a autonomia e a capacidade de escolha, especialmente para aqueles que não se encaixam nos moldes preestabelecidos.

Além disso, a ênfase na tradição muitas vezes está vinculada a sistemas de poder existentes, perpetuando desigualdades estruturais. Certas tradições e valores morais podem ser explorados para manter hierarquias injustas, prejudicando a equidade de oportunidades e contribuindo para a perpetuação de injustiças sociais.

Portanto, torna-se essencial equilibrar o apeço pela tradição com uma postura receptiva à mudança progressiva e à diversidade cultural. Uma mentalidade mais progressista e inclusiva pode impulsionar o desenvolvimento de uma sociedade dinâmica, justa e capaz de enfrentar eficientemente os desafios contemporâneos, sem comprometer a relevância dos valores éticos fundamentais

No âmbito da moralidade, as normas que regem gênero e sexualidade desempenham um papel central, influenciando a formação das identidades e expressões de indivíduos submetidos a categorizações sexuais e de gênero. Essas

normas fundamentam as convenções socioculturais que permeiam esses marcadores, estabelecendo princípios morais que são alvo de disputas e reiteraões.

Rudman e Phelan (2008) argumentaram que as mulheres são percebidas como menos competentes, ambiciosas e competitivas do que os homens. Como resultado, eles podem ser negligenciados por posiões de liderança, a menos que se apresentem como mulheres atípicas. Da mesma maneira, Eagly e Karau (2002) sugeriram que as atitudes em relação às líderes e candidatas femininas são menos positivas do que as atitudes em relação aos seus homólogos masculinos. Além disso, é mais difícil para as mulheres se tornarem líderes e alcançarem sucesso em funções de liderança. Isso ocorre porque as mulheres enfrentam preconceitos devido à incongruência percebida entre o papel de gênero feminino e o papel de liderança.

Partindo da premissa de que a desinformação reflete valores morais, compreender como as normas em torno de gênero e sexualidade se manifestam em narrativas falsas sobre esses temas torna-se de extrema importância. Segundo Butler (1990), as normas relacionadas a gênero e sexualidade se solidificam em um contexto moral contencioso, buscando estabelecer coerência entre as identidades de gênero e as expressões da sexualidade, sendo referenciadas e repetidas na vida cotidiana.

Butler destaca que essas normas socioculturais operam de maneira específica, prescrevendo e proibindo condutas e papéis específicos. Agem por meio de mecanismos de aprovação, valoração, sanção e punição, delineando os limites da moralidade. Para Butler (2004), as normatividades se constituem em relação ao seu oposto, criando um campo de abjeções que define as fronteiras entre o moralmente aceitável e o inaceitável. As ameaças às normas fundamentam seu exterior constitutivo, sendo referidas e repelidas na construção simbólica de gênero e sexualidades.

As divergências entre as mulheres eleitas também se fundamentam em diferentes matrizes discursivas que permeiam a estrutura estatal e a sociedade. As representantes conservadoras defendem a família nuclear heteronormativa em detrimento de uma discussão mais específica sobre as desigualdades que permeiam a vida das mulheres (Sarmiento; Elias; Marques, 2021). Essas perspectivas destacam a complexidade e as diferentes abordagens no âmbito da representação feminina na política, evidenciando a importância de considerar tanto a diversidade de vozes quanto as experiências históricas de subordinação ao abordar questões de representatividade de gênero.

É evidente que essas distinções não se limitam ao âmbito institucional, estendendo-se ao contexto social em que se estabelece a dinâmica representativa. A eleição de Jair Bolsonaro em 2018 e a acirrada disputa em 2022 indicam uma construção identitária à direita - significativa na população brasileira - com numerosos segmentos identificados com perspectivas neoconservadoras. Em uma pesquisa recente envolvendo eleitoras de Bolsonaro, Camila Rocha e Ester Solano (2022, p. 26) demonstram que as mulheres conservadoras valorizam de maneira significativa "o papel desempenhado pela mulher na família e na harmonia do lar", embora reconheçam a necessidade "de políticas públicas que permitam que as mulheres conciliem o trabalho fora de casa e o cuidado com a família"

A união das mulheres não apenas visa desarticular a desinformação de gênero, mas também promove a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao criar uma memória coletiva mais precisa e inclusiva, as mulheres contribuem para a formação de uma consciência crítica, fortalecendo assim sua participação ativa na esfera política. Essa abordagem multifacetada não apenas desafia o status quo, mas também abre espaço para novas vozes e perspectivas, tornando o processo eleitoral mais representativo e democrático.

Ao contarem suas histórias de vida, as candidatas almejam não apenas promover suas campanhas, mas também oferecer uma perspectiva única sobre suas jornadas pessoais e profissionais. Essa abordagem visa preencher a lacuna deixada pela mídia tradicional, destacando a diversidade de realizações e desafios enfrentados pelas mulheres em cargos públicos. Além disso, ao compartilhar suas trajetórias, as candidatas buscam estabelecer uma conexão mais próxima com o eleitorado, promovendo a transparência e fortalecendo a confiança nas lideranças femininas.

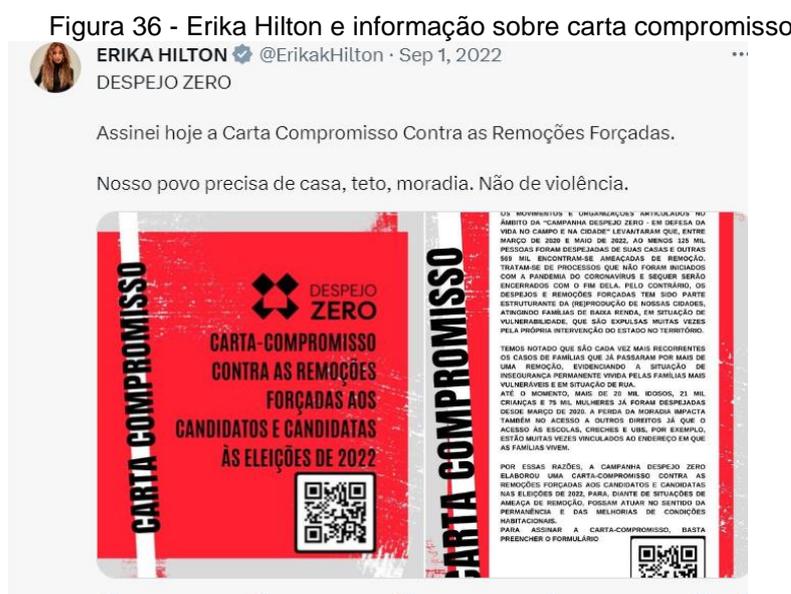
### **7.5.1 Participação Ativa**

Estratégias são adotadas para envolver as mulheres de maneira efetiva no cenário político e envolve a troca de conhecimento e experiências entre mulheres, fortalecendo a rede de apoio e permitindo a construção coletiva de saberes.

As deputadas se propõem a dialogar, tirar dúvidas, compartilhar informações e engajamento de campanhas de conscientização.

#### **a) Compartilhamento de Informações**

Esse compartilhamento é essencial para empoderar as mulheres, fornecendo-lhes as ferramentas necessárias para resistir à desinformação.



Fonte: Twitter/X (2022)



Ao compartilhar recursos como abaixo-assinados e informações sobre leis publicadas no Diário Oficial da União, Erika Hilton não apenas amplia o alcance dessas iniciativas, mas também capacita outras mulheres a se envolverem e se informarem sobre questões importantes. Esse tipo de compartilhamento não apenas promove a conscientização, mas também promove a ação, encorajando as mulheres a se

envolverem ativamente na defesa de seus direitos e na busca por mudanças sociais significativas.

No entanto, a deputada Carla Zambelli, vai contra e compartilha diversas desinformações, sobretudo sobre o presidente Lula. Quando informações incorretas, enganosas ou tendenciosas são disseminadas deliberadamente, isso pode comprometer a capacidade das pessoas de tomar decisões informadas. A desinformação pode distorcer a compreensão da realidade, influenciar negativamente as percepções individuais e coletivas e minar a confiança nas fontes de informação.

Além disso, ao compartilhar desinformação oferece oportunidades para minar a construção de "nós" coletivos, manipulando a percepção de um elemento singular em torno do qual as pessoas se unem. Em vez de fortalecer laços e promover uma compreensão mais ampla e crítica, a desinformação pode criar divisões, conflitos e polarizações.

Assim, embora o acesso à informação seja condição primordial para o empoderamento, destaca-se a importância de promover a disseminação de informações precisas, transparentes e baseadas em fatos. A conscientização sobre os riscos da desinformação e o cultivo de práticas de verificação e checagem são essenciais para preservar a integridade do fluxo de informações e garantir que a busca por empoderamento não seja comprometida por narrativas enganosas, conforme exemplo:

Figura 38 - Carla Zambelli e desinformação sobre Venezuela



Fonte: Twitter/X (2022)

A informação, conforme elucidado por Eggert-Steindel (1994), é um instrumento catalisador de mudanças, capaz de fomentar transformações em âmbitos tanto individuais quanto coletivos. Nesse contexto, o acesso à informação e ao conhecimento se revela como uma condição fundamental para o empoderamento.

Compreender a informação não apenas como um recurso valioso por si só, mas também como um meio estratégico para impulsionar alterações significativas. A disseminação e compartilhamento de informações desempenham uma função central no processo de capacitação, permitindo que indivíduos e comunidades alcancem um entendimento mais amplo e crítico sobre questões relevantes. A troca de conhecimento não apenas enriquece as percepções individuais, mas também fortalece o tecido social, capacitando grupos a tomar decisões informadas e participar de maneira mais eficaz na construção de mudanças positivas. Portanto, além de fornecer acesso à informação, a promoção ativa do compartilhamento de conhecimentos desempenha um papel essencial no fomento do empoderamento, possibilitando a tomada de ações informadas e promovendo transformações significativas.

#### b) Engajamento de Campanhas de Conscientização:

Nesse contexto, as mulheres unem forças para criar e promover campanhas educativas que visam conscientizar a sociedade sobre questões de gênero e, mais

especificamente, sobre a desinformação que pode ocorrer durante períodos eleitorais. Essas campanhas buscam sensibilizar a opinião pública, estimular o pensamento crítico e combater estereótipos prejudiciais que possam influenciar negativamente as escolhas eleitorais.

Figura 39 - Erika Hilton e engajamento de campanha fora Bolsonaro



Fonte: Twitter/X (2022)

As campanhas de conscientização, lideradas por mulheres deputadas, é uma ferramenta que desempenha um papel significativo na construção de memória, na criação de alianças e no desenvolvimento de apoio.

O engajamento delas na rede social se concentrou em ampliar a conscientização sobre questões que afetam as mulheres, desde direitos reprodutivos à igualdade de gênero e combate à violência doméstica. Por meio de campanhas, hashtags e postagens regulares, elas buscam não apenas sensibilizar o público, mas também fortalecer a memória coletiva, lembrando eventos históricos, marcos legislativos e conquistas significativas.

## 7.6 CUIDADO

O cuidado que as mulheres demonstram entre si, no *Twitter/X* pode ser entendido como uma manifestação de solidariedade, empatia e apoio mútuo na comunidade online. Esta forma de cuidado vai além de simples interações sociais, por estar enraizada em uma compreensão mais profunda das experiências e perspectivas das mulheres na plataforma.

Ao relacionar o cuidado no *Twitter/X* com a citação de Carnut (2017), podemos entender que as interações entre as mulheres na rede social não são apenas superficiais, mas sim uma forma de “afetar-se” e “querer bem” umas às outras. Isso implica em reconhecer as vivências e desafios compartilhados, e agir de maneira solidária para promover o bem-estar e a autonomia umas das outras.

A ideia de “querer o bem” ao outro no contexto do cuidado entre mulheres no *Twitter/X* não se trata de uma postura paternalista, mas sim de uma abordagem empática e respeitosa. Significa entender e valorizar as diferentes perspectivas, experiências e necessidades das mulheres na plataforma, buscando aproximar-se de suas visões de mundo e apoiar suas lutas por igualdade, justiça e respeito.

Dentro desse contexto, o cuidado entre mulheres no *Twitter/X* pode facilitar processos de autoconhecimento e autonomia, ao criar um ambiente onde se sentem valorizadas, apoiadas e encorajadas a expressar suas opiniões, compartilhar suas experiências e buscar formas de empoderamento coletivo.

Portanto, a relação entre o cuidado entre mulheres no *Twitter/X* e a citação de Carnut (2017) está na forma como essas interações são enraizadas em sentimentos de solidariedade, empatia e respeito mútuo, contribuindo para o fortalecimento da comunidade online e para a promoção de relações interpessoais mais saudáveis e inclusivas. A estratégia utilizada é a formação de alianças e articulações, a partir de comunidades de apoio.

### **7.6.1 Formação de Alianças e Articulações**

A formação de alianças refere-se à formação de parcerias estratégicas entre grupos e organizações que compartilham objetivos comuns relacionados à igualdade de gênero e à desmistificação da desinformação. Estas alianças permitem que as mulheres ampliem suas redes de apoio, troquem recursos e fortaleçam suas posições coletivas, unindo forças para enfrentar os desafios específicos do período eleitoral.

É uma estratégia mais ampla que envolve a colaboração entre mulheres e grupos de diversas áreas, incluindo acadêmicos, profissionais, ativistas e membros da sociedade civil. Essas coalizões visam abordar a desinformação de gênero de maneira holística, combinando conhecimentos e habilidades de diferentes disciplinas para criar soluções mais abrangentes e eficazes.

Figura 40 - Erika Hilton e apoio a Juliette



Fonte: Twitter/X (2022)

Figura 41 - Marina Silva e apoio a Marina Helou



Fonte: Twitter/X (2022)

Figura 42 - Marina Silva e apoio a Flora



Fonte: Twitter/X (2022)

De acordo com Doimo (1993, p. 17), até o início dos anos 1960, a referência ao movimento social estava intrinsecamente vinculada à potencialidade revolucionária do proletariado, definido como uma classe moldada pelas relações capitalistas de exploração do trabalho pelo capital. Nesse contexto, a organização racional, que se materializa por meio de metas predefinidas, enxergava nos sindicatos e nos partidos políticos de orientação socialista e comunista a expressão mais completa desse tipo de organização. A leitura preponderante na esquerda brasileira afirmava que a história da sociedade brasileira, conforme Doimo (1993, p. 49), era essencialmente a história da luta de classes, com o proletariado desempenhando um papel vital na condução da transformação social em direção ao socialismo.

No entanto, conforme apontado pela autora, a partir do final da década de 1960, rápidas mudanças provocaram críticas à supremacia das relações de produção capitalista e questionaram a posição do proletariado como a classe emancipatória por excelência. Simultaneamente, emergiu a valorização da cultura e do cotidiano como espaços fundamentais para importantes contestações. Dessa forma, uma multiplicidade de sujeitos políticos surgiu, apresentando diversas reivindicações com o intuito de ampliar a democracia e renovar a vida política. Estas reivindicações enfatizavam a politização de formas de subordinação anteriormente negligenciadas na luta política, contrastando com a ênfase anterior nas relações de produção capitalista e na construção do socialismo nos moldes da concepção marxista tradicional.

O descentramento do espaço político e a emergência dessa diversidade de sujeitos políticos em torno de diferentes demandas resultaram em revisões teóricas e interpretações variadas desses movimentos, tanto na Europa quanto na América Latina. Doimo (1993) argumenta que, juntamente com a crise do marxismo, ocorreu uma crise do conceito de movimento social, caracterizada pela polaridade analítica entre a busca por "unidade" desses movimentos e a inevitável fragmentação dos mesmos.

Dessa forma, é possível afirmar que essa multiplicidade de sujeitos políticos permitiu a politização de diversas formas de desigualdade e exclusão. No entanto, introduziu uma tensão na luta política: a necessidade de construir estratégias de conexão entre diferentes sujeitos políticos, evitando que se dispersem na experiência das identidades e arrisquem serem absorvidos pela ordem hegemônica como particularidades. Isso é importante para que não se percam na afirmação de uma universalidade que negue a liberdade em nome da igualdade, reafirmando essencialismos na luta política, como criticado na teoria marxista. Essa tensão revela a complexidade do cenário dos movimentos sociais, exigindo abordagens flexíveis e adaptáveis para compreender e lidar com as dinâmicas em constante evolução.

Essencial nesta abordagem é a compreensão de que uma democracia pluralista abriga um paradoxo intrínseco: o momento de sua concretização marca também o início de sua desintegração. (...) Dessa forma, tal democracia é inerentemente uma democracia "futura", pois o conflito e o antagonismo constituem simultaneamente a condição de possibilidade e a condição de impossibilidade de sua realização completa (p. 19).

Nesse contexto, reconhecendo que a democracia moderna se diferencia da democracia antiga ao romper com as certezas da sociedade, especialmente devido à revolução democrática do século XVIII que transformou o poder em um "lugar vazio" (Mouffe, 2000), e diante do paradoxo democrático que mantém igualdade e liberdade em uma tensão insolúvel, os autores adotam uma concepção de democracia baseada na demarcação de fronteiras entre um "nós" e um "eles".

Assim, a luta entre projetos hegemônicos antagônicos é vista como constitutiva da democracia. O conflito e o antagonismo, dentro dessa perspectiva democrática, não são vistos como distúrbios irreconciliáveis ou obstáculos empíricos para a realização plena de uma sociedade ordenada e harmônica. Pelo contrário, são encarados como condições essenciais para manter a vitalidade contínua da democracia. Dentro dessa

concepção, o conceito de articulação se destaca na perspectiva de Laclau e Mouffe, pois é por meio da articulação entre diferentes sujeitos coletivos que reconhecem sua condição de subordinação como uma forma de opressão e constroem um "nós", a partir do reconhecimento de um "eles" responsável por essa dominação. Isso possibilita a criação de novos modos de objetivação da sociedade, uma nova positividade social.

É essencial salientar que, para que a articulação seja viável, a emergência de cada sujeito político deve ser fundamentada na compreensão do "eles" não como um mero referente empírico - homem, branco, heterossexual, etc. - mas sim como um conjunto complexo de práticas e discursos que geram diferentes formas de subordinação a um grupo específico. Dessa forma, a articulação se torna uma ferramenta poderosa para desafiar estruturas de poder e construir uma sociedade mais justa e igualitária.

O projeto democrático radical e plural depende da transição da pluralidade de antagonismos democráticos para a constituição de lutas democráticas (Mouffe, 1988). Os antagonismos democráticos são compreendidos como formas de resistência à subordinação e à desigualdade relacionadas a um ponto específico da objetividade social, podendo ser articulados em uma ampla variedade de discursos, uma vez que não estabelecem uma divisão clara no campo social.

Por outro lado, as lutas democráticas são definidas como esforços políticos voltados para uma democratização abrangente da vida social. Isso não implica em fechar o espaço social deslocado, uma vez que toda objetividade é precária, mas sim em subverter a lógica hegemônica sedimentada, tornando visível a sua contingência e articulando diferentes antagonismos democráticos. Como destaca Mouffe (1988, p. 96), "somente se a luta dos desempregados estiver articulada com a luta dos negros, das mulheres, de todos os oprimidos, podemos nós falar da criação de uma luta democrática" (tradução nossa).

Nesse contexto, a lógica da equivalência é aquela que possibilita a construção de lutas democráticas, ou seja, a articulação entre diferentes antagonismos democráticos contrários a várias formas de subordinação, dividindo o campo social em dois polos antagônicos. Isso redefine a identidade de cada elemento que se articula em relação ao "singular" que procura nomear a "plenitude ausente" na objetividade sedimentada.

Enquanto isso, a lógica da diferença caracteriza-se pela afirmação da particularidade, onde os laços entre as particularidades são de natureza diferencial, não

antagônica. Assim, a particularidade é incorporada dentro de um sistema social em expansão, deixando de lado a divisão do espaço social, e a luta política permanece no âmbito dos antagonismos democráticos (Howarth; Stavrakakis, 2000; Laclau, 2005).

Portanto, é estabelecida uma distinção entre o projeto da esquerda e o projeto da direita. Enquanto o primeiro se sustenta na lógica da equivalência entre o maior número possível de antagonismos democráticos para combater todas as formas de desigualdade, o projeto da direita atende às demandas de alguns grupos, criando novas desigualdades e reproduzindo a lógica da diferença. Isso resulta em um distanciamento entre privilegiados e não privilegiados, conforme exemplo:

Figura 43 - Carla Zambelli e incentivo a motocarreata



Fonte: Twitter/X (2022)

Figura 44 - Carla Zambelli e apoio ao clube Black Guns



Fonte: Twitter/X (2022)

A estratégia de aliança é concebida como uma união em torno de demandas específicas entre sujeitos políticos, visando à construção de ações conjuntas, sem necessariamente implicar na promoção de uma relação de equivalência entre os grupos.

Essa distinção é destacada para ressaltar que a estratégia de articulação está relacionada à construção de um "nós" (como relação de equivalência) entre os diferentes sujeitos políticos, resultando na resignificação da identidade de cada um desses sujeitos com base na identificação de um elemento singular em torno do qual construir um projeto contra-hegemônico.

Por outro lado, a estratégia de aliança, embora também busque estabelecer laços entre diferentes sujeitos políticos, difere da subcategoria anterior no sentido de que o foco da ação não está na identificação de um centro comum da luta política, que divide o campo social em dois blocos hegemônicos e redefine a identidade de cada sujeito, mas sim na tentativa de fortalecer bandeiras específicas presentes na relação entre eles.

A relação entre a estratégia de articulação e aliança na política, especialmente percebido nos tweets das deputadas, com dinâmicas que permeiam a busca por objetivos comuns, a construção de identidades coletivas e as relações entre diferentes grupos políticos, tanto de esquerda quanto de direita.

Na política de esquerda, adotam a estratégia de articulação. Isso implica na construção de um "nós" coletivo, onde diferentes sujeitos políticos se unem em torno de demandas específicas, reconhecendo um elemento singular que os une na luta contra-hegemônica. Nesse contexto, pode envolver a convergência de diversas formas de opressão

e desigualdade enfrentadas por mulheres, como questões de gênero, raça, classe e orientação sexual. A lógica da equivalência é aplicada para criar uma unidade simbólica e redefinir identidades em prol de uma causa comum.

Por outro lado, na política de direita, a estratégia de aliança foi mais proeminente. Grupos políticos se unem temporariamente em torno de interesses específicos, sem necessariamente compartilhar uma visão de mundo mais ampla, isso pode resultar em alianças para promover políticas ou agendas específicas sem a necessidade de adotar uma visão mais abrangente de igualdade de gênero. A ênfase pode ser colocada em fortalecer bandeiras específicas que atendam aos interesses de determinados grupos, mesmo que isso não implique na construção de uma identidade coletiva mais ampla.

É importante ressaltar que essas dinâmicas podem variar e não são uniformes dentro de cada espectro político. Candidatas adotam diferentes estratégias com base em contextos culturais, históricos e políticos específicos. Além disso, as linhas entre esquerda e direita não são sempre nítidas, e as abordagens podem se sobrepor em alguns casos. A compreensão da relação entre articulação, aliança e movimentos feministas na política requer uma análise mais específica das práticas e objetivos de cada grupo dentro desse contexto.

Segundo Marshal (2017), a desconfiança manifestada pelos cidadãos em relação a uma parte das informações, tanto midiáticas quanto não midiáticas, é resultado do apoio neoliberal aos mercados livres, predominantemente controlados por corporações, incentivado por Estados, instituições mercadológicas e meios de comunicação corporativos, todos enfatizando os interesses individuais. Dessa forma, as informações ficam susceptíveis a se alinhar com crenças e interesses pessoais e/ou de grupos, levando a confiança a depender exclusivamente de afinidades, mesmo que a informação ou a confiança não sejam sempre consistentes ou fundamentadas.

Apesar da existência de algum nível de desconfiança interna, este não se compara à desconfiança, hostilidade e rejeição externa. No entanto, é essencial manter um nível mínimo de confiança para o funcionamento da sociedade. Dada a impossibilidade de conhecermos tudo que nos chega ou nos afeta individualmente, é necessário acreditar nos especialistas e, em certa medida, nos sistemas sociais. Marshal (2017) destaca que "Muitos dos fatores que sustentam a confiança apoiam simultaneamente a produção de vieses" (Kay; Goldspink, 2017, p. 9). Da mesma forma, a confiança pode ser construída através da ocultação colaborativa de falsidade ou corrupção, promovendo assim o engano (Shulman, 2007, p. 94).

### a) Formação de Comunidades de Apoio

É uma subcategoria concentrada na criação de espaços seguros e inclusivos onde as mulheres podem compartilhar experiências, discutir estratégias e oferecer apoio mútuo. Essas comunidades proporcionam um ambiente encorajador para superar obstáculos e resistir à desinformação, promovendo a solidariedade entre mulheres com diferentes trajetórias e vivências.



Fonte: Twitter/X (2022)

Figura 46 - Marina Silva e apoio a Haddad e Suplicy



Fonte: Twitter/X (2022)

Figura 47 - Marina Silva e apoio a Haddad



Fonte: Twitter/X (2022)

Figura 48 - Marina Silva e aliança com pluralidades



Fonte: Twitter/X (2022)

Erika Hilton é uma figura proeminente na categoria que se concentra na criação de espaços seguros e inclusivos para mulheres compartilharem experiências, discutirem estratégias e oferecerem apoio mútuo. Ela tem sido reconhecida por promover um ambiente encorajador para superar obstáculos e resistir à desinformação, promovendo a solidariedade entre mulheres com diferentes trajetórias e vivências. O trabalho de Hilton é relevante no contexto político brasileiro, onde ela se destaca como uma voz progressista e comprometida com a inclusão e a igualdade de gênero.

Marina Silva, por sua vez, expressa o desejo de estar acompanhada de mulheres, negros e indígenas, além de candidatos que também apoiem essas pautas. Sua visão política inclui a busca por uma representação diversificada e inclusiva, reconhecendo a importância de vozes diversas na tomada de decisões e na formulação de políticas públicas.

Carla Zambelli, com seu discurso de fazer o melhor para São Paulo e para o Brasil, busca apoio de figuras como Tarcísio, demonstrando um alinhamento político e estratégico para alcançar seus objetivos. Essa abordagem reflete a importância das alianças políticas e do apoio mútuo entre diferentes atores no cenário político brasileiro.



Fonte: Twitter/X (2022)

## 7.7 ESPAÇOS INFORMACIONAIS ALTERNATIVOS

Melo (2019) afirma que espaços informacionais alternativos de aprendizagem, operam em ambientes informais de construção do conhecimento, fornecendo oportunidades de ressignificação de informação em oposição àquelas emitidas pela classe dominante.

Refere-se à criação e disseminação de histórias que desafiam estereótipos de gênero. As mulheres trabalham para criar e amplificar narrativas positivas e inclusivas, destacando conquistas femininas, desmistificando concepções equivocadas e construindo uma contra narrativa que promove a igualdade de gênero, conforme exemplos, a partir do senso crítico e do uso da informação construída.

Figura 24 - Marina Silva e importância de manifestos pela democracia

← **Post**

**Marina Silva** @MarinaSilva

Os manifestos pela democracia receberam adesão de dezenas de milhares de pessoas e reunirão nesta quinta-feira multidões de cidadãos e cidadãs preocupados e atentos. Eles dão voz a uma resistência feita contra as ameaças ao processo eleitoral que o atual governo do país faz. +

[Translate post](#)

10:01 AM · Aug 11, 2022

61 70 1K

Post your reply [Reply](#)

**Marina Silva** @MarinaSilva · Aug 11, 2022

As eleições são o momento de fazer valer a vontade do povo, que deve ser soberana. Defender a democracia trata-se de defender o melhor que a civilização conseguiu construir em muitos séculos, a guerra é a forma bruta a ser superada e só a democracia é capaz dessa superação. +

1 8 118

**Marina Silva** @MarinaSilva · Aug 11, 2022

Sem democracia, o Estado é uma máquina para o domínio violento de uma minoria. É em legítima defesa da vida que resistimos. Por nós, nossas crianças, e por um futuro de paz e prosperidade. As urnas guardam a nossa esperança. Ninguém deve colocar-se acima do direito de todos. +

1 18 223

**Marina Silva** @MarinaSilva · Aug 11, 2022

Por isso vamos às ruas, às praças, às urnas e à vida. Pela democracia, valor universal. Quem a respeita e defende, vem junto. Quem quer viver na escuridão, recolha-se ao seu atraso. Todos ao Pátio das Arcadas da Faculdade de Direito da USP às 10h da manhã.

8 10 215

Fonte: Twitter/X (2022)

### 7.7.1 Senso crítico informacional

O senso crítico define-se como “fator cognitivo que orienta nossa atenção e seleção informacional, com base no conhecimento acurado de nossas próprias demandas, em meio ao infinito informacional não administrável que, hoje e sempre, nos confronta” (Bezerra *et al.*, 2017, p. 8).

Com base nesse pressuposto, a análise direciona-se para como a atenção e a seleção das fontes informacionais devem estar articuladas de maneira eficiente a compreensão das próprias necessidades informacionais, sobretudo a partir do fenômeno da desinformação.

Figura 51 - Marina Silva e crítica à violência contra mulheres



Fonte: Twitter/X (2022)

Figura 52 - Marina Silva e crítica às condições de subalternidade



Fonte: Twitter/X (2022)

Figura 53 - Marina Silva e crítica à erosão da democracia



Fonte: Twitter/X (2022)

A trajetória política de Marina Silva foi marcada por ataques que a retrataram como fraca e incapaz de ocupar cargos políticos, especialmente em relação ao seu conhecimento em economia. Essas críticas foram amplamente disseminadas na esfera pública, contribuindo para a construção de estereótipos de gênero que desvalorizavam suas competências e habilidades.

Em resposta a esses ataques, Marina Silva provou sua capacidade e conhecimento por meio de postagens e declarações sobre questões econômicas e políticas. Essas postagens, ao mesmo tempo, em que evidenciava sua competência, também podem ser interpretadas como estratégias para desafiar estereótipos de gênero e combater a desinformação que a cercava.

Nesse contexto, as ações de Marina Silva podem ser analisadas à luz de teorias que enfatizam a importância do empoderamento feminino e da desconstrução de papéis de gênero tradicionais. Teóricas como Judith Butler (1990), Iris Marion Young (2000) e Maria do Rosário Pinto (2011) abordam a necessidade de redefinir os papéis de gênero na sociedade, desafiando normas e expectativas que historicamente colocam as mulheres em desvantagem.

Assim, as postagens e declarações de Marina Silva não apenas refletem sua busca por reconhecimento e legitimidade política, mas também podem ser interpretadas como estratégias para promover uma narrativa de empoderamento

feminino e contribuir para a desconstrução de estereótipos de gênero arraigados na sociedade contemporânea.

Kenny (2013) postulou que os partidos políticos podem selecionar seus candidatos com base em critérios de gênero. Além disso, as normas de gênero podem levar as mulheres a se auto-excluírem do processo. Dessa forma, as normas de gênero moldam tanto a oferta quanto a demanda por candidatas do sexo feminino. Franceschet (2017) argumentou que, na ausência de regras formais que restrinjam a participação, essas regras informais podem resultar em padrões de gênero na política. Eriksson e Håkansson (2023) concluíram que esses preconceitos de gênero, incluindo ideais de liderança masculina, podem prevalecer mesmo com um grande número de líderes femininas.

Figura 54 - Marina Silva e crítica à erosão da democracia



Fonte: Twitter/X (2022)

Figura 55 - Carla Zambelli e encontro com liderança com críticas à segurança



Fonte: Twitter/X (2022)

#### a) Resistência Cultural e Artística

A Resistência Cultural e Artística destaca a importância das expressões culturais e artísticas como formas de resistência e empoderamento. As mulheres utilizam a arte e a cultura para desafiar narrativas prejudiciais, promovendo representações mais autênticas e inclusivas. Pinturas, música, literatura e outras formas de expressão cultural são utilizadas como ferramentas para subverter estereótipos e disseminar mensagens de igualdade.

Figura 56 - Marina Silva segurando faixa com Dias Mulheres virão



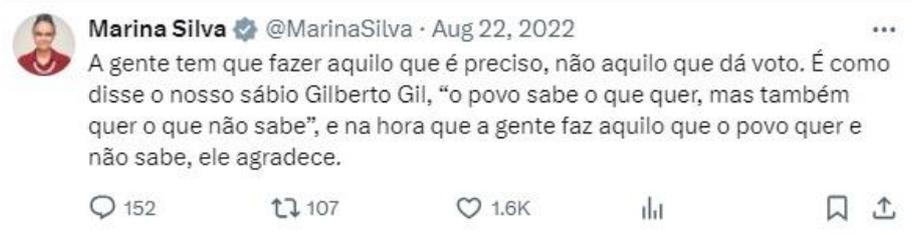
Fonte: Twitter/X (2022)

Figura 57 - Marina Silva e compartilhamento de material audiovisual



Fonte: Twitter/X (2022)

Figura 58 - Marina Silva parafraseando cantor Gilberto Gil



Fonte: Twitter/X (2022)

Figura 59 - Marina Silva compartilhando apresentação da indígena Maia



Fonte: Twitter/X (2022)

A ação de Marina Silva nas ruas com uma placa que diz "dias mulheres virão" reflete um engajamento ativo na Resistência Cultural e Artística, que reconhece a importância das expressões culturais e artísticas como formas de resistência e empoderamento. Ao fazer referência ao ditado "dias melhores virão" e transformá-lo em uma declaração de empoderamento feminino, Marina Silva utiliza a arte e a cultura como ferramentas para desafiar narrativas prejudiciais e promover representações mais autênticas e inclusivas.

Nesse contexto, a ação de Marina Silva pode ser relacionada ao trabalho do artista Gilberto Gil, conhecido por suas contribuições para a música brasileira e seu engajamento em questões sociais e políticas. A presença de vídeos nas demonstrações de Marina Silva nas ruas também acrescenta uma dimensão visual e audiovisual à sua mensagem, ampliando o alcance e o impacto de suas ações.

Essa abordagem multidimensional, que combina elementos da cultura, da arte e da tecnologia (como os vídeos), é fundamental para criar espaços de resistência e promover mensagens de igualdade e empoderamento feminino. Ao utilizar diferentes formas de expressão cultural, Marina Silva contribui para subverter estereótipos de gênero e disseminar uma narrativa mais inclusiva e progressista na sociedade contemporânea.

Por meio de manifestações artísticas, as candidatas demonstram uma fusão de criatividade com a intenção de envolver as pessoas, apresentando pautas significativas que merecem consideração. Essas expressões artísticas visam provocar reflexões críticas nos indivíduos, utilizando a arte como meio de comunicação e engajamento.

#### b) Sororidade:

A sororidade, enquanto um vínculo de solidariedade entre mulheres, emerge como um afeto para resistência em meio aos desafios contemporâneos. Esse conceito transcende, se torna uma força transformadora que rejeita padrões prejudiciais e constrói um alicerce de apoio mútuo. No âmbito da resistência, a sororidade atua como um elemento catalisador, unindo mulheres em uma rede de empatia, compreensão e encorajamento. Ao se apoiarem mutuamente, as mulheres conseguem desafiar estereótipos, superar obstáculos e enfrentar adversidades com uma força coletiva que transcende as experiências individuais.

Figura 60 - Marina Silva e sororidade com a senadora Mara Gabrieli



Fonte: Twitter/X (2022)

Figura 61 - Marina Silva e sororidade com Gio Ewbank



Fonte: Twitter/X (2022)

Figura 62 - Marina Silva e sororidade com Manuela Dávila



Fonte: Twitter/X (2022)

Figura 63 - Marina Silva e sororidade com Sâmia Bonfim



Fonte: Twitter/X (2022)

Descreve a solidariedade e o apoio mútuo entre mulheres, promovendo um ambiente de confiança e colaboração. Nesse contexto, as mulheres se unem para compartilhar experiências, superar desafios e enfrentar a desinformação de gênero coletivamente. A sororidade fortalece a coesão entre as mulheres, criando uma frente unida contra a discriminação e a desinformação. A sororidade concentra-se também na capacidade de resistir e se adaptar diante da desinformação. As mulheres buscam desenvolver habilidades informacionais críticas, promovendo a verificação de fontes, a análise de conteúdo e a disseminação responsável de informações para se ajudar.

Figura 64 - Marina Silva e apoio as mulheres na política



Fonte: Twitter/X (2022)

A sororidade não apenas cria um espaço seguro para a expressão genuína de emoções, experiências e aspirações, mas também serve como um mecanismo de resistência à desinformação de gênero. Ao fortalecerem os laços de solidariedade, as mulheres conseguem contrapor narrativas distorcidas, dismantelar estereótipos prejudiciais e construir uma plataforma para a promoção de uma representação mais justa e inclusiva.

Além disso, a sororidade atua como um afeto que impulsiona a resistência contra as tentativas de silenciar vozes femininas na esfera pública e política. Quando mulheres se unem em solidariedade, há uma resiliência coletiva que desafia normas discriminatórias, emponderando-as a ocupar espaços antes inexplorados e a promover mudanças significativas na sociedade.

A prática da sororidade, portanto, vai além do simples apoio; ela se torna um instrumento fundamental na construção de um mundo mais equitativo e justo. À medida que as mulheres se unem em uma irmandade de respeito, apoio e celebração mútua, elas não apenas resistem às pressões externas, mas também moldam ativamente uma narrativa que destaca a força, a diversidade e a resiliência femininas.

A sororidade, como afeto para resistência, ilumina um caminho para uma sociedade mais justa e igualitária, onde a união entre mulheres não é apenas uma resposta às adversidades, mas sim uma força motriz para a transformação positiva e duradoura. Em um contexto de abundância informacional e hiperconexão (Gomes, 2018; Jacob Jensen, 2013), fortalece-se a concepção de Gomes (2004, p. 264), para quem a imagem pública não pode ser entendida como "politicamente acessória", mas sim como "fenômeno decisivo no contexto da experiência produzida e conduzida pela comunicação de massa".

A presença e atuação das mulheres na política brasileira têm sido marcadas por um esforço incessante para (re)construir memórias que destacam suas contribuições e tentativas de superação de estigmas de gênero. Este cenário se manifesta de maneira proeminente no *Twitter/X*, onde estratégias específicas são empregadas para criar narrativas positivas sobre trajetórias individuais, inspirando outras mulheres a participarem ativamente na política. Um dos pilares dessas estratégias é a criação de narrativas alternativas que promovem o empoderamento. Mulheres na política compartilham suas histórias pessoais e profissionais, destacando conquistas, superações e desafios enfrentados. Essas narrativas não apenas inspiram outras mulheres, mas também desmistificam estereótipos de gênero que historicamente permearam o ambiente político. O uso das redes sociais digitais para destacar realizações significativas, projetos de lei e iniciativas fortalece a construção de uma imagem positiva e respeitável, contribuindo para quebrar preconceitos arraigados.

O engajamento em campanhas é outra frente importante. Ao participar ativamente dessas iniciativas, mulheres políticas amplificam questões de gênero e contribuem para a construção de uma memória coletiva em torno das lutas das mulheres na política, fortalecendo a conexão.

A utilização de mídias visuais e audiovisuais também se destaca. Vídeos, gráficos e imagens tornam a informação mais acessível e envolvente, alcançando um público mais amplo e diversificado nas redes sociais digitais.

A interatividade e engajamento direto com eleitores(as) e seguidores(as) é uma prática que humaniza as mulheres na política. Responder perguntas, compartilhar insights sobre o cotidiano político e demonstrar autenticidade contribuem para criar uma conexão mais profunda com a comunidade. A colaboração e redes de apoio são fundamentais para fortalecer a presença feminina na política. Estabelecer

parcerias com outras mulheres políticas contribui para a construção de uma memória coletiva de solidariedade e cooperação.

Outra estratégia eficaz é a desconstrução de estereótipos de gênero. Publicar conteúdo que desafia esses estereótipos, destacando a capacidade e competência das mulheres na política, é essencial para quebrar barreiras historicamente impostas. Campanhas Educativas sobre temas relacionados aos direitos das mulheres, violência de gênero e igualdade são empregadas como meio de conscientização nas redes sociais digitais, destacando a importância do ativismo online.

Essas estratégias colaboram para moldar a narrativa em torno das mulheres na política brasileira, construindo uma memória coletiva que transcende estereótipos de gênero e desafia barreiras históricas. Ao contribuírem para uma representação mais equitativa e diversificada na esfera política, essas ações reforçam a importância do engajamento feminino para a construção de uma sociedade mais justa.

## 7.8 INDICATIVOS DE RESISTÊNCIA À DESINFORMAÇÃO DE GÊNERO

Se considerarmos as distopias informacionais, impulsionadas pela desinformação no período eleitoral, como podemos desenvolver mecanismos de resistência?

Conforme evidenciado no contexto eleitoral de 2022, as disseminações de desinformação relacionadas ao gênero estão intrinsecamente ligadas aos estereótipos de gênero. Nesse sentido, é essencial que as estratégias de resistência priorizem a formulação de mecanismos eficazes para combater tais estereótipos.

Já que apesar do aumento da participação de agências de verificação de fatos e iniciativas de alfabetização digital, que buscam fornecer informações educativas sobre a verificação de notícias, os esforços colaborativos para combater a desinformação ainda não conseguem conter a propagação de fontes de notícias falsas. Isso se deve à maneira como os links são compartilhados nas redes sociais digitais, dificultando a identificação da natureza dos conteúdos em circulação, criando um cenário propício para a disseminação de desinformações. De acordo com Chen, Conroy e Rubin (2015): "Em redes sociais digitais, um artigo do The New York Times se apresenta da mesma forma que um artigo falso, e qualquer um pode vir com o certificado de confiança de um amigo que o compartilhou".

Embora as iniciativas de verificação de fatos contribuam para a compreensão do problema da desinformação, estudos desenvolvidos no campo da psicologia social apontam algumas limitações. Um desses estudos, conduzido por Vosoughi, Roy e Aral (2018), revelou que rumores falsos se espalham mais ampla, rápida e profundamente pelas redes sociais digitais do que informações verdadeiras, mesmo quando estas são posteriormente checadas. Lewandowsky et al. (2020) contribuiu afirmando que, informações falsas têm o potencial de alcançar mais pessoas do que informações verdadeiras checadas, especialmente em "câmaras de eco" e ambientes homogêneos (bolhas).

Num estudo conduzido pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts, pesquisadores interagiram com um grupo de aproximadamente dois mil usuários do *Twitter/X* que previamente haviam compartilhado notícias falsas juntamente com um link de verificação dos fatos. A constatação foi que, em etapa subsequente, esses usuários retuitaram o link, agora acompanhado de uma linguagem partidária e tóxica. Tais resultados evidenciaram o potencial do raciocínio influenciado politicamente, indicando que, em muitos cenários, essa influência pode sobrepujar a disposição das pessoas em aceitar correções (Martel; Mosleh; Rand, 2021). Essa dinâmica, quando relacionada à desinformação de gênero, destaca a complexidade do fenômeno, pois fatores políticos e ideológicos podem intensificar a resistência à correção, agravando ainda mais os impactos da desinformação, especialmente quando esta está vinculada a questões de gênero.

Algumas abordagens para combater a desinformação também empregam técnicas computacionais, como o sistema *The Truthy*, cujo objetivo é rastrear e identificar notícias falsas no contexto político (Ratkiewicz et al., 2011), e a plataforma *Hoaxy* (Shao et al., 2016), que coleta notícias de diversas mídias sociais por meio de crawlers e APIs, armazenando-as em bancos de dados para aplicação de algoritmos de classificação. No entanto, são limitadas as soluções computacionais que buscam identificar a procedência de uma notícia. Por isso, compreender a cadeia de existência de uma desinformação, desde a sua criação até sua popularização, é uma estratégia essencial no combate à desinformação.

A recuperação do aspecto interacional na propagação da desinformação é um passo importante para reconhecer que o fenômeno em questão vai além de ser meramente um problema instrumental resolvível por abordagens como as estratégias de inoculação ou até mesmo uma atualização nas políticas de moderação de conteúdo

das plataformas (Andersen & S e, 2019; Caba es, 2020; Marres, 2018). Em contrapartida à abordagem tecnicista da desinformação, que a trata como um mero ruído prejudicial   cognição e ao funcionamento da democracia, argumenta-se que o poder persuasivo de narrativas fraudulentas e boatos falsos resulta dos julgamentos morais que ressoam dentro delas (Andersen & S e, 2019; Caba es, 2020; Humprecht, 2018).

Portanto, segue uma apresentação organizada em indicativos aut nomos, porém interdependentes, que permeiam a reconstrução da memória e a problemática da desinformação de gênero. Esta abordagem visa fornecer subsídios para a formulação de políticas e estratégias capazes de mitigar ou neutralizar os impactos causados pela desinformação de gênero sobre as mulheres. O modelo considera elementos, desde os componentes da desinformação de gênero conforme revelados pelos dados das pesquisas, até as estratégias adotadas por deputadas para enfrentar esse tipo de desinformação. Além disso, os indicativos propostos visam incluir estratégias que engajem as pessoas em todo o processo, não se limitando apenas   solução final.

### **7.8.1 Divulgar:** propagação de informação confiável

A desinformação de gênero, caracterizada pela propagação de estereótipos e falsidades, representa um desafio a ser superado. Reconhecer esse fenômeno é essencial, e a educação digital surge como uma ferramenta fundamental para capacitar os usuários na identificação de informações enganosas, especialmente aquelas relacionadas a questões de gênero.

No contexto da memória social, a exposição e recepção de conteúdo nas redes sociais digitais desempenham um papel significativo na formação de percepções sobre gênero e política. A persistência dessa memória é influenciada pelos algoritmos de recomendação, que favorecem conteúdo com base no histórico de interações.

Um indicador inicial é o acesso amplo   informação e tecnologia, proporcionando ferramentas que facilitem o compartilhamento de conhecimento, especialmente com opções direcionadas a comunidades marginalizadas. Isso visa não apenas capacitar essas comunidades, mas também fomentar a disseminação de informações de maneira inclusiva.

O engajamento ativo da comunidade facilita a desarticulação da desinformação. Compartilhar informações corretas, promover discussões e desafiar narrativas prejudiciais são ações que contribuem para esse processo.

Portanto, é necessário a elaboração e divulgação de informações verídicas, confiáveis e oficiais sobre as mulheres e como a desinformação compromete a percepção da integridade no período eleitoral, mas fora dele também. O objetivo é (i) ampliar o conhecimento da população sobre as mulheres na política, promovendo maior confiança na legitimidade e a credibilidade na sua condução da jornada política; e (ii) aprimorar a compreensão dos cidadãos sobre o fenômeno da desinformação, abordando as várias formas de manipulação informativa, sobretudo nas eleições, a estrutura e operação eficazes de campanhas desinformativas, bem como os riscos e efeitos negativos associados.

A estratégia comunicacional inclui a disseminação de informações por meio de diversos canais e meios, como rádio, televisão, sites oficiais, redes sociais digitais, aplicativos de mensagens privadas, além disso, fomentar a formação de redes de confiança para a distribuição de conteúdo de qualidade, incentivando a participação de parceiros, instituições e entidades relevantes, formadores de opinião (incluindo influenciadores digitais).

Destaca-se às estratégias preventivas, visa garantir a "imunização" das pessoas contra a desinformação eleitoral. Uma dessas técnicas é a implementação do prebunking, que consiste na produção e divulgação de informações capazes de reduzir a suscetibilidade dos cidadãos à desinformação, proporcionando-lhes ferramentas adequadas para desenvolverem resistência à sua influência negativa.

Roozenbeek e Van Der Linden (2021), apontam que a concepção de uma vacina psicológica surge em 1960, durante a Guerra do Vietnã, quando o governo norte-americano expressou preocupações sobre a possibilidade de suas tropas serem alvo de "lavagem cerebral" por meio de propaganda anti guerra estrangeira. Diante dessa inquietação, o psicólogo social William McGuire explorou a ideia de uma "vacina contra lavagem cerebral", inspirada no conceito de inoculação utilizado na medicina. McGuire (1970) sugeriu que, em vez de simplesmente expor os indivíduos a informações mais favoráveis, seria mais eficaz pré-expor essas pessoas às estratégias de persuasão presentes nessas narrativas, a fim de gerar uma "resistência" psicológica a tais conteúdos, assim como uma vacina médica confere resistência fisiológica contra futuras infecções.

A teoria da inoculação postula que as pessoas conseguem desenvolver resistências psicológicas contra tentativas de manipulação, de maneira semelhante a como uma vacina utiliza uma forma enfraquecida de um patógeno para estimular o sistema imunológico a gerar anticorpos. As intervenções de "prebunking" (também referidas como filtros preventivos) fundamentam-se principalmente nessa teoria.

Ao longo do tempo, os tratamentos de inoculação para combater a persuasão indesejada se desenvolveram em torno de duas estratégias principais: (1) o aviso antecipado de um ataque iminente às próprias crenças e (2) uma refutação preventiva do argumento persuasivo existente, também conhecido como "prebunk" (COMPTON, 2013). Jogos online, como o Cranky Uncle e o Bad News, foram pioneiros no uso dessas intervenções para atenuar os impactos da desinformação. O *Twitter/X* tem empregado esse processo durante períodos eleitorais, como evidenciado nas "prebunks Moments", uma série de tuítes que fornecem informações contextualizadas e factuais para refutar as alegações enganosas mais comuns no país. Essas postagens são apresentadas na aba Explorar, de Tendências, e na área de buscas.

Um estudo recentemente publicado na revista *Science* revela a eficácia do uso de filtros preventivos. Pesquisadores das Universidades de Cambridge, Bristol e da Austrália Ocidental, em colaboração com a Jigsaw (unidade de pesquisa do Google), conduziram um amplo estudo com usuários norte-americanos do YouTube, com mais de 18 anos, que já haviam consumido conteúdo político na plataforma. Utilizando uma campanha publicitária composta por dois vídeos de prebunking entre os cinco criados, exibida para aproximadamente 1 milhão de usuários do YouTube, os vídeos buscavam imunizar os usuários contra diversas técnicas de manipulação e falácias lógicas, com duração inferior a dois minutos. Após a exibição, a eficácia da medida foi verificada por meio da ferramenta de engajamento BrandLift do YouTube, que utilizou uma pergunta de múltipla escolha para avaliar a capacidade de identificação de manipulação em manchetes.

Os resultados, comparados com um "grupo de controle" que respondeu à mesma pergunta sem assistir aos vídeos de prebunking, foram surpreendentes: o grupo exposto ao filtro preventivo demonstrou uma melhoria de 5 a 10% na capacidade de identificar corretamente a desinformação em comparação com o grupo de controle. Esses resultados destacam o potencial desta ferramenta no combate à desinformação, inclusive em ambientes propensos a distrações, como o YouTube. As plataformas devem ampliar o espaço dedicado a esses filtros preventivos e colaborar com

pesquisadores de diferentes contextos e realidades, além da bolha EUA-Europa, para realizar testes em diversos países.

Diante do exposto, a estratégia de inoculação pode ser aplicada no combate à desinformação de gênero, seguindo os princípios dessa abordagem, seria possível:

- a) **Aviso Antecipado:** Alertar previamente o público sobre a possibilidade de serem expostos a narrativas desinformativas relacionadas a questões de gênero. Esse aviso poderia destacar táticas comuns de manipulação e estereótipos prejudiciais, preparando as pessoas para identificar e resistir a tentativas de persuasão enganosas.
- b) **Refutação Preventiva (Prebunk):** Expor proativamente o público a informações verdadeiras e contextualizadas sobre temas de gênero. Essa abordagem visa criar resistência psicológica, fornecendo conhecimentos sólidos que desafiem narrativas distorcidas. O "prebunk" poderia abordar questões específicas, desfazendo mitos e desconstruindo estereótipos prejudiciais.
- c) **Educação Informativa:** Implementar programas educacionais que abordem, preventivamente, a desinformação de gênero. Esses programas poderiam incluir materiais educativos, campanhas de conscientização e iniciativas em escolas, visando capacitar as pessoas a reconhecerem e resistirem à manipulação de informações relacionadas a questões de gênero.
- d) **Parcerias e Colaborações:** Estabelecer parcerias com organizações, influencers e entidades engajadas na promoção da igualdade de gênero. Essas parcerias podem contribuir para a disseminação de conteúdo informativo, ampliando a rede de confiança e fortalecendo a resiliência das pessoas contra a desinformação.

Além disso, os estudos em prebunking até agora se concentraram principalmente em textos, vídeos e jogos interativos, negligenciando outros formatos de comunicação. A proposta seria focada na necessidade de compreender como ajustar as estratégias de prebunking para formatos como áudio e memes, oferecendo uma abordagem mais abrangente e adaptada à diversidade de preferências dos usuários, por exemplo:

- a) Mensagens em Áudio: Explorar intervenções de prebunking em áudio e analisar sua disseminação, principalmente em aplicativos de mensagens são áreas pouco exploradas que podem proporcionar benefícios significativos em contextos onde o público ainda prefere formatos de áudio como principal meio de comunicação.
- b) Formatos e Tamanhos de Mensagem: embora intervenções de prebunking usando jogos online e animações curtas tenham mostrado eficácia, há uma lacuna na pesquisa sobre a adaptação da técnica para formatos mais curtos, como vídeos de 30 segundos. A necessidade de mais investigação é evidente para entender como personalizar a técnica para conteúdo de mídia digital mais curto, considerando que alguns públicos digitais interagem mais com formatos de curta duração.

Criar jogos para pessoas desenvolverem estratégias contra desinformação é uma ideia interessante. Mas, ao envolver as pessoas na criação dos jogos, não apenas promove a conscientização sobre o problema, mas também estimula o pensamento criativo e a busca por soluções eficazes, sobretudo pensando na natureza do jogo, a motivação intrínseca e os efeitos da imposição de atividades lúdicas.

A abordagem de perguntar às pessoas como elas podem pensar sobre o problema demonstra uma valorização da colaboração e da diversidade de perspectivas na busca por soluções. Isso pode levar a abordagens mais abrangentes e criativas para lidar com os desafios da desinformação.

Além disso, *gamificar* todo o processo pode aumentar o engajamento das pessoas, tornando a experiência mais envolvente e divertida. Oferecer um prêmio para o melhor jogo projetado não apenas incentiva a participação, mas também reconhece e valoriza o esforço e a criatividade das pessoas envolvidas.

Essa abordagem pode ser eficaz em educar as pessoas sobre os diferentes tipos de desinformação, como identificá-los e como se proteger contra eles. Ao criar uma comunidade engajada e capacitada na luta contra. De acordo com Johan Huizinga (1938), autor da obra "Homo Ludens", o jogo é uma atividade voluntária, separada da vida cotidiana, que possui regras estabelecidas e um objetivo final. Nesse sentido, a imposição de um jogo pode interferir na autonomia do jogador, transformando a experiência lúdica em uma obrigação, o que vai contra a essência do jogo como uma atividade livremente escolhida.

Além disso, a teoria da autodeterminação, proposta por Edward Deci e Richard Ryan (1985), destaca a importância da motivação intrínseca no engajamento das pessoas em atividades. Quando alguém é forçado a jogar um jogo sem ter interesse ou motivação própria, a experiência deixa de ser prazerosa e pode ser percebida como uma forma de punição, já que a pessoa não está exercendo sua autonomia e não está envolvida significativamente na atividade.

Por outro lado, a abordagem de pedir a alguém para criar um jogo pode ser mais eficaz do ponto de vista educacional e motivacional. Segundo a teoria da aprendizagem construtivista, proposta por Jean Piaget e Lev Vygotsky (1920), a criação de algo novo envolve um processo cognitivo mais profundo e promove uma compreensão mais sólida do conteúdo. Portanto, ao pedir que alguém crie um jogo, estamos incentivando a criatividade, o pensamento crítico e a reflexão sobre o tema em questão, o que pode resultar em uma aprendizagem mais significativa e duradoura.

Dessa forma, a abordagem de criar jogos ao invés de apenas os jogar pode ser mais alinhada com as teorias educacionais e motivacionais, promovendo uma maior participação, engajamento e aprendizagem por parte dos envolvidos.

Propõe, dessa forma, algumas estratégias e abordagens que podem ser utilizadas para estimular o pensamento coletivo e a colaboração em uma comunidade:

1. Diálogo Aberto: Promover espaços de diálogo aberto e inclusivo, onde as pessoas se sintam confortáveis para compartilhar ideias, opiniões e experiências. Isso pode ser feito por meio de reuniões comunitárias, fóruns online, grupos de discussão, entre outros.
2. Cocriação de Soluções: Incentivar a cocriação de soluções, envolvendo membros da comunidade em processos de *design thinking*, brainstorming e prototipagem colaborativa. Essa abordagem permite que diferentes perspectivas sejam consideradas na busca por soluções inovadoras e eficazes.
3. Aprendizagem Colaborativa: Promover a aprendizagem colaborativa, onde as pessoas trabalham em equipe para resolver problemas, compartilhar conhecimentos e desenvolver habilidades. Isso pode ser feito por meio de workshops, cursos colaborativos e projetos comunitários.
4. Utilização de Tecnologia: Aproveitar o potencial da tecnologia para facilitar a colaboração e a participação da comunidade. Isso inclui o uso de plataformas

online, aplicativos móveis, ferramentas de colaboração remota, entre outros recursos.

5. Liderança Participativa: Adotar uma abordagem de liderança participativa, onde líderes comunitários incentivam e facilitam a participação ativa de todos os membros da comunidade nos processos de tomada de decisão e resolução de problemas.
6. Campanhas de Conscientização: Realizar campanhas de conscientização e educação sobre a importância do pensamento coletivo e da colaboração para enfrentar desafios comunitários. Isso pode incluir a disseminação de informações, a organização de eventos e a mobilização de recursos.
7. Incentivos e Reconhecimento: Reconhecer e valorizar as contribuições dos membros da comunidade para o pensamento coletivo e a colaboração. Isso pode ser feito por meio de incentivos, prêmios, certificados de reconhecimento, entre outras formas de reconhecimento público.

### **7.8.2 Promover a resiliência contra a desinformação de gênero:** competência crítica

Na busca por promover a igualdade de gênero e combater estereótipos prejudiciais, a conscientização e educação surgem como etapa importante. Já que segundo Ramonet (2003, p. 248), ao abordar a dificuldade de confrontar as informações manipuladas no discurso hegemônico, sugere que "por vezes o discurso militante ou de contra-informação não é suficientemente pedagógico ou não possui critérios de sedução que o habilitem a competir com o discurso dominante". Essa abordagem demanda esforços no sentido de compreender e desconstruir os preconceitos existentes, valendo-se de iniciativas educacionais públicas e desafiando narrativas sexistas.'

Por isso, é fundamental concentrar-se na capacitação para combater a desinformação de gênero. Este eixo dedica-se à competência crítica, fomentando tanto para candidatas quanto para o público. O principal objetivo é cultivar habilidades essenciais para a participação no ambiente digital, permitindo uma compreensão profunda do funcionamento e impacto da desinformação de gênero.

Na contemporaneidade, diversos projetos têm surgido como instrumentos para enfrentar os desafios decorrentes da manipulação da informação. Entre eles,

destacam-se a Alfabetização Midiática e Informacional (AMI), tradução para o português do Media and Information Literacy (MIL); a Competência em Informação (COINFO), também conhecida como Information Literacy; e a Competência Crítica em Informação (CCI), representando uma abordagem mais aprofundada. Não aspiramos estabelecer uma hierarquia, mas sim propor uma aplicação e organização prática dessas resistências.

A UNESCO, na área de Comunicação e Informação, deu prioridade à AMI como uma das principais estratégias para combater a desinformação, estabelecendo metas para promover essa habilidade. Em um manual voltado para a formação de professores, a UNESCO destaca a importância da alfabetização midiática e informacional como um pré-requisito fundamental para o empoderamento dos cidadãos. Segundo o documento, essas habilidades fortalecem as capacidades críticas e de comunicação, permitindo que as pessoas utilizem as mídias e as comunicações tanto como ferramentas quanto como meios de articular processos de desenvolvimento e mudança social.

Adicionalmente, as abordagens brasileiras, como COINFO e CCI, são consideradas essenciais para essa resistência. Sob uma perspectiva freiriana, a CCI destina-se à emancipação dos sujeitos, especialmente dos grupos socialmente oprimidos. Através da educação dialógica, onde educador e educando compartilham conhecimento, a CCI propõe uma abordagem que reconhece a interconexão entre conhecimento racional, história, política, economia e cultura. Essa abordagem critica a neutralidade axiológica, destacando não haver conhecimento, incluindo o científico, que não seja influenciado por esses elementos.

A CCI concentra-se na crítica à produção e ao uso social da informação, buscando fomentar o pensamento crítico do usuário/cidadão nas práticas relacionadas à informação. Ela precede e atravessa a COINFO e a AMI, não de forma hierárquica, mas integrada, sendo fundamental para transformá-las em práticas efetivas e críticas.

Investir no desenvolvimento da criticidade dos indivíduos permite resistir ao dilúvio de informações, tornando-os mais conscientes dos mecanismos de desinformação e mais céticos em relação a notícias falsas, boatos e “verdades”. Sem esse investimento, a sociedade arrisca se distanciar cada vez mais da verdade e, conseqüentemente, da ética. Na pós-verdade, a relativização da verdade impacta diretamente na ética, uma vez que crenças e pensamentos são guiados por emoções, interesses e crenças pessoais.

O Australian and New Zealand Institute for Information Literacy – ANZIIL (2004, p. 4) destaca a necessidade da competência em informação ao afirmar que ela é um pré-requisito para a participação cidadã, inclusão social, criação de novos conhecimentos, empoderamento pessoal, vocacional, corporativo e organizacional, além de ser vital para o aprendizado ao longo da vida.

A Competência Crítica em Informação (CCI) assume uma dimensão social e subjetiva, construída por meio do diálogo entre o indivíduo e a informação, fundamentada no pensamento crítico e reflexivo. A importância da CCI se torna evidente ao capacitar o indivíduo a compreender as implicações informacionais da cultura dos algoritmos, o uso de dados coletados em seu cotidiano e as manipulações decorrentes da desinformação (Brizola, 2021).

Ao desenvolver a Competência Crítica em Informação, os cidadãos se tornam mais aptos a lidar não apenas com a informação em geral, mas também com a digital. Considerando as implicações e usos de seus dados, sua relação com as corporações digitais e o mundo digital, a tarefa não é fácil, pois o ecossistema digital muitas vezes não incentiva a plena consciência do usuário sobre a extensão de sua alienação, abrangendo características, ações, localização, hábitos, ideologias e até sentimentos.

A Competência Crítica em Informação, portanto, emerge como uma possibilidade de reação e resistência às forças dominantes e opressoras. Esse aprendizado prepara e conscientiza os cidadãos sobre os riscos e a importância dos dados, da informação e do conhecimento, bem como sua disponibilidade. Além da consciência, a CCI fomenta a capacidade dos indivíduos a buscarem, verificarem, analisarem, utilizarem e repassarem informações de maneira crítica, considerando seus aspectos sociais, políticos e econômicos. Essa abordagem contínua ao longo da vida contribui para o desenvolvimento da autonomia e do pensamento crítico.

A CCI concentra-se na crítica em relação à informação, abrangendo a busca, hierarquização, acesso, uso e compreensão, contribuindo para o aprendizado emancipatório e para o exercício da cidadania. Essas habilidades, construídas ao longo da vida, modificam a visão de mundo e a relação do indivíduo consigo mesmo e com a realidade, mantendo uma estreita conexão e alinhamento com as práticas pedagógicas de Freire.

Na sociedade contemporânea, onde a realidade social é moldada pela manipulação da informação, a CCI desempenha um papel central. Investir na criticidade dos indivíduos, promovendo uma relação mais resistente à avalanche de informações,

é vital para uma sociedade consciente dos mecanismos de desinformação. Sem esse investimento, há o risco de uma sociedade cada vez mais distante da verdade e, conseqüentemente, da ética (Brizola, 2021).

Pensando na “situação espiritual do nosso tempo”, conforme destacado por Martins (2007), é fundamental considerar a “crise geral do sentido” e a “crise geral dos valores”. A crítica, ao possibilitar a práxis aliada à consciência, torna-se uma ferramenta para formar indivíduos mais críticos e desconfiados em relação às fake news, boatos e “verdades” que permeiam a sociedade contemporânea. Essa abordagem busca evitar a ultrarrelativização da verdade na pós-verdade, preservando os fundamentos éticos.

Diante desse cenário, projetos como a Competência Crítica em Informação, juntamente com outras iniciativas como alfabetização midiática e informacional, representam instrumentos significativos para resistir aos problemas informacionais. Ao promover a conscientização, a autonomia e a crítica, essas abordagens se tornam essenciais para enfrentar as distopias informacionais e contribuir para uma sociedade mais informada, ética e participativa.

Portanto, sob a perspectiva de Paulo Freire, a Competência Crítica em Informação não apenas se conecta à crítica pedagógica, mas também se alinha às práticas de conscientização.

Diante dessa realidade, é vital cultivar a crítica para possibilitar a práxis conjunta à consciência. A ênfase na criticidade dos indivíduos, em uma relação mais resistente à avalanche de informações, contribui para uma sociedade mais consciente dos mecanismos de desinformação. Essa abordagem se destaca na contemporaneidade, onde a aderência à verdade e à ética está em risco.

Por fim, na academia, é necessário olhar com desconfiança para as ações e definições promovidas pelas mesmas forças hegemônicas que orquestram a desinformação. O estímulo prático e teórico à Competência Crítica em Informação torna-se essencial para promover uma cidadania mais ampla e resistente a essas influências manipuladoras.

Os processos de competência crítica são essenciais para enfrentar e reduzir a desinformação de gênero, assim como outras questões discutidas nessa pesquisa. No cenário político das candidatas, uma abordagem eficaz envolve a valorização e exposição das diversas experiências femininas. Nesse contexto, o papel de Marina Silva e Erika Hilton se destaca, contribuindo para a formação de uma comunidade virtual de mulheres empoderadas e atuantes.

Contudo, é imperativo compreender que esses letramentos não devem ser encarados como metas finais, mas sim como instrumentos para catalisar a transformação social por meio do imaginário coletivo. Consciente disso, é essencial reconhecer que a conscientização e o ativismo não podem se limitar ao ambiente virtual, necessitando se traduzir em ações tangíveis no mundo real.

Assim, é necessário que essas experiências se estendam para além das telas, sendo aplicadas em práticas cotidianas. Isso envolve buscar mudanças estruturais e promover a equidade de gênero em todas as esferas da sociedade. O engajamento deve transcender o âmbito digital, refletindo-se em iniciativas concretas que contribuam para a construção de um ambiente mais igualitário e justo.

Além disso, destaca-se a importância de estimular o ativismo online contra a desinformação de gênero. Respostas organizadas, o uso de hashtags e campanhas bem estruturadas são essenciais, assim como a colaboração e formação de redes de apoio. A criação de conteúdo audiovisual envolvente, estabelecendo parcerias e colaborações com mulheres na política, contribui para um engajamento mais acessível e impactante. Além disso, a promoção da diversidade de vozes é vital, destacando narrativas que desafiam estereótipos de gênero e proporcionam perspectivas inclusivas.

Paralelamente, a transparência em instituições e governos assume um papel relevante, permitindo a verificação eficiente de informações. Na esfera tecnológica, a regulamentação e o envolvimento das plataformas são necessários, com a implementação de políticas mais rigorosas e a participação de empresas com recursos para identificação de práticas prejudiciais, conforme se destaca no terceiro eixo.

### **7.8.3 Responder diretamente à desinformação de gênero, buscando a regulação das plataformas para enfrentar esse fenômeno**

A evolução do cenário comunicativo e informacional, impulsionada pela internet e redes sociais digitais propicia o surgimento de uma esfera de informações contraditórias e pouco preocupadas com um comprometimento ético com a verdade. Adicionalmente, a Sociedade da Informação enfrenta as ramificações da hiperinformação exacerbada pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), associadas ao desvanecimento de princípios éticos, bem como à relativização ou perda de referências quanto à verdade. Este contexto alimenta a emergência de uma

Sociedade da Desinformação, onde os padrões de verdade se dispersam na pós-verdade e na desinformação.

Nesse contexto, observa-se uma crescente dificuldade por parte dos indivíduos em discernir entre informações relevantes e irrelevantes, verdadeiras e falsas, completas e incompletas, parciais e imparciais, científicas e pseudo-científicas. A sociedade enfrenta uma série de fenômenos e mecanismos de desinformação, contribuindo para a alienação de seus membros.

O desafio contemporâneo relacionado à desinformação na internet levanta questões importantes sobre como equilibrar a liberdade de expressão com a necessidade de combater a disseminação de informações falsas e prejudiciais. A privacidade também surge como um tema crítico, especialmente após escândalos como o Facebook Cambridge Analytica, que destacou como as informações pessoais podem ser utilizadas de maneira inadequada para manipular opiniões e comportamentos. A liberdade de expressão, reconhecida como um direito fundamental tanto na Constituição Federal de 1988 quanto em inúmeros tratados e declarações internacionais, é um direito individual com implicações sociais e coletivas. Como outros direitos de natureza principiológica, requer análise contextual em relação a outros direitos fundamentais, não possuindo valor absoluto e não estando acima de outros direitos (Lima, 2010; Alexy, 2011).

Este direito abrange liberdades, envolvendo não apenas a expressão, mas também a liberdade de manifestação, culto religioso, liberdade política, reunião, entre outros. Consequentemente, está intrinsecamente ligado aos direitos que compõem o direito à comunicação, sendo essencial para o exercício da cidadania e outros direitos fundamentais, refletindo o grau democrático de um país.

É fundamental destacar que, em uma sociedade hiper midiaticizada, a liberdade de expressão é mediada por estruturas econômicas, como os meios de comunicação de massa e as plataformas privadas de redes sociais digitais. No entanto, enquanto direito fundamental, não pode ser objeto de propriedade empresarial no interesse privado (Lima, 2010).

O debate na literatura sobre os limites da liberdade de expressão é extenso, e, embora não haja consenso, há um campo importante que alerta para não considerar a liberdade de expressão como uma salvaguarda para manifestações de ódio,

preconceito e discriminação, nem como amparo para crimes de injúria, calúnia e difamação.

Conhecida como Pacto de San José da Costa Rica, a liberdade de pensamento e de expressão é um direito fundamental que não pode ser sujeito a censura prévia, exceto em casos específicos previstos na própria Convenção. No entanto, essa liberdade não isenta o indivíduo da responsabilidade por abusos, como a incitação à violência ou a promoção do ódio. Segundo o Artigo 13, Liberdade de pensamento e de expressão, permite:

1. Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito compreende a liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideias de toda natureza, sem consideração de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa, ou artística, ou por qualquer outro processo de sua escolha.
2. O exercício do direito previsto no inciso precedente não pode estar sujeito a censura prévia, mas a responsabilidades ulteriores, que devem ser expressamente fixadas pela lei e ser necessárias para assegurar: a) o respeito aos direitos ou à reputação das demais pessoas; ou b) a proteção da segurança nacional, da ordem pública, ou da saúde, ou da moral públicas.
3. Não se pode restringir o direito de expressão por vias ou meios indiretos, tais como o abuso de controles oficiais ou particulares de papel de imprensa, de frequências radioelétricas ou de equipamentos e aparelhos usados na difusão de informação, nem por quaisquer outros meios destinados a obstar a comunicação e a circulação de ideias e opiniões.
4. Os espetáculos públicos podem ser submetidos por lei a censura prévia com o exclusivo objetivo de regular o acesso a eles para a proteção moral da infância e da adolescência, sem prejuízo do estabelecido no inciso 2.5. A lei deve proibir toda propaganda a favor da guerra, bem como toda apologia ao ódio nacional, racial ou religioso que constitua incitação à discriminação, à hostilidade, ao crime ou à violência". (Oea; Cidh; Rele, 2010, p 39).

Para colaborar nesse desafio, diversos parâmetros foram estipulados por organizações como a Relatoria de Liberdade de Opinião e Expressão das Nações Unidas, a Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH-OEA) e a Comissão Europeia, a fim de orientar a discussão sobre leis e políticas públicas para lidar com a desinformação e seus impactos políticos, sociais e culturais.

A Declaração Conjunta sobre Liberdade de Expressão e "notícias falsas", Desinformação e Propaganda, estabelece princípios e padrões a serem seguidos nos debates sobre o tema (OEA, 2017). Dentre eles, três aspectos são relevantes para analisar o atual debate no Brasil. O primeiro destaca que intermediários não devem ser responsabilizados por conteúdos de terceiros, a menos que intervenham especificamente nesses conteúdos ou desobedeçam ordens de autoridades independentes, ou órgãos judiciais. O segundo ressalta que usuários não devem ser legalmente responsáveis pelo simples ato de compartilhar ou promover conteúdos que não criaram. O terceiro aponta que proibições gerais de disseminação de informações, baseadas em conceitos imprecisos e ambíguos, como "notícias falsas" ou informações não objetivas, são incompatíveis com os padrões internacionais sobre restrições à liberdade de expressão. O primeiro ponto sublinha a existência do regime de responsabilidade já presente no Brasil, conforme previsto no Artigo 19 da Lei 12.965/2014 (Marco Civil da Internet – MCI). Contudo, a questão sobre a responsabilidade das plataformas por conteúdos postados por terceiros ainda gera debate. Críticos do modelo do MCI argumentam que essa isenção dificulta o combate às fake news. Por outro lado, pesquisadores e organizações que promovem a democratização da comunicação e os direitos digitais alertam que essas plataformas representam grandes monopólios, detentores de significativo poder na definição do que circula ou não de informação, influenciando alcance e visibilidade por meio de algoritmos e monetização, comercializando e privatizando o espaço público de debate. Assim, atribuir mais responsabilidade a essas empresas na mediação do debate público seria altamente perigoso para a democracia e a liberdade de expressão. Esse é um dos pontos de conflito nas discussões públicas e no Poder Legislativo em relação ao enfrentamento à desinformação.

Este pilar concentra-se na implementação de medidas efetivas para identificar, conter e desencorajar práticas desinformativas e outras formas de manipulação do ambiente informacional, com especial atenção para os impactos da desinformação de gênero. O eixo atua em três frentes distintas.

Em primeiro lugar, destaca-se o monitoramento das redes sociais digitais, voltado à identificação de comportamentos desinformativos, como o disparo em massa de mensagens e o uso de propaganda computacional. Adicionalmente, são observadas campanhas de manipulação e outros tipos de desordem informacional que possam

influenciar negativamente o processo eleitoral, especialmente no contexto da desinformação de gênero.

Em segundo, a regulação no qual visa criar mecanismos eficazes para identificar, monitorar e coibir tais práticas, garantindo um ambiente online mais seguro e inclusivo para todos os usuários.

A regulação das plataformas refere-se à aplicação de medidas normativas e diretrizes para monitorar e controlar as atividades realizadas por plataformas digitais. Essa abordagem visa estabelecer regras e padrões que orientem o comportamento dessas plataformas, muitas vezes no intuito de mitigar riscos e prevenir abusos. No contexto específico da desinformação de gênero, a regulação das plataformas a fim de combater práticas discriminatórias e prejudiciais direcionadas às mulheres.

Em 2020 foi aprovado pelo Senado o Projeto de Lei 2630/2020, conhecido como PL das Fake News, que planeja instituir a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. Atualmente, o PL aguarda votação na Câmara dos Deputados.

O PL 2630/2020 é um projeto de lei cujo principal escopo é a criação de medidas de combate à circulação de desinformação e discurso de ódio no ambiente digital. Trata-se de um projeto amplo, originalmente apresentado pelo senador Alessandro Vieira (Cidadania), e já aprovado no Senado Federal. Sua tramitação na Câmara, porém, gerou uma série de alterações para comportar interesses políticos múltiplos.

O projeto em questão impõe uma série de regulamentações rigorosas às plataformas de redes sociais digitais e aplicativos de mensagens com mais de 2 milhões de usuários, visando principalmente coibir atividades como contas falsas, uso de robôs e disseminação de conteúdos inadequados. Essas plataformas serão obrigadas a limitar o número de contas por usuário e a facilitar o rastreamento de mensagens em massa, além de garantir a remoção imediata de conteúdos racistas ou que ameacem menores.

A legislação se estende também a plataformas estrangeiras que operam no Brasil, exigindo conformidade com as mesmas normas. Provedores menores devem adotar as diretrizes como referência para combater a desinformação e aumentar a transparência em conteúdos pagos. O projeto estabelece especificações detalhadas para aplicativos de mensagens, incluindo limitações no envio de mensagens repetidas e no tamanho de grupos, além da necessidade de autorização explícita dos usuários para inclusão em grupos ou listas de transmissão.

Questões como propaganda paga e propaganda eleitoral também são abordadas, impondo responsabilidades às plataformas, como permitir acesso remoto a dados para autoridades brasileiras conforme ordens judiciais, além de exigir que tenham representação legal no país. O descumprimento das disposições legais pode resultar em multas de até 10% do faturamento do grupo no Brasil e/ou na suspensão de suas atividades.

O tema voltou a ser discutido em 2024, em razão das polêmicas envolvendo o dono do X (antigo Twitter), Elon Musk, com críticas ao ministro Alexandre de Moraes e ao governo brasileiro. Musk afirmou que não cumpriria determinações de Moraes e reativaria contas bloqueadas, desrespeitando ordens judiciais

A regulação das plataformas pode envolver a implementação de políticas internas mais rigorosas, ferramentas tecnológicas para detectar e combater comportamentos abusivos, e colaboração com autoridades governamentais para fortalecer as medidas regulatórias ao nível nacional e internacional. É uma resposta necessária para lidar com os desafios apresentados pela desinformação de gênero, visando promover uma participação igualitária e respeitosa no espaço digital.

Por fim, monitorar métricas relacionadas à disseminação da desinformação de gênero permite ajustar estratégias de intervenção, adaptando-as às mudanças no cenário das redes sociais digitais. Assim, a análise constante e o feedback orientado guiam a evolução das abordagens para enfrentar os desafios persistentes na construção de uma sociedade mais igualitária.

Ao integrar esses elementos, os indicativos de desarticulação de desinformação de gênero visa abordar a complexidade da relação entre a memória nas redes sociais digitais e a desinformação de gênero, promovendo uma abordagem holística para mitigar os impactos negativos dessas informações distorcidas na sociedade.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, analisamos a relação entre os elementos da desinformação de gênero durante o período eleitoral de 2022 e as estratégias de desarticulação informacional. O foco empírico foi o *Twitter/X*, uma plataforma de microblogging conhecida por suas mensagens diretas e concisas.

O *Twitter/X* desempenha um papel importante ao possibilitar a recuperação da participação política, muitas vezes perdida devido às limitações da comunicação na democracia tradicional. A plataforma facilita o diálogo e a reapropriação da democracia pelos eleitores. No entanto, essa potencialidade emancipatória enfrenta diversas barreiras, especialmente em países como o Brasil, onde o acesso à Internet e, conseqüentemente, às redes sociais digitais, é limitado por questões geográficas e econômicas. Apesar das iniciativas públicas para promover o acesso à Internet e a inclusão digital, há uma falta de orientação sobre as funcionalidades que essas ferramentas podem oferecer.

Durante a pesquisa, encontraram-se limitações devido a mudanças na plataforma. Inicialmente, a análise foi baseada na extração de dados via API e organizada com a linguagem de programação Python, permitindo resultados quantitativos mais abrangentes. No entanto, a necessidade de adaptação à nova configuração da plataforma resultou em um processo mais demorado, exigindo coleta e tratamento de dados manual.

Destacamos que a análise realizada na rede social investigada por meio da netnografia representa apenas uma das abordagens possíveis para o estudo desse fenômeno. As descobertas evidenciam a necessidade *de expandir a investigação para outros contextos digitais, especialmente o WhatsApp*, e também para interações no cotidiano físico. Possibilitando uma compreensão dos efeitos da desinformação e suas diversas manifestações.

Questionou-se, como ocorre o enfrentamento à desinformação de gênero no contexto das eleições de 2022, com foco nas candidatas eleitas como amostra. A escolha desse grupo foi justificada pela prevalência de narrativas que visam minar a credibilidade das mulheres na esfera política, perpetuando estereótipos e dificultando sua participação pública. As estratégias de desinformação de gênero são particularmente prejudiciais, pois não apenas disseminam informações falsas, mas

também empregam conteúdo emotivo e valores carregados para desencorajar as mulheres a ocupar espaços de poder.

Retomando os elementos de pesquisa apresentados no início desta pesquisa, considera-se a história das mulheres na política brasileira é uma narrativa de persistência e resiliência. Desde a conquista do direito ao voto até a ascensão à presidência, as mulheres têm lutado por seus direitos e por um espaço equitativo na arena política. Embora significativos avanços tenham sido alcançados, a luta pela plena representação e igualdade continua.

As políticas públicas, a educação e a conscientização são essenciais para promover a participação feminina e enfrentar as barreiras que ainda existem. O reconhecimento e a valorização das contribuições das mulheres são fundamentais para a construção de uma democracia mais justa e inclusiva.

E também que a interseção complexa entre tecnologia, política e sociedade, destacando como as inovações tecnológicas influenciam e são influenciadas por dinâmicas sociais e políticas. A governamentalidade algorítmica emergiu como um conceito central, evidenciando como algoritmos e big data são utilizados para automatizar funções e moldar comportamentos, muitas vezes em detrimento da autonomia individual e da justiça social. Esses sistemas são orientados por uma lógica neoliberal que valoriza o sucesso econômico em detrimento de considerações éticas mais amplas, exacerbando desigualdades sociais e restringindo o acesso a direitos básicos como saúde e educação.

A análise da literatura e os dados coletados indicam uma evidente lacuna no interesse e na iniciativa dos pesquisadores brasileiros em abordar a desinformação com recorte de gênero. Apenas uma produção específica foi identificada, a qual, embora não apresente uma discussão teórica aprofundada, destaca como a desinformação afeta mulheres, especialmente mulheres negras e da periferia, utilizando o caso da ex-vereadora Marielle Franco como exemplo.

A desinformação de gênero não se limita a informações falsas; ela utiliza conteúdo altamente emotivo e carregado de valores para minar seus alvos, promovendo ideologias supremacistas e patriarcais. Esse tipo de desinformação funciona como um instrumento de assédio e violência contra mulheres na vida pública, tentando dissuadi-las de ocupar espaços públicos.

Expressões depreciativas, humilhantes, ameaçadoras e desumanizantes são características identificadas. A combinação de desinformação com discurso de ódio

amplifica os efeitos negativos, especialmente nas redes sociais digitais, onde o ódio pode persistir e ser referenciado infinitamente.

Em conclusão, a desinformação de gênero explora estereótipos sociais e vieses cognitivos para reformular o discurso político de maneira a prejudicar as mulheres. Apesar do foco principal ser nas mulheres, reconhece que outros grupos, como LGBTQIA+, também são alvos significativos de campanhas de desinformação.

Neste contexto de midiatização e anonimato proporcionado pelas redes sociais digitais, questões raciais e de gênero são amplificadas, ao mesmo tempo, em que há um esforço significativo do ativismo social para construir a memória e resistência contra a desinformação. As redes sociais digitais tornaram-se plataformas essenciais para este ativismo, promovendo uma resistência crítica e disseminação de informação como forma de combate às condições de alvo de desinformações.

A pesquisa também abordou a questão das emoções políticas e afetos coletivos, desafiando a visão convencional que associa política apenas a emoções negativas como raiva e indignação. A sororidade foi destacada como uma força potente de resistência, promovendo mudanças sociais significativas ao conectar mulheres e fortalecer redes de solidariedade. Esse aspecto é importante para enfrentar as estratégias de desinformação que tentam fragmentar e polarizar a sociedade.

Além disso, foi evidenciado um cenário político marcado pela propagação de fake news e pela ascensão de políticos populistas conservadores, que utilizam redes sociais digitais e plataformas digitais para disseminar informações distorcidas e prejudiciais. Essa combinação de desinformação e populismo demonstra não apenas uma falha no controle das tecnologias digitais, mas também uma questão política profunda que demanda atenção.

A pesquisa demonstrou que os objetivos propostos foram alcançados de maneira significativa. Sendo possível identificação dos mecanismos e estratégias utilizados na disseminação de desinformação de gênero, como: formatos de desinformação, atores e usuários, etapas do ciclo desinformacional, natureza e possíveis efeitos. Identificamos que a desinformação de gênero se manifesta mediante diversos formatos, como imagens manipuladas, textos distorcidos e vídeos editados. Homens predominam na disseminação dessa desinformação, frequentemente usando pseudônimos para se manterem anônimos. O ciclo de desinformação inclui a produção de conteúdo falso, sua difusão em redes sociais digitais e a detecção por usuários ou

ferramentas especializadas. A desinformação de gênero questiona a idoneidade e competência das mulheres, difamando suas conquistas e minando sua credibilidade pública. Esses esforços propagam estereótipos prejudiciais e criam narrativas nocivas que impactam negativamente a percepção pública das mulheres e suas realizações.

Também foi possível a análise das ações informacionais de (re)construção da memória nas redes sociais digitais desenvolvidas por mulheres na política brasileira, que utilizam as redes sociais digitais para reconstruir memórias de eventos e reafirmar narrativas verdadeiras. Estas ações incluem a postagem de relatos pessoais, a divulgação de fatos históricos e a mobilização de apoio coletivo online. Também foi possível demonstrar a relação entre memória e desarticulação da desinformação já que a pesquisa revelou que a (re)construção da memória atua como ferramenta de resistência contra a desinformação de gênero. As memórias recontadas e compartilhadas nas redes sociais digitais, utilizando de ferramentas audiovisuais, de afetos como sororidade, de não apenas contestam informações falsas, mas também fortalecem a identidade e a coesão entre as mulheres na política, promovendo um espaço mais informado e resistente a desinformações, mostrando como as mulheres políticas se propõem a reverter narrativas históricas que perpetuam desigualdades de gênero. Esse esforço coletivo visa não apenas reconhecer conquistas passadas, mas também construir uma narrativa mais inclusiva e equitativa para o futuro.

Por fim, a pesquisa destacou a importância de alianças estratégicas e comunidades de apoio na luta contra a desinformação de gênero. A formação de coalizões entre diferentes grupos e organizações é fundamental para fortalecer a resistência coletiva e promover mudanças efetivas no combate à desigualdade e à injustiça.

A desinformação de gênero, manifestada na propagação de estereótipos e falsidades, representa um desafio significativo no cenário atual. Para enfrentar esse fenômeno, a educação digital se estabelece como uma ferramenta essencial para capacitar os indivíduos na identificação e combate a informações enganosas, particularmente aquelas que envolvem questões de gênero.

No contexto das redes sociais digitais, a memória social é moldada pela exposição e recepção de conteúdo, que é frequentemente influenciada pelos algoritmos de recomendação. Esses algoritmos, ao priorizar conteúdo com base no histórico de interações, reforçam percepções e estereótipos existentes. Portanto, é fundamental ampliar o acesso à informação e à tecnologia, especialmente para comunidades

marginalizadas, para promover uma disseminação inclusiva e capacitar esses grupos.

O engajamento comunitário é fundamental na luta contra a desinformação. A ação proativa de compartilhar informações corretas, promover discussões e desafiar narrativas prejudiciais ajuda a desarticular a desinformação. Além disso, a elaboração e divulgação de informações verídicas sobre mulheres na política são essenciais para aumentar a confiança pública e entender o impacto da desinformação, especialmente durante o período eleitoral.

Estratégias comunicacionais devem incluir a disseminação de informações através de diversos canais, como rádio, televisão e redes sociais digitais, além de formar redes de confiança com parceiros e influenciadores. A implementação de técnicas de prebunking, que envolvem a antecipação e refutação preventiva de narrativas desinformativas, pode ser eficaz na construção de uma resistência psicológica contra a manipulação.

A teoria da inoculação, originada como uma "vacina contra lavagem cerebral", demonstra que a exposição antecipada a estratégias de manipulação pode fortalecer a resistência psicológica. Experimentos e estudos, como aqueles realizados no YouTube, comprovam a eficácia do prebunking na melhoria da capacidade dos indivíduos de identificar desinformação.

Além das estratégias conhecidas, é importante explorar novos formatos e mídias para o prebunking, como áudio e memes, para alcançar mais preferências dos usuários. A criação de jogos para desenvolver estratégias contra a desinformação também é promissora, ao incentivar a criatividade e a reflexão crítica.

Adotar uma abordagem de co-criação e colaboração comunitária pode enriquecer a luta contra a desinformação. Promover espaços de diálogo aberto, co-criação de soluções, e utilizar tecnologia para facilitar a participação são práticas que podem fortalecer a capacidade coletiva de enfrentar desafios informacionais. Por fim, a Competência Crítica em Informação, alinhada com a visão de Paulo Freire sobre educação e conscientização, emerge como um pilar fundamental para capacitar os indivíduos a resistirem à desinformação. Investir na criticidade e na autonomia dos cidadãos é essencial para garantir uma sociedade mais informada, ética e participativa. A luta contra a desinformação deve transcender o ambiente virtual, refletindo-se em práticas concretas que promovam a equidade de gênero e a justiça social.

A ONU destaca uma abordagem coordenada e global no combate à desinformação, com ênfase na desinformação de gênero, apontando que é necessário

envolver governos, sociedade civil e plataformas digitais para uma ação eficaz. No Brasil, os impactos desse fenômeno são profundos, especialmente no contexto da política feminina, onde 74% das prefeitas enfrentaram a divulgação de informações falsas e 66% foram alvo de ataques de discurso de ódio nas redes sociais digitais. Esses dados revelam o quanto a desinformação e a violência online afetam a participação política das mulheres, enfatizando a urgência de medidas mais assertivas.

A ONU propõe três principais abordagens legislativas para enfrentar a desinformação: leis contra a violência online, normas específicas para combater a desinformação e regulamentações voltadas às plataformas digitais. A União Europeia, com sua implementação do Código de Conduta em Matéria de Desinformação e a Lei dos Serviços Digitais (DSA), serve de exemplo para outros países, incluindo o Brasil, que ainda carece de uma regulamentação robusta nesse campo. Além disso, a organização sugere ações complementares, como a educação cívica, alfabetização midiática e campanhas de conscientização, para fortalecer a confiança na governança e mitigar os efeitos nocivos da desinformação.

Este estudo se alinha com as diretrizes globais propostas pela ONU, destacando a urgência de uma abordagem intersetorial no combate à desinformação de gênero. Ao explorar as dinâmicas sociais e comunicativas que sustentam as narrativas de desinformação, a pesquisa reforça a necessidade de uma transformação cultural por meio da educação crítica e do engajamento coletivo. A desconstrução da desinformação será eficaz apenas por meio da integração de políticas públicas, práticas de comunicação e uma ação conjunta que permita questionar, combater e erradicar os estereótipos de gênero presentes nas redes. Com base na reflexão de Paulo Freire, é essencial que qualquer intervenção se funda na compreensão das realidades sociais e das dinâmicas de poder que sustentam as narrativas distorcidas, promovendo a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Dada a limitação de recursos e questões de viabilidade enfrentadas nesta pesquisa, é imperativo que essas restrições sirvam como um estímulo para o avanço de estudos futuros. É essencial que novas investigações não apenas avancem teoricamente, mas também explorem os desdobramentos práticos necessários para enfrentar a desinformação, atendendo às crescentes demandas da sociedade por soluções eficazes.

Além disso, as estratégias de desinformação podem variar consideravelmente entre países e contextos culturais. Entender essas variações é fundamental para

desenvolver abordagens mais eficazes adaptadas a diferentes realidades políticas e sociais. Portanto, é recomendável realizar estudos comparativos entre países ou regiões, analisando casos específicos de desinformação e as respostas políticas e sociais a essas práticas.

Outra área promissora de pesquisa é o desenvolvimento e teste de ferramentas tecnológicas contra a desinformação. A Ciência da Informação pode colaborar com desenvolvedores e especialistas em tecnologia para criar e testar ferramentas de detecção de desinformação em plataformas de redes sociais digitais, principalmente os jogos educativos, ressaltando a importância de jogos que envolvam a participação dos usuários desde o início, deixando-o mais atrativo. Além disso, pesquisas quantitativas e qualitativas podem ser conduzidas para investigar a experiência de mulheres na política afetadas por desinformação, avaliando suas respostas e estratégias de enfrentamento.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Celso Arnaldo. **Dilmês: o idioma da mulher sapiens**. Editora Record, **2015**.

ARGOLO, Fernanda Argolo Dantas. **Dilma Rousseff: trajetória e imagem da mulher no poder**. 2014. 151f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014

ARIZA, Marília. Mães libertas, filhos escravos: desafios femininos nas últimas décadas da escravidão em São Paulo. **Rev. Bras. Hist**, São Paulo, v. 38, n. 79, p. 151-171, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/FjqKdS8HgVLbQbfqNNWr8C/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2023.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 11. ed. São Paulo: Forense Universitária, 2010.

AHMED, Sara. **The cultural politics of emotion**. Routledge, 2013.

ANSART, Pierre. Em defesa de uma ciência social das paixões políticas. **História: Questões e Debates**, v. 17, n. 33, p. 145-164, 2000.

AVELAR, Lúcia. Mulher e política: o mito da igualdade. **Social Democracia Brasileira**, Brasília, v. 1, n.2, p. 40-54, mar. 2002.

AVRITZER, Leonardo. **Política e antipolítica: a crise do governo Bolsonaro**. Todavia, 2020.

AZEVEDO, Josephina Álvarez de. **A Família**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 40, p. 1, 30 nov. 1889,

BAQUERO, Marcelo; SOUZA, Bruno Mello; SCHERER, Rafael Sabini. A desconfiança política e sua incidência na fragmentação da cultura política. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA DA UFRG, 1., 2009, Porto Alegre. **Anais [...]** Porto Alegre: UFRG, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETO, Virginia Queiroz. Da escravidão à liberdade: a história de Maria da Conceição, roubada e escravizada (Nazaré, 1830-1876). **Estud. Hist**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 66, p. 101-122, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/KPmH4nw6dgd58rX8szWKyPn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2023.

BAXTER, Graeme; MARCELLA, Rita; WALICKA, Agnieszka. Scottish citizens' perceptions of the credibility of online political "facts" in the "fake news" era: an exploratory study. **Journal of documentation**, v. 75, n. 5, p. 1100-1123, 2019.

BEZERRA, Arthur Coelho. Da teoria matemática para uma proposta de teoria crítica da informação: a integração dos conceitos de regime de informação e competência crítica em informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 25, n. 3, p. 182-201, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/146801>. Acesso em: 12 jan. 2023.

BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco; SALDANHA, Gustavo Silva. Competência crítica em informação como crítica à competência em informação. **Informação & sociedade: estudos**, v. 29, n. 3, p. 5-22, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/47337>. Acesso em: 12 jan. 2023.

BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. **Cultural theory: An anthology**, v. 1, p. 81-93, 1983.

BOYD, Danah M.; ELLISON, Nicole B. Social network sites: Definition, history, and scholarship. **Journal of computer-mediated Communication**, v. 13, n. 1, p. 210-230, 2007.

BRASIL. Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, p. 9125, 3 set. 1962. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/legislacao/pesquisa.html>. Acesso em: 20 de jan. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. 2007. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/legislacao/constituicao\\_federal.html](http://www.camara.gov.br/legislacao/constituicao_federal.html). Acesso em: 20 de jan. 2023.

BRITTO, Patrícia. "**Há muito ódio e mentira nesta eleição**", diz Dilma em **Campinas**. Folha de São Paulo, 2014. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/poder/2014/09/1517430-ha-muito-odio-e-mentira-nesta-eleicao-diz-dilma-em-campinas.shtml>. Acesso em: 25 nov. 2022.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Editora Filosófica Politéia, 2019.

BUCCI, Eugenio. Seriam as fakes news mais eficazes para campanhas de direita? – uma hipótese a partir das eleições de 2018 no Brasil. **Novos Olhares**, v. 8, n. 2, p. 21-29, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/162062>. Acesso em: 12 de jan. 2024.

BUFREM, Leilah Santiago. Configurações da pesquisa em ciência da informação. **DataGramaZero-Revista de Informação**, v. 14, n. 6, 2013.

BURRELL, Barbara C. Gender, presidential elections and public policy: making women's votes matter. **Journal of Women, Politics & Policy**, v. 27, n. 1-2, p. 31-50, 2005.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Editora José Olympio, 2010.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais [...]** Belo Horizonte: UFMG, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios**. Bauru, SP: Edusc, 2005.

CASTRO, José Renato. **Aécio grava vídeo para o WhatsApp e pede ajuda contra mentiras**. Exame, 2014. Disponível em: <https://exame.com/brasil/aecio-grava-para-whatsapp-e-pede-ajuda-contra-mentiras/>. Acesso em: 20 nov. 2022.

COHEN, Jean L. Populism and the Politics of Resentment. **Jus Cogens**, v. 1, p. 5-39, 2019.

COLEMAN, James. S. Social capital in the creation of human capital. **American journal of sociology**, v. 94, p. S95-S120, 1988.

COLLADO, Carlos Fernández.; LUCIO, Pilar Baptista; SAMPIERI, Roberto Hernández. **Metodologia de pesquisa**. São Paulo: McGraw, 2006.

CORCUFF, Philippe. **Bourdieu autrement: fragilités d'un sociologue de combat**. França: Textuel, 2003.

CUSHMAN, Ellery G.; AVRAMOV, Kiril. Eurosodom: Specifics of weaponized sexuality and gender-based narratives in contemporary Russian and pro-Russian disinformation. **Revista de comunicación y tecnologías emergentes**, v. 19, n. 1, p. 123-154, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5525/552565288006/>. Acesso em: 20 jan. 2024.

D'ANCONA, Matthew. **Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news**. Tradução: Carlos Szlak. 1 ed. Barueri: Faro Editorial, 2018.

DARNTON, Robert. **A verdadeira história das notícias falsas: Séculos antes das redes sociais digitais, os boatos e as mentiras alimentavam pasquins e gazetas na Europa**. El País, 2017. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/28/cultura/1493389536\\_863123.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/28/cultura/1493389536_863123.html). Acesso em: 14 jan. 2023.

DAVIS, Stuart; STRAUBHAAR, Joe. Producing Antipetismo: Media activism and the rise of the radical, nationalist right in contemporary Brazil. **International Communication Gazette**, v. 82, n. 1, p. 82–100, 2020.

DIZ, Paula Herrero; CONDE, Jesús; REYES DE CÓZAR, Salvador. Teens' motivations to spread fake news on WhatsApp. **Social Media+ Society**, v. 6, n. 3, p. 1- 14, 2020. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/2056305120942879>. Acesso em: 19 jan. 2024.

DI MECO, Lucina. **Gendered Disinformation, Fake News, and Women in Politics**. Council on Foreign Relations, 2019. Disponível em: <https://www.cfr.org/blog/gendered-disinformation-fake-news-and-women-politics>. Acesso em: 20 jan. 2024.

DOLAN, Kathleen. "Gender stereotypes, candidate evaluations, and voting for women candidates: what really matters?". **Political Research Quarterly**, v. 67, n. 1, p. 96-107, 2013. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1065912913487949>. Acesso em: 20 jan. 2023.

ERIKSON, Josefina; JOSEFSSON, Cecilia. Feminine leadership ideals and masculine practices: Exploring gendered leadership conditions in the Swedish Parliament. **Politics & Gender**, v. 19, n. 4, p. 1061–1086, 2023.

FALK, Erika. **Women for president: media bias in eight campaigns**. Chicago: University of Illinois Press, 2008.

FASSIN, Éric. **Populismo e ressentimento em tempos neoliberais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2019.

FISHER, Marc; COX, John Woodrow; HERMANN, Peter. **Pizzagate**: From rumor, to hashtag, to gunfire in D.C. Disponível em: <https://www.dgregscott.com/wp-content/uploads/2020/12/PizzagateWaPostWithPics2016-1206.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2023.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011. 239 p.

FRANCESCHET, S. Disentangling informality and informal rules: Explaining gender inequality in Chile's executive branch. *In*: WAYLEN, Georgina Waylen (Ed.), **Gender and Informal Institutions**. Lanham: Rowman & Littlefield International, 2017.

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 63, p. 07-20, 2002. Disponível em: [encr.pw/XUPme](http://encr.pw/XUPme). Acesso em: 10 fev. 2022.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, n. 2, p.291-308, 2007. Disponível em: [encr.pw/HSKum](http://encr.pw/HSKum). Acesso em: 12 fev. 2022.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GIL, Antonio Carlos *et al.* **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Wilson. **A tragédia eleitoral do antipetismo**. Revista Cult, 2018. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/a-tragedia-eleitoral-do-antipetismo>. Acesso em: 8 out. 2024.

GOUVEIA, Luís Borges; SILVA, Armando Malheiro. A infocomunicação ou a convergência das Ciências da Informação e da Comunicação para um objeto comum. **Páginas a&b: arquivos e bibliotecas**, v. 3, p. 15-33, 2020. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/7814/7171>. Acesso em: 15 jan. 2024.

GUATTARI, Félix. **Caosmose**: um novo paradigma estético. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: editora 34, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2 ed. São Paulo: Editora Centauro, 2013.

HAHNER, June E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850–1937**. Tradução Maria Thereza de Almeida e Heitor Ferreira da Costa. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HAN, Byung-Chul. **No enxame**: perspectivas do digital. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2018.

HELLER, Bruna; JACOBI, Greison; BORGES, Jussara. Por uma compreensão da desinformação sob a perspectiva da ciência da informação. **Ciência da Informação**, v. 49, n. 2, 2020. Disponível: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/5196/5254>. Acesso em: 20 jan. 2024.

HINE, Cristina. **etnografia virtual**. Barcelona: Editorial uoc, 2011.

HOOKS, Bell. **Teoria feminista**. Salvador: Editora Perspectiva, 2020.

HUNTER, James Davison *et al.* **Is there a culture war?**: A dialogue on values and American public life. [S.l.]: RlpG/Galleys 2006.

KARLOVA, Natasha.; Fisher, Karen. A social diffusion model of misinformation and disinformation for understanding human information behavior. **Information research**, v. 18, n. 1, 2013. Disponível em: <https://www.informationr.net/ir/18-1/paper573.html>. Acesso em: 20 jan. 2024.

KAWAUCHI, Mary. **O Programa Bolsa Família e percepções de não beneficiários: um estudo sobre o efeito preconceito**. 2019. 205 f., il. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

Kenny, Merley. **Gender and political recruitment: Theorizing institutional change**. Londres: Palgrave Macmillan. 2013.

KETTUNEN, Laura; MARI-SANNA, Paukkeri. **Tekoälyn hyödyntäminen vihapuheen seurannassa** [Utilising artificial intelligence for monitoring hate speech] Ministry of Justice: Helsinki, 2021. Disponível em: [https://www.alandsnyheter.com/wp-content/uploads/2021/04/OM\\_2021\\_15\\_SO.pdf](https://www.alandsnyheter.com/wp-content/uploads/2021/04/OM_2021_15_SO.pdf). Acesso em: 20 jan. 2024.

KOZINETS, Robert V. The field behind the screen: Using netnography for marketing research in online communities. **Journal of marketing research**, v. 39, n. 1, p. 61-72, 2002. Disponível em: [https://kozinets.net/wp-content/uploads/2009/07/field\\_behind\\_round1\\_rev.pdf](https://kozinets.net/wp-content/uploads/2009/07/field_behind_round1_rev.pdf). Acesso em: 15 maio. 2024.

KROOK, Mona Lena. **Violence against women in politics**. Reino Unido: Oxford University Press, 2020

LAGE, Leandro Rodrigues; SARAIVA, Luiziane Silva. Ressentimento e guerra cultural no populismo de extrema direita: tensões morais e fronteiras de antagonismo. **Revista Eco-Pós**, v. 24, n. 2, p. 124-150, 2021. Disponível em: [https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco\\_pos/article/view/27704](https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27704). Acesso em: 16 jan. 2024.

LAMPE, Cliff; ELLISON, Nicole; STEINFELD, Charles. A Face (book) in the crowd: Social searching vs. social browsing. *In*: CONFERÊNCIA ACM DE 2006 SOBRE TRABALHO COOPERATIVO APOIADO POR COMPUTADOR, 2006, Canadá. **Anais** [...] Banff: Alberta, 2006.

LAVAL, Christian. Foucault, **Bourdieu e a questão neoliberal**. Tradução: Márcia Cunha e Nilton Ken Ota. São Paulo: Elefante, 2020.

LAZZARATO, Maurizio. **Revolução ou fascismo: O neoliberalismo em chave estratégica**. São Paulo: n-1 edições, 2019.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão *et al.* 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LEITE, Leonardo Ripoll Tavares. **Confiabilidade informacional: a filosofia da informação do desenvolvimento da leitura crítica no ambiente virtual**. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Unidades de Informação) -

Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/000050/0000500b.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2024.

LYON, David. **11 de setembro, sinóptico e escopofilia**: observando e sendo observado. Vigilância e visibilidade: espaço, tecnologia e identificação. *In*: BRUNO, Fernanda; KANASHIRO, Marta; FIRMINO, Rodrigo. Vigilância e Visibilidade espaço, tecnologia e identificação. Porto Alegre: Sulina, 2010. Disponível em: <https://www.editorasulina.com.br/img/sumarios/503.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

MACHADO, Rosana. **Brasil em transe**: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

MATOS, Marlise; PINHEIRO, Marina Brito. Dilemas do conservadorismo político e do tradicionalismo de gênero no processo eleitoral de 2010: o eleitorado brasileiro e suas percepções. *In*: ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Céli Regina Jardim; JORDÃO, Fátima (orgs.). **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012.

MATSUKI, Edgard. **Especial**: os 10 maiores boatos espalhados durante as eleições 2014. Boatos.org, 2014. Disponível em: <https://www.boatos.org/politica/especial-os-10-maiores-boatos-espalhados-durante-eleicoes-2014.html>. Acesso em: 20 nov. 2022.

MATSUKI, Edgard. **Alberto Youssef é achado morto em Curitiba, diz informação falsa**. Boatos.org, 2014. Disponível em: <https://www.boatos.org/politica/alberto-youssef-e-achado-morto-em-curitiba-diz-informacao-falsa.html>. Acesso em: 20 de nov.2022.

MCGUILLEN, Petra. **How the techniques of 19th-century fake news tell us why we fall for it today**. Nieman Lab, 2017. Disponível em: <http://www.niemanlab.org/2017/04/how-the-techniques-of-19th-century-fake-news-tell-us-why-we-fall-for-it-today/z>. Acesso em 05 jan.2023

MIGUEL, Luis Felipe. **Consenso e conflito na democracia contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP, 2017. 215 p.

MIGUEL, Luis Felipe. *et al.* **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, p. 17-26, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Cientificidade, generalização e divulgação de estudos qualitativos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 16-17, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/y43fVcvWNcgytyVNB6gKqzG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MIRANDA, Májory Karoline Fernades. **A teoria da intencionalidade e a informação**: definições e propriedades para o fenômeno. *In*: ROJAS, Miguel Ángel Rendón. La intencionalidad en la Ciencia de la Información Documental. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información. 2018.

MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2021.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia**: porque nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2019.

MACHADO NETO, Afonso. **Sociedade e história do Brasil**. Os primeiros tempos da República. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2000.

NIETZSCHE, Friedrich W. **Genealogia da moral**: uma polêmica. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PARISER, Eli. **O filtro invisível**: o que a internet está escondendo de você. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PERES, B.; JUBÉ, A. **“A verdade vai vencer a mentira”, diz Dilma**. Valor Econômico, 2014. Disponível em: <https://www.valor.com.br/eleicoes2014/3672808/verdade-vai-vencer-mentira-diz-dilma>. Acesso em: 15 ago. 2022.

NORA, Pierre. **Entre mémoire et histoire**: la problématique des lieux. Paris: Gallimard, 1984.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: [https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf). Acesso em:

ORIHUELA, José Luis. Twitter y el boom del microblogging. **Perspectivas del Mundo de la Comunicación**, v. 43, p. 2-3, 2007.

ORTELLADO, Pablo; MORETTO, Marcio; GALLEGO, Esther Solano. Guerras culturais e populismo antipetista nas manifestações por apoio à Operação Lava Jato e contra a reforma de 302 previdência. **Em Debate**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 35-45, 2017.

PINTO, Célia Regina Jardim. Paradoxos da participação política da mulher no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, v. 49, p.98–112, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/32910/35480>. Acesso em: 20 nov. 2023.

RECUERO, Raquel; ZAGO, Gabriela. A economia do retweet: redes, difusão de informações e capital social no Twitter. **Revista Contracampo**, v. 1, n. 24, p. 19-43, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17253>. Acesso em: 21 nov. 2023.

RECUERO, Raquel; Bastos, Marco; Zago, Gabriela. **Análise de redes para mídia social**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. São Paula: Editora Unicamp, 2007.

ROUVROY, Antoinette. **Human genes and neoliberal governance: A Foucauldian critique**. [S.l]: Routledge-Cavendish, 2007.

RUEDIGER, Marco Aurélio. **Robôs, redes sociais digitais e política no Brasil: interferências de perfis automatizados e atores políticos no debate eleitoral brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, DAPP, 2018. Disponível: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/69cf9a49-df41-41ad-b8b0-206a8cfa459c/content>. Acesso em: 13 nov. 2024.

SÃO VICENTE, José Antônio Pimenta Bueno, Marquês de. **Direito publico brasileiro e analyse da Constituição do Imperio**. Rio de Janeiro: Typ. Imp. Const. de J. Villeneuve, 1857.

SCHRADIE, Jen. **The revolution that wasn't: How digital activism favors conservatives**. Harvard University Press, 2020.

SERRA, Paulo. **A informação como utopia**. Universidade da Beira Interior, 1998.

SEARLE, John. Os Actos de Fala, Coimbra- Portugal, tradução coordenada por Carlos Vogt, 1981.

SILVERMAN, Craig; ALEXANDER, Lawrence. How teens in the Balkans are duping Trump supporters with fake news. *Buzzfeed News*, v. 3, p. 874-888, 2016.

SHERA, J. **Sociological foundations of librarianship**. New York: Asia Publishing House, 1970

SHIRKY, Clay. The political power of social media: Technology, the public sphere, and political change. *Foreign affairs*, p. 28-41, 2011.

SCHUTZ, A. *Fenomenologia de la vida social*. Buenos Aires: Paidos, 1972.

SUNSTEIN, C. R. **Republic 2.0**. Princeton University Press, 2009.

THAKUR, Dhanaraj; MADRIGAL, DeVan Hankerson. Facts and their discontents: A research agenda for online disinformation, race, and gender. 2022.

TODOROV, Tzvetan. Los abusos de la memoria, trad. Miguel Salazar. **Barcelona: Editorial Paidós**, 2000.

PARRA, Henrique. **O Leviatã e a Rede: mutações e persistências político-estéticas**. Tese Doutorado em Educação, Unicamp, 2009

PRESTES, Ana. **A Formação Patriarcal do Brasil e a Luta Feminista Atual**. In: Para Entender o Brasil e o Mundo, 12., 2020. Disponível em: <https://bitly.com/BeQtU>. Acesso em 20 dez. 2022.

PUTNAM, Robert. The prosperous community: Social capital and public life. *The american*, v. 4, 1993.

VIANA, Anna Raquel de Lemos et al. **Espaços de memória e identidade feminista no Instagram**: análise a partir de coletivos feministas. 2021.

WARDLE, Claire. 6 types of misinformation circulated this election season. **Columbia Journalism Review**. New York, New York, United States of America. 2016.